UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LÍGIA SANTOS DE OLIVEIRA

INTEGRIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: ABORDAGENS INSTITUCIONAIS E PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2026

LÍGIA SANTOS DE OLIVEIRA

INTEGRIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: ABORDAGENS INSTITUCIONAIS E PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ferreira Costa Bonifácio.

SÃO CRISTÓVÃO - SE
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Oliveira, Lígia Santos de.
O48i Integridade Acadêmica no Instituto Federal de Sergipe: abordagens institucionais e proposta de resolução para o enfrentamento do plágio [manuscrito] / Lígia Santos de Oliveira. - São Cristóvão, 2026.
175 f. : il. ; color.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Ferreira Costa Bonifácio.
Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência da Informação) Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2026.

1. Integridade Acadêmica. 2. Plágio Acadêmico. 3. Instituto Federal de Sergipe - Resolução Institucional. I. Bonifácio, Renata Ferreira Costa, orient. II. Título.

CDU 02:001.81
CDD 001.4

Ficha elaborada pela bibliotecária Maria Edvânia da Silva Pereira CRB 5 – SE 002098/0

INTEGRIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE: ABORDAGENS INSTITUCIONAIS E PROPOSTA DE RESOLUÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO

LÍGIA SANTOS DE OLIVEIRA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Sergipe, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Avaliação: Aprovada.

Data da defesa: 18/09/2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
RENATA FERREIRA COSTA BONIFACIO
Data: 17/11/2026 09:08:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Renata Ferreira Costa Bonifácio
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARCIA SGARBIEIRO
Data: 17/11/2026 17:49:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Márcia Sgarbieiro
(Membro convidado Externo - Universidade Estadual de Londrina – UEL)

Documento assinado digitalmente
gov.br
PABLO BOAVENTURA SALES PAIXAO
Data: 17/11/2026 09:16:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão
(Membro convidado Interno - Universidade Federal de Sergipe – UFS)

Há conquistas cujo maior valor está naquilo
que aprendemos enquanto as construímos.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa uma etapa importante da minha trajetória acadêmica e pessoal. Sua elaboração foi marcada por dedicação, aprendizados e reflexões que contribuíram para meu amadurecimento como pesquisadora e fortaleceram meu compromisso com o conhecimento e com o debate sobre a integridade acadêmica e o plágio acadêmico.

Ao longo desse percurso, contei com pessoas cuja presença, incentivo e generosidade tornaram essa experiência mais leve e significativa.

Ao meu esposo, Carlos, agradeço pelo companheirismo, pelo cuidado e pelo apoio constante. Obrigada por compreender minhas ausências e por permanecer ao meu lado com paciência, incentivo e amor. Sua parceria foi fundamental ao longo dessa jornada.

À minha mãe, minha profunda gratidão por acreditar em mim e por sempre me incentivar a seguir em frente. Seu amor, sua confiança e seus ensinamentos fazem parte de quem sou e desta conquista.

À minha orientadora, agradeço pela escuta atenta, pelo acompanhamento cuidadoso durante o desenvolvimento da pesquisa e pelas contribuições que enriqueceram este trabalho.

A todas as pessoas que, de alguma forma, participaram desta caminhada, expresso minha sincera gratidão. Encerro esta etapa com alegria pelo caminho percorrido, pelos conhecimentos construídos e pelas experiências que marcaram essa trajetória.

RESUMO

O plágio acadêmico constitui um dos principais desafios à integridade acadêmica e demanda respostas institucionais que articulem prevenção, orientação e responsabilização. Esta pesquisa, desenvolvida no Mestrado Profissional em Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), teve como objetivo geral elaborar uma minuta de resolução institucional sobre plágio acadêmico para o Instituto Federal de Sergipe (IFS). Adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e descritivos, por meio de pesquisa documental e de campo. O corpus principal de análise reuniu documentos normativos do IFS e as transcrições de entrevistas semiestruturadas realizadas com dois Pró-Reitores vinculados às áreas de Ensino e de Pesquisa e Extensão. Esse conjunto de dados foi submetido à análise de conteúdo, com aplicação da técnica de análise categorial, conforme Bardin (2020). De forma complementar, foram realizados um levantamento no Repositório Institucional do IFS e uma análise descritiva das informações obtidas junto aos demais Institutos Federais do Nordeste por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR). Os resultados revelaram a predominância de disposições avaliativas e disciplinares nos documentos examinados, com menor explicitação de ações preventivas e formativas, embora tenham sido relatadas práticas pedagógicas relacionadas à produção acadêmica. Essas normativas contemplam o plágio como conduta passível de reprovação de trabalhos acadêmicos e de responsabilização disciplinar. Entretanto, não foi identificado um instrumento institucional específico que estabeleça orientações para o enfrentamento dessa prática, considerando suas particularidades. Os dados também suscitaram reflexões sobre a uniformidade dos encaminhamentos dos casos de plágio entre os campi, sem permitir a confirmação de diferenças efetivas nessa condução. Não foram identificados, nos documentos analisados, instrumentos institucionais ou orientações normativas específicas sobre o uso ético da Inteligência Artificial Generativa (IAG) na produção acadêmica. O levantamento no Repositório Institucional não recuperou produções diretamente relacionadas ao plágio acadêmico, nos limites da estratégia de busca adotada. No âmbito regional, foram identificadas diferentes formas de abordagem do tema, incluindo materiais educativos, dispositivos normativos, práticas editoriais, ações formativas e respostas que também apontaram para a ausência de instrumentos específicos. Com base nos resultados da investigação, foram estabelecidas diretrizes que fundamentaram a elaboração da minuta de resolução institucional sobre o plágio acadêmico no IFS. Concluiu-se que a minuta, como produto técnico de caráter propositivo, reúne as dimensões educativa, normativa e procedimental e se destina a subsidiar a discussão institucional sobre o tema, sem que tenham sido realizadas etapas de apreciação, avaliação, validação, aprovação ou implementação institucional.

Palavras-chave: Integridade Acadêmica. Plágio Acadêmico. Instituto Federal de Sergipe. Resolução Institucional.

ABSTRACT

Academic plagiarism constitutes one of the main challenges to academic integrity and requires institutional responses that integrate prevention, guidance, and accountability. This research, conducted within the Professional Master's Program in Information Science at the Federal University of Sergipe (UFS), aimed to develop a draft institutional resolution on academic plagiarism for the Federal Institute of Sergipe (IFS). A qualitative, applied research approach was adopted, with exploratory and descriptive objectives, using documentary and field research. The primary corpus comprised IFS regulatory documents and transcripts of semi-structured interviews conducted with two Pro-Rectors responsible for the areas of Teaching and Research and Extension. These data were subjected to content analysis using the categorical analysis technique, following Bardin (2020). Additionally, a search of the IFS Institutional Repository and a descriptive analysis of information obtained from the other Federal Institutes in Northeastern Brazil through the Integrated Ombudsman and Access to Information Platform (Fala.BR) were conducted. The results revealed a predominance of assessment-related and disciplinary provisions in the documents examined, with less explicit emphasis on preventive and educational measures, although pedagogical practices related to academic production were reported. These regulations address plagiarism as conduct that may result in the rejection of academic work and disciplinary accountability. However, no specific institutional instrument was identified that establishes guidelines for addressing this practice while considering its particularities. The data also prompted reflections on the consistency of procedures for handling plagiarism cases across campuses, without allowing confirmation of actual differences in how such cases are handled. No specific institutional instruments or regulatory guidelines concerning the ethical use of Generative Artificial Intelligence (GenAI) in academic production were identified in the documents analyzed. The search of the Institutional Repository did not retrieve any works directly related to academic plagiarism within the limits of the search strategy adopted. At the regional level, different approaches to the issue were identified, including educational materials, regulatory provisions, editorial practices, training initiatives, and responses that also indicated the absence of specific instruments. Based on the research findings, guidelines were established to inform the development of the draft institutional resolution on academic plagiarism at IFS. It was concluded that the draft resolution, as a proposed technical product, brings together educational, regulatory, and procedural dimensions and is intended to support institutional discussion on the subject, without having undergone any stages of institutional consideration, evaluation, validation, approval, or implementation.

Keywords: Academic Integrity. Academic Plagiarism. Federal Institute of Sergipe. Institutional Resolution.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Campi do IFS 88
FIGURA 2 Fachada da Reitoria do IFS 89
FIGURA 3 Organograma da estrutura organizacional da PROEN..... 97
FIGURA 4 Organograma da estrutura organizacional da PROPEX 98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Critérios adotados	27
Quadro 2	Pesquisa nas bases de dados	28
Quadro 3	Compilação dos estudos selecionados na BRAPCI	30
Quadro 4	Compilação dos estudos selecionados na BDTD	36
Quadro 5	Compilação dos estudos selecionados na CAPES	40
Quadro 6	Características das tipologias de plágio	72
Quadro 7	Critérios de inclusão e exclusão	91
Quadro 8	Matriz objetivo-procedimento	95
Quadro 9	Modelo de Análise SWOT	101
Quadro 10	Análise SWOT do IFS	102
Quadro 11	Fontes documentais do IFS integrantes do corpus principal de análise	108
Quadro 12	Produções recuperadas no Repositório Institucional do IFS	109
Quadro 13	Categorias analíticas e unidades de sentido	111
Quadro 14	Síntese dos achados dos Institutos Federais do Nordeste	123
Quadro 15	Dispositivos com potencial de adaptação ao IFS	127
Quadro 16	Rastreabilidade dos achados da pesquisa na elaboração da Minuta de Resolução	130

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	American Psychological Association
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
BRISPE	Congressos Brasileiros de Ética e Integridade em Pesquisa
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-RJ	Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CEFET-SE	Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CI	Ciência da Informação
CoInfo	Competência em Informação
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COPE	Comitê de Ética em Publicações
CEP/IFS	Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Sergipe
COPPE	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
DOI	Departamento do Interior dos Estados Unidos
EAFSC	Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ERECIN	Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação
FBDG	Faculdade Baiana de Direito e Gestão
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAPERJ	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAPs	Fundações de Amparo à Pesquisa
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz

IA	Inteligência Artificial
IAG	Inteligência Artificial Generativa
ICAI	International Center for Academic Integrity
ICI/UFBA	Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IF BAIANO	Instituto Federal Baiano
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
IFSERTÃOPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
MTC	Metodologia do Trabalho Científico
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ORI	Office of Research Integrity
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional
PROPESQ	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROPEX	Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PROPIP	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
PRPPI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PPCs	Projetos Pedagógicos de Cursos
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RCR	Responsible Conduct of Research
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SWOT	Strengths, Weakness, Opportunities, Threats
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNED	Unidade Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**15**
1.1	**Justificativa**	**21**
2	**PESQUISAS SOBRE O PLÁGIO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR**	**26**
2.1	**Resultados**	**27**
3	**INTEGRIDADE CIENTÍFICA**	**49**
4	**PLÁGIO ACADÊMICO**	**62**
4.1	**Produtivismo acadêmico e a proliferação do plágio**	**75**
4.2	**Plágio e Inteligência Artificial**	**78**
5	**METODOLOGIA**	**85**
5.1	**Classificação da pesquisa**	**85**
5.2	**Lócus da pesquisa: IFS**	**87**
5.3	**Corpus Documental e Participantes da Pesquisa**	**89**
5.4	**Procedimento de coleta e análise de dados**	**91**
5.5	**Considerações Éticas**	**93**
5.6	**Alinhamento entre objetivos específicos e procedimentos**	**94**
6	**DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL**	**96**
6.1	**Caracterização da Instituição**	**96**
6.2	**Principais Serviços**	**98**
6.3	**Missão, Visão e Valores**	**99**
6.4	**Recursos humanos e perfil dos usuários**	**99**
7	**ANÁLISE SWOT**	**100**
8	**ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO**	**107**
8.1	**Caracterização das fontes documentais e das produções do Repositório Institucional**	**108**
8.2	**Procedimentos analíticos e construção das categorias**	**109**
8.3	**Tratamento pedagógico-disciplinar do plágio acadêmico**	**111**
8.4	**Fragilidade das ações formativas e preventivas**	**114**
8.5	**Limitações da padronização institucional do enfrentamento do plágio acadêmico**	**117**

8.6 Inteligência Artificial e implicações para a autoria acadêmica 119
9 INSTRUMENTOS DE ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO ACADÊMICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO NORDESTE 122
10 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO INSTITUCIONAL 129
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS 132
REFERÊNCIAS 134
APÊNDICE A – Minuta de resolução institucional sobre o enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Sergipe 151
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com os Pró-Reitores da PROEN e PROPEX 166
APÊNDICE C – Quadro analítico do roteiro de entrevista 170
ANEXO A – Modelo de declaração de uso de Inteligência Artificial Generativa em produções acadêmicas 173

1 INTRODUÇÃO

A integridade científica refere-se à conduta ética e responsável na produção e comunicação do conhecimento científico. Constitui um dos fundamentos que orientam a atividade científica, estando diretamente relacionada à atuação de docentes, discentes e pesquisadores nas diferentes etapas de sua realização. Seu escopo abrange desde a elaboração do projeto de pesquisa, passando pela condução metodológica, análise e interpretação dos dados, até a divulgação dos resultados. O compromisso com os princípios e as normas que orientam essas etapas visa assegurar a veracidade das informações, a confiabilidade dos processos e a credibilidade do conhecimento produzido.

Nesse sentido, neste estudo, os termos "integridade acadêmica" ou "integridade científica" serão empregados para designar os princípios de "[...] responsabilidade na condução e na execução da pesquisa; compromisso com a integridade acadêmica e com a honestidade intelectual; e transparência em todas as atividades acadêmicas e científicas [...]" (Fchssalla, 2024, p. 12-13). Adotamos, portanto, o entendimento de que a integridade, seja acadêmica ou científica, "[...] é um dos pilares da prática científica e consiste no compromisso com a construção coletiva da ciência, de forma transparente, responsável, rigorosa e honesta [...]" (Fchssalla, 2024, p. 13).

De acordo com Neves (2018), a integridade científica mantém uma dimensão moral, ao mesmo tempo em que incorpora princípios de natureza deontológica, relacionados aos deveres e às exigências que orientam a atuação daqueles que participam da produção do conhecimento. Para a autora, ela constitui um dever e uma exigência ético-legal presentes nos códigos deontológicos, tendo como referências a honestidade, relacionada ao compromisso com a verdade, e a independência, associada à preservação da liberdade de atuação diante de pressões externas.

Embora ainda se configure como um campo relativamente recente de discussão, tem ganhado crescente atenção no cenário brasileiro. A expansão das pesquisas sobre o tema reflete a necessidade de estabelecer normas de conduta claras, válidas para todos os envolvidos no processo de produção científica. Logo, torna-se essencial que a formação de estudantes e pesquisadores seja orientada por valores éticos e pela consolidação de práticas responsáveis, assegurando a credibilidade da ciência (Pádua; Guilhem, 2015).

Nesse cenário, instituições brasileiras e órgãos de fomento como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), bem

como os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) têm buscado implementar iniciativas destinadas à promoção de princípios éticos e ao desenvolvimento de uma cultura de integridade na realização das atividades científicas (Pereira, 2025).

Entre essas iniciativas, destaca-se a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq, estabelecida com o objetivo de assegurar a observância de princípios éticos nas pesquisas financiadas pelo órgão. A norma abrange servidores, proponentes, beneficiários de auxílios e usuários das plataformas digitais da instituição, fundamentando-se em quatro eixos centrais que compreendem educação, prevenção, apuração e aplicação de sanções. A política busca fortalecer a ética e a integridade no meio científico, promover relações pautadas pela boa convivência nos ambientes acadêmico e institucional, mitigar conflitos de interesse nas atividades do CNPq e garantir transparência nos processos de avaliação de mérito científico (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2026a).

No entanto, apesar desses avanços institucionais, persistem condutas que comprometem a integridade da ciência. Entre as infrações mais recorrentes estão a fabricação e a falsificação de dados, a duplicidade de publicações e o plágio (Pithan; Oliveira, 2013). Mais recentemente, soma-se a esse cenário o uso inadequado de ferramentas de Inteligência Artificial (IA). Em resposta, a política de integridade do CNPq estabeleceu que a utilização de Inteligência Artificial Generativa (IAG)[1] em pesquisas apoiadas pelo órgão não é vedada, desde que seja devidamente declarada. A exigência de transparência aplica-se às diferentes etapas do desenvolvimento científico e às modalidades de tecnologias generativas utilizadas, sendo necessário que o pesquisador especifique tanto a ferramenta empregada quanto sua finalidade no estudo (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2026a).

No contexto das discussões sobre plágio e integridade científica, Kumar e Kumar (2024) analisaram o nível de consciência, a atuação e a percepção sobre o plágio entre estudantes de pós-graduação da Chaudhary Ranbir Singh University, em Jind, Haryana, Índia, com uma amostra de 150 pós-graduandos de diferentes áreas. Os resultados indicaram baixo nível de conscientização sobre determinadas formas de plágio. Entre os respondentes, 98% não reconheciam que a reprodução de estruturas frasais sem a devida citação configurava essa prática, enquanto mais de 90% desconheciam as sanções aplicáveis.

Os autores também identificaram uma diferença entre a atitude declarada pelos participantes e as práticas relatadas. Embora 138 participantes afirmassem rejeitar o plágio, também relataram sua adoção e o perceberam como uma prática recorrente entre seus pares (Kumar;

[1] "Trata-se de uma IA generativa, ou seja, que é capaz de produzir conteúdo a partir de uma imensa base de dados distribuída pela Internet ou localmente" (Arruda, 2024, p. 1)

Kumar, 2024).

No cenário brasileiro, merece destaque o estudo de Silva, Teixeira e Santos (2019). Os autores realizaram uma pesquisa com 69 estudantes de uma universidade brasileira, por meio de questionário do tipo survey, com o objetivo de analisar o conhecimento sobre plágio, autoria, legislação e uso de citações. Os resultados indicaram que a maioria dos participantes declarou conhecer os conceitos de plágio (85,5%), citação (92,8%) e autoria (97,1%). Entretanto, mesmo diante desse conhecimento declarado, 46,4% afirmaram já ter utilizado trechos de outros autores sem a devida indicação de autoria em trabalhos acadêmicos, caracterizando plágio.

Em face disso, os autores sugerem que a ausência de punições pode contribuir para a manutenção do plágio no ambiente acadêmico, uma vez que os participantes relataram a inexistência de medidas institucionais diante dessa prática. Entretanto, destacam que seu enfrentamento deve priorizar medidas educativas e preventivas, sem excluir a aplicação de punições quando necessárias (Silva; Teixeira; Santos, 2019).

Nesse horizonte, o plágio tem se revelado uma das práticas mais recorrentes e desafiadoras no ambiente acadêmico, tanto pela frequência com que se manifesta quanto pelos impactos que provoca. Segundo Krokoscz (2012) e Wachowicz e Costa (2016), o plágio consiste na apropriação indevida de ideias ou conteúdos alheios, sem o devido reconhecimento, constituindo uma violação ética que compromete o cenário competitivo da ciência e prejudica o desenvolvimento educacional e tecnológico.

Apesar da gravidade do problema, a pesquisa de Krokoscz (2011) revela que, no Brasil, as reações institucionais ao plágio ainda se mostram incipientes. A inexistência de políticas consolidadas, normativas claras e sanções específicas nas Instituições de Ensino Superior (IES) expõe uma fragilidade preocupante no enfrentamento dessa prática. Aires (2019) reforça essa percepção ao indicar que a persistência do plágio está associada à escassez de orientações formais, à ausência de critérios avaliativos bem definidos e à limitação das normativas internas.

Mesmo diante desse cenário preocupante, muitas IES no Brasil ainda não dispõem de diretrizes claras para a prevenção e o enfrentamento do plágio. Como salientam Borges, Harthmann e Barros (2024, p. 3), “[...] são poucas as instituições de ensino superior que possuem uma política de integridade científica ou orientações documentadas para evitar o plágio”.

Essa carência de normativas não apenas compromete a atuação das instituições frente a casos concretos, como também gera respostas desiguais: enquanto algumas IES adotam medidas mais rígidas, outras permanecem sem parâmetros definidos. O resultado é um ambiente acadêmico marcado pela falta de uniformidade, o que dificulta a consolidação de uma

cultura ética coesa e comprometida com a integridade científica.

A disparidade institucional também se reflete na aplicação das sanções, que podem variar de forma significativa. Nesse sentido, Wachowicz e Costa (2016) apontam que as penalidades aplicáveis ao plágio podem ir desde a simples reprovação de estudantes até medidas mais severas, como a cassação de diplomas e o desligamento de docentes e pesquisadores, demonstrando a diversidade das respostas adotadas diante dessa conduta.

Além das diferentes formas de sanção, os casos de plágio podem alcançar outras esferas de repercussão. Silveira, Arruda e Arruda (2021) observam que os casos de plágio acadêmico têm ganhado visibilidade na mídia nacional e internacional, embora poucos cheguem ao Judiciário, sendo, em geral, solucionados no âmbito das próprias instituições. Ainda assim, podem resultar em sanções como anulação de títulos, reprovação em disciplinas e desligamentos. Mariani Junior e Tortorelli (2021), por sua vez, destacam a recorrência desses episódios e seus impactos sobre a credibilidade da pesquisa e a reputação dos envolvidos. Assim, o plágio pode ultrapassar os limites de uma infração estritamente acadêmica e produzir repercussões éticas, institucionais e jurídicas.

Diante dessas implicações, Borges, Harthmann e Barros (2024) argumentam que o enfrentamento do plágio requer a adoção articulada de medidas institucionais que integrem dimensões educativas e punitivas. Nessa abordagem, a aplicação de sanções deve ser precedida por ações estruturadas de orientação sobre os padrões esperados na produção acadêmica.

Nessa perspectiva, o plágio não deve ser compreendido apenas como uma falha individual do estudante, mas como uma questão institucional que exige estratégias amplas de enfrentamento, envolvendo docentes e gestores. Ao priorizar medidas educativas de conscientização e orientação sobre condutas éticas, essa abordagem complementa a função normativa e fortalece a confiança da comunidade acadêmica, consolidando a credibilidade da produção científica, conforme ressaltado por Krokoscz (2011), ao alinhar-se à missão da instituição de promover valores e o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Dessa forma, a atuação institucional deve ser articulada, permanente e orientada por princípios educativos, de modo a favorecer a formação ética de estudantes, docentes e pesquisadores. Nessa direção, os pilares da integridade acadêmica, propostos pelo *International Center for Academic Integrity* (ICAI)[2], constituem um referencial para orientar políticas e práticas institucionais voltadas à construção de uma cultura de responsabilidade acadêmica (Turnitin, 2018).

[2] O ICAI é uma organização norte-americana sem fins lucrativos voltada para a promoção de práticas de integridade acadêmica em instituições educacionais ao redor do mundo (ICAI, 2025).

Entre esses pilares, destacam-se quatro dimensões fundamentais. A primeira corresponde à elaboração de uma política institucional que estabeleça normas e orientações claras para a conduta acadêmica. A segunda refere-se à divulgação e à compreensão dessas diretrizes por professores e estudantes, favorecendo sua aplicação no ambiente educacional. A terceira está relacionada ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades dos estudantes para a produção de textos acadêmicos e a realização de pesquisas científicas. A quarta contempla a proteção da propriedade intelectual mediante a aplicação de normas institucionais destinadas a evitar fraudes e práticas desonestas na produção do conhecimento (Turnitin, 2018).

A aplicação desses pilares no contexto das IES requer o desenvolvimento de programas educativos e campanhas de conscientização, a implementação de mecanismos de verificação de similaridade com finalidade formativa, a definição de critérios claros de autoria e responsabilidade e a adoção de procedimentos que articulem orientação preventiva e responsabilização proporcional. Dessa forma, as normas de integridade podem ser convertidas em práticas institucionais, contribuindo para a consolidação de uma cultura ética e para o fortalecimento da credibilidade acadêmica.

Além disso, é necessário fomentar, desde os primeiros contatos dos estudantes com a pesquisa científica, uma cultura de repúdio ao plágio, considerando suas repercussões jurídicas e institucionais, que podem comprometer tanto o esforço individual quanto a confiança na missão institucional de promover conhecimento e inovação (Leão; Iocohama, 2023).

> [...] Sensibilizar para a questão, afastando o tema da obscuridade; informar acerca dos aspetos estruturais relacionados com o plágio, como a sua definição e com o enquadramento legal; e formar, criando programas educativos que atribuam aos investigadores as ferramentas essenciais (Leitão *et al*., 2019, p. 249).

Drummond (2021) argumenta que o plágio não deve ser tratado como uma infração de menor relevância e que sua compreensão ainda demanda maior aprofundamento. Nesse sentido, Aires (2019) defende a ampliação das discussões sobre desonestidade acadêmica[3] nas IES, tanto na graduação quanto na pós-graduação, articuladas a medidas práticas. De forma complementar, Morais e Santos (2017) argumentam que as instituições devem instruir os estudantes sobre más práticas em pesquisa, incluindo o esclarecimento sobre sanções e mecanismos de prevenção, enquanto Oliveira (2016) reforça a responsabilidade institucional pelas ações de formação, orientação e aplicação de sanções relacionadas ao plágio.

[3] Qualquer atitude ou comportamento que visa obter vantagens indevidas ou enganar no ambiente de ensino e pesquisa, comprometendo a integridade e a ética da produção do conhecimento.

Nessa mesma direção, Pereira e Corrêa (2021) destacam a primazia de ações de conscientização prévias à adoção de medidas punitivas em casos de plágio acadêmico. Segundo os autores, a instituição, ao promover o devido processo formativo e informativo, resguarda-se quanto à alegação de desconhecimento por parte dos estudantes, caso a prática persista.

> O meio acadêmico se tornou um ponto chave favorável, tanto para a prática do plágio, como para a orientação deste. Na universidade se cria um elo vivo entre o indivíduo a informação e o conhecimento, e os frutos desse conhecimento muitas vezes são vistos através das produções intelectual de seus membros. É necessária uma investida estratégica para que, com o avanço educacional, limite e coíba tais práticas (Morais; Santos, 2017, p. 7).

À luz dessas discussões, torna-se pertinente examinar como tais diretrizes se materializam em contextos institucionais. Nesse sentido, no âmbito dos Institutos Federais, essas reflexões tornam-se especialmente relevantes quando se observa particularmente a realidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)[4], uma vez que, até o período de realização desta pesquisa, não foram identificados, nas fontes institucionais consultadas, instrumentos normativos específicos e integrados voltados ao enfrentamento do plágio acadêmico, embora o tema esteja contemplado em diferentes dispositivos institucionais. Como ressaltam Pereira e Corrêa (2021, p. 811), "a função da instituição de ensino em relação ao plágio é de suma importância, pois é onde primeiro se detecta o problema", evidenciando a necessidade de examinar como essa questão tem sido tratada no âmbito institucional.

Diante da recorrência de práticas de plágio no ensino superior[5], e das diferentes implicações associadas a esse fenômeno, frequentemente relacionadas, no debate acadêmico, às pressões por produtividade, à carência de políticas institucionais consolidadas de integridade científica e à insuficiência de ações voltadas ao letramento acadêmico dos estudantes, o plágio acadêmico constitui o objeto central desta investigação.

Nesse contexto, formula-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os limites das abordagens atualmente adotadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) para o enfrentamento do plágio acadêmico e de que modo a construção de uma

[4] "O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS é uma instituição pública de ensino, multicampi e pluricurricular, orientada para o desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, do meio ambiente, visando ao desenvolvimento humano e o bem-estar social" (IFS, 2021).

[5] Ingvild Kjerkol, ministra da Saúde e de Serviços de Cuidado da Noruega, deixou o cargo em 12 de abril, um dia depois de a Universidade do Norte anular sua dissertação de mestrado sobre governança da saúde, defendida em 30 de agosto de 2021, devido à constatação de plágio (Revista Pesquisa FAPESP, 2024). Há uma década, o site PubPeer foi alvo de um processo judicial iniciado pelo oncologista Fazlul Sarkar, ex-pesquisador da Universidade Estadual de Wayne, em Detroit, Michigan. Ele havia sido denunciado por usuários da plataforma e teve mais de 40 artigos retratados por manipulação de dados (Marques, 2025).

política institucional pode contribuir para superá-los?

A partir dessa questão de pesquisa, o presente estudo tem como objetivo geral elaborar uma minuta de resolução institucional[6] sobre o plágio acadêmico no IFS, fundamentada em evidências produzidas pela pesquisa, com vistas ao fortalecimento da cultura de integridade acadêmica na instituição. Para atingir esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) Identificar e analisar os documentos normativos do IFS[7] que tratam do plágio acadêmico, examinando os enfoques que orientam o tratamento institucional do tema.
b) Analisar as percepções dos Pró-Reitores responsáveis pelas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFS acerca do plágio acadêmico, bem como as estratégias institucionais atualmente mobilizadas para sua prevenção e enfrentamento.
c) Levantar e analisar instrumentos de enfrentamento do plágio adotados por Institutos Federais do Nordeste, com vistas à identificação de boas práticas e dispositivos passíveis de adaptação ao contexto do IFS.
d) Sistematizar, com base nos dados analisados, diretrizes e critérios para a elaboração da minuta de resolução institucional sobre plágio acadêmico no IFS.

Destaca-se que a minuta é concebida como instrumento de mediação institucional orientado à normatização de condutas e ao estabelecimento de diretrizes para o enfrentamento do plágio acadêmico. Sua elaboração privilegia uma abordagem preventiva, baseada na definição de conceitos, critérios e procedimentos claros, sem se limitar a uma perspectiva exclusivamente punitiva.

1.1 Justificativa

Durante a realização das disciplinas do mestrado, o contato com conceitos e discussões sobre autoria e plágio despertou meu interesse por temas relacionados à integridade científica, ao uso ético da informação e à responsabilidade institucional. Os debates e exemplos

[6] Com enfoque orientativo que decorre da padronização de definições, critérios e procedimentos, bem como da previsão de medidas corretivas proporcionais sempre que cabíveis, reservando-se providências sancionatórias para hipóteses de maior gravidade.

[7] Além dos documentos normativos, a investigação abrangeu a busca por materiais institucionais de caráter educativo e orientativo, como cartilhas, manuais, guias e outros instrumentos destinados à prevenção do plágio acadêmico e à promoção da integridade acadêmica. Esses materiais podem contribuir para a difusão de orientações e práticas educativas no ambiente institucional.

abordados evidenciaram a complexidade do plágio, suas múltiplas causas e os desafios para preveni-lo. A partir dessa vivência, surgiu a inquietação sobre como essa temática tem sido tratada no IFS, instituição à qual estou vinculada profissionalmente.

Como etapa preliminar da pesquisa, realizou-se uma sondagem no portal institucional e no Repositório Institucional do Instituto em busca de conteúdos relacionados à integridade acadêmica, à conscientização e ao enfrentamento do plágio. No portal, foram consultados os documentos institucionais acessíveis ao público. No Repositório, por sua vez, foram empregados termos de busca previamente definidos, relacionados à temática, para localizar produções acadêmicas pertinentes ao objeto da pesquisa.

Nesse levantamento, não foram identificados, nas fontes consultadas, protocolos específicos, materiais orientadores, trabalhos acadêmicos diretamente relacionados ao objeto de estudo ou políticas institucionais formalizadas voltadas à prevenção e ao enfrentamento do plágio acadêmico e à promoção da integridade acadêmica. Esse resultado indicou a necessidade de aprofundar a investigação sobre a existência de diretrizes institucionais relacionadas à temática e as formas de tratamento adotadas diante das ocorrências de plágio acadêmico. A investigação voltou-se, então, às perspectivas de gestores vinculados à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), buscando compreender as orientações, práticas e concepções relacionadas à integridade acadêmica e ao enfrentamento do plágio no contexto investigado.

Em contextos nos quais as políticas e normativas sobre integridade acadêmica ainda se encontram em processo de consolidação, investigar o plágio apresenta-se como uma oportunidade de fortalecimento institucional. Essa compreensão permite identificar desafios, orientar ações educativas e contribuir para a formação ética dos estudantes, além de favorecer a credibilidade das instituições de ensino perante a comunidade científica e a sociedade. Nessa perspectiva, o ambiente acadêmico deve ser compreendido tanto como espaço onde práticas inadequadas podem ocorrer quanto como lugar privilegiado para sua prevenção, uma vez que nele se articulam indivíduo, informação, conhecimento e produção intelectual (Morais; Santos, 2017).

Lidar com o plágio requer uma abordagem que ultrapasse medidas exclusivamente punitivas, favorecendo, conforme Wachowicz e Costa (2016), a construção de políticas institucionais orientadas pela educação, pela pesquisa e pela promoção de práticas éticas na produção do conhecimento.

A importância desta pesquisa se manifesta na investigação das limitações instituci-

onais relacionadas à formalização e à articulação de ações de orientação, prevenção e enfrentamento do plágio acadêmico, especialmente no que se refere à consolidação de uma cultura de integridade acadêmica no IFS. Ao investigar essa temática, o estudo busca contribuir para a compreensão dos desafios existentes e para o fortalecimento de parâmetros formativos, éticos e institucionais que orientem a comunidade acadêmica quanto ao respeito à autoria e à responsabilidade na produção do conhecimento.

Sob a perspectiva social, o debate sobre o plágio favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e da corresponsabilidade na construção de uma cultura acadêmica ética, transparente e comprometida com a produção responsável do conhecimento científico. Afinal, como observa Oliveira (2016, p. 27), "cometer plágio não só prejudica o desenvolvimento científico, mas também desonra todos os envolvidos no processo, inclusive a própria universidade".

No contexto local, o IFS constitui uma instituição pública de ensino com atuação relevante no estado de Sergipe, sendo frequentemente envolvido em editais e iniciativas de alcance estadual (Viard, 2023). Nesse sentido, o fortalecimento do compromisso institucional com a integridade acadêmica contribui para que a produção científica esteja alinhada a princípios éticos e para a formação de profissionais capazes de adotar práticas responsáveis em diferentes contextos sociais, educacionais e institucionais.

Os resultados desta pesquisa poderão fornecer subsídios para a formulação de políticas e práticas institucionais que reforcem o rigor ético e incentivem a originalidade na produção científica. Conforme destaca Oliveira (2016, p. 68), "a Universidade tem a função de implantar uma consciência ética na comunidade acadêmica, a fim de que todos tenham a noção de que a produção científica só terá validade e crescimento se for edificada de forma honrada".

O trabalho desenvolvido também se apresenta como ponto de partida para que outros pesquisadores e a própria instituição ampliem as discussões e desenvolvam iniciativas voltadas à formulação, à avaliação, à validação e à implementação de práticas relacionadas à integridade acadêmica. Nesse sentido, espera-se que as contribuições desta pesquisa favoreçam o aprimoramento das ações institucionais de prevenção e enfrentamento do plágio, bem como o fortalecimento de uma cultura acadêmica pautada na ética e na responsabilidade pela produção do conhecimento.

Nessa direção, o debate contribui para a reflexão sobre a consolidação de práticas acadêmicas pautadas na transparência, na responsabilidade e na excelência, em consonância com Pádua e Guilhem (2015). Ainda que seus efeitos não sejam imediatos, o estudo pode contribuir para o desenvolvimento de ações educativas e institucionais voltadas à prevenção e ao

enfrentamento do plágio no IFS.

Por fim, esta dissertação, que se insere na linha de pesquisa Informação, Sociedade e Cultura, ao problematizar o plágio, indissociável do debate sobre integridade científica, reafirma a centralidade das práticas éticas na produção do conhecimento e contribui para a promoção de uma cultura acadêmica comprometida com a legitimidade e o avanço científico.

A seguir, apresenta-se a estrutura da dissertação, com o detalhamento do conteúdo e da lógica de desenvolvimento de cada uma de suas seções. O trabalho está organizado em doze seções, incluindo a Introdução, que contextualiza o tema e apresenta os objetivos e a justificativa da pesquisa. A Seção 2, intitulada "Pesquisas sobre o plágio acadêmico no ensino superior", mapeia e analisa a produção acadêmica recente acerca do plágio acadêmico no Brasil.

A Seção 3, denominada "Integridade científica", discute os princípios que norteiam a credibilidade da ciência, com ênfase na ética, na responsabilidade e na transparência na produção do conhecimento.

Na sequência, a Seção 4, intitulada "Plágio acadêmico", detalha o conceito, as modalidades e os impactos do plágio. Essa seção contempla dois subtópicos que analisam a relação entre o produtivismo acadêmico e a proliferação do plágio e discutem o plágio acadêmico e a Inteligência Artificial. A Seção 5, por sua vez, intitulada "Metodologia", descreve a classificação da pesquisa, o lócus do estudo, a população e a amostra, os procedimentos de coleta e análise de dados, as considerações éticas e o detalhamento das etapas metodológicas.

Em continuidade à apresentação da estrutura do trabalho, a Seção 6, denominada "Diagnóstico Organizacional", apresenta a instituição investigada, incluindo sua natureza, missão, visão, valores e principais serviços. A Seção 7, intitulada "Análise SWOT", identifica as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças.

Posteriormente, a Seção 8, denominada "Análise dos dados e discussão", apresenta e discute os resultados da análise documental e das entrevistas semiestruturadas com os gestores institucionais, considerando a articulação entre as fontes integrantes do corpus principal da pesquisa. A Seção 9, intitulada "Instrumentos de enfrentamento do plágio acadêmico nos Institutos Federais do Nordeste", apresenta o levantamento regional descritivo realizado junto a essas instituições, destacando práticas, dispositivos e instrumentos relacionados à prevenção e ao enfrentamento do plágio acadêmico.

A Seção 10, denominada "Diretrizes para a elaboração da Minuta de Resolução Institucional", apresenta os eixos orientadores que fundamentaram a elaboração do produto téc-

nico, cujo texto integral se encontra no **Apêndice A**. Trata-se de uma proposta normativa destinada a orientar e estabelecer procedimentos institucionais para a prevenção, a identificação e o encaminhamento de casos de plágio acadêmico no âmbito do IFS.

Por fim, a Seção 11, intitulada “Considerações finais”, retoma os objetivos da pesquisa, sintetiza os principais resultados e apresenta as contribuições do estudo para a compreensão e o enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do IFS. Além disso, reconhece as limitações da investigação e apresenta perspectivas para pesquisas futuras.

2 PESQUISAS SOBRE O PLÁGIO ACADÊMICO NO ENSINO SUPERIOR

O presente levantamento foi desenvolvido com o intuito de mapear e analisar a produção acadêmica recente acerca do plágio acadêmico[8] no contexto do ensino superior, possibilitando identificar tendências, enfoques teóricos e metodológicos, bem como lacunas existentes na produção científica sobre o tema. Sua finalidade é situar esta pesquisa em relação ao conhecimento já produzido no campo, oferecendo uma visão atualizada das discussões e abordagens presentes na literatura especializada.

Embora o plágio acadêmico constitua uma problemática discutida internacionalmente, o levantamento concentrou-se na produção científica relacionada ao ensino superior brasileiro, considerando o objetivo de compreender como a temática vem sendo investigada e discutida no contexto nacional.

Para a realização do levantamento, foram consultadas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A escolha dessas bases buscou contemplar diferentes tipos de produções acadêmicas relacionadas ao tema, incluindo artigos, teses e dissertações. Não foram excluídos estudos internacionais recuperados nessas plataformas, desde que apresentassem contribuições pertinentes à temática investigada.

A pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2025, considerando o período de publicação compreendido entre 2015 e 2025. Para a recuperação das produções, foram utilizados termos de busca específicos combinados com o operador booleano AND, de modo a estruturar a estratégia e refinar os resultados relacionados ao objeto investigado. Posteriormente, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, que estabeleceram os parâmetros para a seleção dos estudos integrantes do levantamento, conforme apresentado no Quadro 1.

[8] Embora o foco deste levantamento esteja voltado ao plágio acadêmico, é importante ressaltar que há temas correlatos na literatura da área que frequentemente se encontram imbricados na literatura da área, tais como integridade científica, integridade acadêmica, ética na pesquisa, responsabilidade autoral, entre outros. Esses temas, por estarem intrinsecamente relacionados, costumam ser abordados em conjunto ou de forma complementar nos estudos sobre plágio, compondo um campo de discussões mais amplo acerca das práticas de produção e validação do conhecimento.

Quadro 1 - Critérios adotados

Critérios	Descrição
Critérios de Inclusão	• Artigos, dissertações e teses completas; • Acesso livre; • Marco temporal entre 2015 e 2025; • Idiomas: publicações disponíveis em português; • Pertinentes ao objeto de pesquisa.
Critérios de Exclusão	• Publicações anteriores a 2015 ou posteriores a 2025; • Acesso restrito; • Trabalhos duplicados; • Não pertinentes ao objeto de pesquisa; • Que após a análise dos títulos e resumos não apresentem relação pertinente com a temática investigada ou com o objeto da pesquisa.

Fonte: elaboração própria (2025).

Com base nesses parâmetros, foram utilizadas as seguintes combinações de termos com o operador booleano AND: "plágio acadêmico" AND “Instituto Federal”; "integridade científica" AND “Instituto Federal”; "integridade acadêmica" AND “Instituto Federal”; "plágio acadêmico" AND “ensino superior”; "integridade científica" AND “ensino superior” e "integridade acadêmica" AND “ensino superior”.

Na etapa seguinte, os trabalhos recuperados foram submetidos a uma triagem preliminar mediante a leitura dos títulos e resumos, a fim de verificar sua aderência ao foco do levantamento. A avaliação da pertinência temática também considerou o conteúdo dos trabalhos, permitindo identificar estudos que, embora apresentassem objetivos mais abrangentes, incluíam análises relacionadas ao plágio acadêmico, à integridade científica ou à integridade acadêmica no ensino superior. Desse modo, a ausência de referência explícita a esses temas nos títulos ou resumos não constituiu, isoladamente, motivo de exclusão.

Em uma etapa de revisão da seleção, alguns trabalhos inicialmente não incluídos no corpus foram reexaminados quanto à sua pertinência temática e incorporados ao levantamento. Esses estudos já haviam sido recuperados nas buscas originais, não havendo alteração no número total de registros identificados. Ao final desse processo, os trabalhos selecionados constituíram o corpus analítico do levantamento bibliográfico.

2.1 Resultados

A busca nas bases selecionadas resultou na identificação de 26 registros. Após a remoção de 6 registros duplicados, os 20 registros restantes foram avaliados conforme os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos no Quadro 1. Desse total, 8 foram excluídos por

não atenderem aos critérios de elegibilidade, resultando em 12 estudos selecionados para compor o corpus do levantamento.

Os estudos selecionados estão distribuídos entre as bases consultadas, sendo 4 provenientes da BRAPCI, 3 da BDTD e 5 do Portal de Periódicos da CAPES, compondo o conjunto de produções analisadas para a caracterização e a discussão do Estado da Arte sobre o tema investigado.

O Quadro 2 apresenta os quantitativos de registros recuperados, duplicados, excluídos por elegibilidade e selecionados, discriminados por base de dados e estratégia de busca.

Quadro 2 - Pesquisa nas bases de dados

Base de Dados	Combinação de Termos	Resultados Encontrados	Tipo de Documento	Duplicados	Não Selecionados	Selecionados
BRAPCI	"plágio acadêmico" AND "Instituto Federal"	1	Artigo	0	0	1
	"integridade científica" AND "Instituto Federal"	1	Entrevista	0	1	0
	"integridade acadêmica" AND "Instituto Federal"	0	-	0	0	0
	"plágio acadêmico" AND "ensino superior"	4	Artigos	2	0	2
	"integridade científica" AND "ensino superior"	1	Artigo	0	0	1
	"integridade acadêmica" AND "ensino superior"	1	Artigo	0	1	0
SUBTOTAL BRAPCI	**-**	**8**	**-**	**2**	**2**	**4**
BDTD	"plágio acadêmico" AND "Instituto Federal"	1	Dissertação	0	1	0
	"integridade científica" AND "Instituto	0	-	0	0	0

Continuação...

	Federal”					
	"integridade acadêmica" AND “Instituto Federal”	0	-	0	0	0
	"plágio acadêmico" AND “ensino superior”	4	Dissertações e Tese	0	1	3
	"integridade científica" AND “ensino superior”	1	Tese	0	1	0
	"integridade acadêmica" AND “ensino superior”	0	-	0	0	0
SUBTOTAL BDTD	**-**	**6**	**-**	**0**	**3**	**3**
CAPES	"plágio acadêmico" AND “Instituto Federal”	0	-	0	0	0
	"integridade científica" AND “Instituto Federal”	1	Entrevista	1	0	0
	"integridade acadêmica" AND “Instituto Federal”	0	-	0	0	0
	"plágio acadêmico" AND “ensino superior”	4	Artigos e Editorial	1	1	2
	"integridade científica" AND “ensino superior”	3	Artigos	0	1	2
	"integridade acadêmica" AND “ensino superior”	4	Artigos	2	1	1
SUBTOTAL CAPES	**-**	**12**	**-**	**4**	**3**	**5**
TOTAL	**-**	**26**	**-**	**6**	**8**	**12**

Fonte: elaboração própria (2026).

A partir do corpus constituído, procedeu-se à análise das principais contribuições dos estudos selecionados para a compreensão do plágio acadêmico e de aspectos relacionados à integridade acadêmica. Nesse conjunto, Gomes e Menezes (2022) apresentam maior aproximação com o objeto desta pesquisa, por incluírem docentes e discentes e evidenciarem limitações formativas na compreensão do conceito de plágio e na diferenciação de suas variações. No estudo, os estudantes afirmaram que a responsabilidade pelo plágio não recai exclusivamente sobre professores ou alunos. Segundo os participantes, o próprio modelo de avaliação da universidade pode favorecer essa prática ao valorizar a nota final em detrimento dos processos de aprendizagem. Na percepção dos estudantes, esse modelo também pode estimular a cola e reduzir a importância atribuída aos trabalhos acadêmicos, realizados, em alguns casos, de forma pouco cuidadosa.

Entre os estudos selecionados, constatou-se ainda que, no recorte definido e nas estratégias de busca adotadas, não foram identificados trabalhos que focalizassem a percepção de gestores ou que adotassem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como lócus de investigação no contexto do ensino superior. Essa ausência, circunscrita ao corpus analisado, indica uma lacuna específica que contribui para fundamentar a pertinência desta pesquisa, voltada à compreensão de como o plágio é abordado no IFS a partir da percepção dos Pró-Reitores vinculados à PROEN e à PROPEX, bem como à identificação de iniciativas institucionais pontuais ou emergentes que coloquem o tema em pauta ou revelem sua ausência na instituição.

A seguir, são sintetizados os estudos selecionados neste levantamento, organizados segundo autoria, título, ano, tipologia e objeto de análise, de acordo com as bases de dados consultadas. Essa organização possibilita uma leitura comparativa e sistemática das produções examinadas e de suas principais contribuições para a discussão sobre plágio acadêmico e/ou temas correlatos, iniciando-se pelos estudos recuperados na BRAPCI, apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 - Compilação dos estudos selecionados na BRAPCI

Autoria	Título	Ano	Tipo	Objeto de Estudo
MORAIS, Andrea da Luz Cerqueira; SANTOS, José Carlos Sales dos.	O plágio em publicações científicas e a percepção dos graduandos em biblioteconomia e documentação do instituto de Ciência da Informação da universidade federal da Bahia.	2017	Artigo	Analisar como os estudantes do curso de Biblioteconomia e Documentação percebem as temáticas 'plágio' e 'direitos autorais' no contexto universitário, com foco no Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Continuação...

SANCHES, Tatiana.	Citar e referenciar: uma estratégia formativa para o uso ético da informação e prevenção do plágio em meio académico.	2019	Artigo	Analisar como a formação em citações e referências bibliográficas, fundamentada na literacia da informação, pode contribuir para a prevenção do plágio acadêmico entre estudantes da Faculdade de Psicologia e do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, em Portugal.
LIMA; Thaís Aparecida de; FURNIVAL, Ariadne Choë Mary; CASARIN, Helen de Castro Silva; MARTÍNEZ, Marta Pagán.	A competência em informação na escrita acadêmica para evitar o plágio: um estudo com universitários brasileiros.	2023	Artigo	Analisar a percepção e o nível de conhecimento dos estudantes do primeiro e do quinto semestres de dois cursos de graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) a respeito do plágio acadêmico.
PEREIRA, Maria Edvânia da Silva; BONIFÁCIO, Renata Ferreira Costa.	Integridade científica em instituições de ensino superior no Brasil.	2023	Artigo	Fomentar a conscientização acerca da relevância da ética e da integridade científica, bem como ampliar o entendimento sobre o papel da Gestão da Informação (GI) e das ações voltadas ao combate às más práticas na promoção de elevados padrões de qualidade em instituições públicas de ensino e pesquisa no Brasil.

Fonte: elaboração própria (2025).

O artigo de Morais e Santos (2017) teve como objetivo caracterizar a percepção dos discentes do curso de Biblioteconomia e Documentação do Instituto de CI da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA) acerca das temáticas do plágio e dos direitos autorais no âmbito universitário. Para tanto, os autores aplicaram um questionário a estudantes formandos, buscando identificar seu nível de conhecimento sobre o tema e verificar a existência de orientações formativas voltadas à prevenção do plágio no curso.

Os resultados mostraram que 60% dos estudantes afirmaram não ter recebido orientação formal em sala de aula, enquanto 40% relataram ter recebido. Com base nesses achados, Morais e Santos (2017) defendem maior inserção do tema nas políticas e práticas institucionais, inclusive por meio de discussões em disciplinas desde os primeiros semestres. Além disso, 50% dos discentes desconheciam que o plágio constitui crime segundo a legislação brasileira, e 70% associaram a internet ao aumento dessa ocorrência.

A análise das ementas reforçou essa percepção de formação limitada sobre o tema. Segundo os autores, apenas a disciplina de Editoração abordava explicitamente os direitos autorais, enquanto Normalização da Documentação, embora não apresentasse essa temática formalmente em sua ementa, foi indicada pelos estudantes como espaço de obtenção de informa-

ções relacionadas ao assunto. Para Morais e Santos (2017), esses dados revelam uma abordagem curricular pontual e pouco sistematizada. Embora os discentes reconhecessem a relevância da discussão e a gravidade do problema, persistiam dúvidas relacionadas às normas de citação e às implicações legais do plágio.

A dimensão institucional também foi evidenciada pelo relato dos estudantes de que não participaram de eventos promovidos pelo ICI/UFBA sobre o tema. Diante desse cenário, Morais e Santos (2017) sugerem a realização de oficinas, cursos e seminários específicos, com o objetivo de ampliar a orientação sobre o uso adequado de citações e promover a conscientização acerca das implicações do plágio quando praticado de forma consciente.

As questões finais do instrumento de pesquisa buscaram identificar sugestões dos discentes para o enfrentamento do problema. Entre as propostas apresentadas, destacaram-se maior comprometimento docente, ampliação das estratégias de identificação do plágio, maior abordagem do tema no ambiente universitário, adoção de medidas punitivas, divulgação e acesso aos grupos de pesquisa, orientação acadêmica desde o primeiro semestre, realização de palestras, cursos, seminários e mesas-redondas, inserção de disciplinas específicas, produção e disponibilização de materiais didáticos e incentivo à conscientização e ao reconhecimento da autoria.

Na conclusão, Morais e Santos (2017) assinalam que ainda há necessidade de o ICI/UFBA, particularmente por meio de determinadas disciplinas, assumir maior responsabilidade na orientação dos discentes sobre o plágio acadêmico. Segundo os autores, a pesquisa evidenciou limitações no conhecimento dos estudantes sobre o tema e não identificou indícios de que o Instituto desenvolvesse, de forma eficiente, uma política consistente de prevenção e enfrentamento do plágio. Nesse sentido, destacam a necessidade de ampliar as ações institucionais voltadas à valorização do trabalho intelectual e dos direitos autorais. Por fim, os autores destacam que o plágio não se limita à esfera acadêmica, estando presente em diferentes produções sociais, artísticas, científicas e literárias, devendo ser reconhecido e combatido como crime em qualquer âmbito.

Sanches (2019), por sua vez, analisou a implementação de um módulo de formação voltado ao ensino de citações e referências bibliográficas como estratégia de prevenção do plágio no ensino superior português. O estudo fundamentou-se na compreensão de que o desenvolvimento de competências relacionadas à literacia da informação, especialmente quanto ao uso ético das fontes e à escrita acadêmica, pode contribuir para a prevenção do plágio quando essas habilidades são trabalhadas ao longo da formação universitária. Embora desenvolvido em Portugal, o estudo apresenta contribuições pertinentes à discussão sobre iniciativas

institucionais de caráter formativo voltadas à prevenção do plágio no ensino superior.

A pesquisa, caracterizada como um estudo de caso que utilizou métodos qualitativos e quantitativos, foi desenvolvida na Faculdade de Psicologia e no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, envolvendo 128 estudantes em 11 sessões formativas realizadas nos anos letivos de 2015/2016 e 2016/2017. As atividades compreenderam sessões integradas ao conteúdo curricular e workshops de inscrição livre, abordando o uso ético da informação, a elaboração de citações, paráfrases e referências bibliográficas, com base na sexta edição da norma *American Psychological Association* (APA). Para avaliar a experiência, foram aplicados questionários ao final das sessões, contemplando a avaliação dos participantes sobre a formação e a autoavaliação das competências percebidas após as atividades.

Os resultados evidenciaram uma avaliação positiva da iniciativa, com média de 98% de satisfação em relação à qualidade da formação e 92% na autoavaliação das competências percebidas pelos participantes. Segundo Sanches (2019), esses resultados reforçam a relevância das ações educativas promovidas pelas bibliotecas universitárias, especialmente no desenvolvimento de habilidades relacionadas à escrita acadêmica e ao uso ético da informação.

A autora também destaca a valorização do pensamento crítico e da interpretação pessoal dos estudantes na produção de textos acadêmicos fundamentados nas ideias de outros autores. Nesse sentido, considera que a formação em citações e referências constitui uma estratégia de prevenção do plágio e conclui que a experiência pode servir de reflexão e inspiração para outras bibliotecas interessadas em promover boas práticas na escrita acadêmica dos estudantes universitários (Sanches, 2019).

No estudo de Lima *et al.* (2023), as autoras caracterizam o plágio como um fenômeno corriqueiro e crítico, que compromete a integridade acadêmica e científica e se manifesta sobretudo nos processos de ensino e aprendizagem no ensino superior. Destacam ainda que o uso adequado das fontes de informação envolve a reflexão sobre aspectos éticos e valores relacionados ao respeito à propriedade intelectual e aos direitos autorais.

A partir dessa compreensão, o estudo empírico conduzido pelas autoras investigou a percepção de estudantes ingressantes e do terceiro ano dos cursos de Biblioteconomia e CI e de Ciências Biológicas da UFSCar sobre o plágio acadêmico. Foram analisados aspectos como a consciência ética no uso da informação, a capacidade de reconhecer práticas de plágio e a percepção desses alunos quanto à abordagem do tema pela universidade (Lima *et al.,* 2023).

Os resultados revelaram que, embora em sua maioria os alunos compreendam o que é plágio e afirmem citar as fontes ao elaborar trabalhos acadêmicos, ingressantes e alunos em etapas mais avançadas do curso relataram práticas semelhantes, sem diferenças expressivas

quanto ao conhecimento sobre o tema ao longo da formação.

Lima *et al.* (2023) analisam a Competência em Informação (CoInfo) no contexto da escrita acadêmica, apontando sua relevância como estratégia para a prevenção do plágio. As autoras observam que a relação entre essas competências e a escrita costuma ser abordada em sessões de treinamento voltadas ao uso adequado das citações, mas argumentam que o uso ético da informação não se limita ao domínio técnico das normas de citação.

Diante desse cenário, Lima *et al.* (2023) reforçam que a CoInfo deve necessariamente incluir a dimensão ética, estreitamente vinculada à escrita acadêmica. Destacam ainda que a literatura dedica menor atenção à sensibilização para o uso ético da informação como parte integrante da produção científica, o que reforça a necessidade de compreender a Competência em Informação de forma articulada à prática acadêmica e ao compromisso com a integridade científica.

Complementarmente, Pereira e Bonifácio (2023) examinam a integridade científica nas instituições de ensino superior brasileiras em uma perspectiva mais ampla, que não se restringe ao plágio. As autoras ressaltam a responsabilidade das universidades na criação de políticas, normas, guias e comitês voltados à prevenção de más práticas científicas. Também destacam a importância da gestão da informação como eixo que sustenta o rigor acadêmico, discutindo medidas já adotadas e desafios ainda persistentes no cenário nacional.

Entre os marcos históricos apresentados por Pereira e Bonifácio (2023), destaca-se a proposição da OAB do Ceará, em 2010, que recomendou às instituições de ensino superior a utilização de softwares de similaridade em atividades acadêmicas, bem como a adoção de políticas de conscientização e informação sobre propriedade intelectual. Posteriormente, segundo as autoras, a CAPES e o CNPq instituíram comissões e normativas, enquanto fundações estaduais de amparo à pesquisa elaboraram guias, códigos e escritórios especializados. Outro marco apontado pelas pesquisadoras foi o I BRISPE, realizado em 2012 na UFRJ, que contribuiu para ampliar o debate e incentivar a formulação de políticas em diferentes universidades.

A partir desse movimento, instituições federais, como Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Ceará (UFC), e estaduais, como Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), passaram a adotar diferentes mecanismos de promoção da integridade, entre eles manuais, comitês, escritórios especializados e ferramentas de verificação de similaridade textual, como o Turnitin (Pereira; Bonifácio, 2023).

Conforme descrevem Pereira e Bonifácio (2023), diante das más práticas em produções acadêmico-científicas, instituições de ensino superior e agências de fomento, nacionais e internacionais, passaram a adotar mecanismos de detecção, prevenção e investigação. Entre essas estratégias estão softwares de similaridade textual, oficinas, palestras, treinamentos, disciplinas, códigos e guias de conduta. Entre as ferramentas mencionadas, o Turnitin se destaca por realizar varreduras em extensas bases de dados e na web, possibilitando a identificação de similaridades e de indícios de plágio ou manipulação textual, o que pode auxiliar docentes e pesquisadores na preservação da integridade da pesquisa.

Pereira e Bonifácio (2023) também ressaltam o papel dos códigos e guias de integridade na orientação das condutas e das boas práticas científicas. Documentos elaborados por fundações como a de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) são amplamente divulgados à comunidade acadêmica com a finalidade de orientar a adoção de boas práticas. Para as autoras, tais iniciativas contribuem para o fortalecimento da produção científica, para a melhoria de sua qualidade e para a visibilidade das universidades em rankings nacionais e internacionais.

De acordo com Pereira e Bonifácio (2023), a integridade científica, associada ao acesso à informação sobre boas práticas, contribui para o enfrentamento das más condutas acadêmicas. As ações desenvolvidas pelas instituições favorecem tanto o fortalecimento de uma cultura pautada pela ética e pela transparência quanto a consolidação de políticas institucionais de integridade.

Por fim, Pereira e Bonifácio (2023) destacam que as instituições de ensino superior brasileiras têm avançado, sobretudo, nos pilares de conscientização e educação, em consonância com o ICAI. Essas dimensões vêm sendo fortalecidas por meio de materiais, ferramentas informativas e ações de orientação à comunidade acadêmica. As autoras observam, no entanto, que ainda há escassez de estudos e publicações no Brasil sobre o tema, o que dificulta a comunicação entre áreas e o desenvolvimento de políticas mais consistentes. Essa lacuna reforça, segundo as autoras, a necessidade de ampliar investimentos e esforços voltados à consolidação de uma cultura de integridade científica e ao aprimoramento das práticas acadêmicas e éticas na pesquisa.

Em síntese, os quatro estudos evidenciam que o enfrentamento do plágio requer uma abordagem integrada, que articule percepções discentes, formação em competência informacional, práticas educativas voltadas ao uso ético da informação e políticas institucionais.

Morais e Santos (2017) chamam atenção para as fragilidades da abordagem do tema

junto aos estudantes. Sanches (2019), por sua vez, destaca que a formação em citações e referências bibliográficas configura uma estratégia de prevenção do plágio, evidenciando a contribuição das bibliotecas universitárias para o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso ético da informação. Lima *et al.* (2023) ressaltam a CoInfo[9] como dimensão ética da escrita acadêmica. Pereira e Bonifácio (2023) ampliam a discussão ao destacar a importância das políticas e ações institucionais voltadas à integridade científica. Em conjunto, esses estudos apontam para a necessidade de articular ações formativas, orientação acadêmica e atuação institucional no enfrentamento do plágio e na promoção da integridade acadêmica.

Na sequência, apresenta-se a análise do trabalho selecionado na BDTD, conforme o Quadro 4, com vistas a evidenciar suas contribuições para a discussão em pauta.

Quadro 4 - Compilação dos estudos selecionados na BDTD

Autoria	Título	Ano	Tipo	Objeto De Estudo
ALENCAR, Leonço Barboza de.	Práticas de orientação de TCC em curso de graduação em Ciências Contábeis em IES da cidade de São Paulo que possuem Stricto Sensu.	2016	Dissertação	Conhecer e analisar as práticas adotadas por orientadores de TCC em cursos de graduação em Ciências Contábeis de instituições de ensino superior da cidade de São Paulo que oferecem pós-graduação stricto sensu, bem como verificar se essas práticas podem promover a integração entre graduação e pós-graduação.
OLIVEIRA, José Gláucio Brito Tavares de.	Autoria e plágio em trabalhos acadêmicos: políticas e ações de combate a contrafação no contexto universitário.	2016	Dissertação	Discutir o plágio e suas implicações acadêmicas e éticas, visando propor instrumentos normativos que orientem a redação científica e fortaleçam o combate ao plágio na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
AIRES, João Paulo.	Análise de plágio em teses e dissertações dos programas de pós-graduação na área de ensino no período de 2010 a 2012.	2017	Tese	Verificar se as instituições de ensino superior (IES) desenvolvem políticas e ações para combater o plágio nos trabalhos acadêmicos, permitindo a criação de publicações relevantes.

Fonte: elaboração própria (2025).

Alencar (2016), em sua dissertação, investigou as práticas de orientação de trabalhos de conclusão de curso em graduações de Ciências Contábeis de instituições de ensino superior da cidade de São Paulo que oferecem pós-graduação stricto sensu, buscando também

[9] No Brasil, usa-se "Competência em Informação" como tradução de *Information Literacy*, entendida como um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores que permitem reconhecer quando a informação é necessária (Lima *et al*., 2023).

verificar se essas práticas poderiam promover a integração entre os dois níveis de ensino. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem qualitativa, envolveu oito professores orientadores de quatro instituições, utilizando entrevistas em profundidade e análise documental, cujos dados foram examinados por meio da análise de conteúdo de Bardin.

Embora o plágio acadêmico não constitua o objeto central da dissertação, o autor dedica uma subseção específica às atitudes dos professores orientadores diante dessa prática, o que fundamentou a pertinência do estudo para o presente estado da arte. Nessa análise, os resultados indicaram que os professores reconheciam a gravidade do problema e relataram diferentes formas de identificação, incluindo a leitura dos trabalhos, a consulta de trechos na internet e o uso de programas específicos. Como medidas preventivas, foram relatados esclarecimentos prévios aos estudantes sobre o plágio e suas consequências, além de orientações durante o acompanhamento dos trabalhos.

Alencar (2016) identificou, entretanto, divergências na maneira como os orientadores lidavam com situações de plágio, pois alguns defendiam a reprovação, enquanto outros admitiam a possibilidade de solicitar ajustes ou conceder uma nova oportunidade para apresentação do trabalho, conforme a gravidade da ocorrência. A pesquisa também apresentou relatos de situações em que as medidas efetivamente adotadas não correspondiam às penalidades previstas nas normas institucionais.

Sob outra perspectiva, a dissertação de Oliveira (2016) parte da constatação de que entre as preocupações das IES está a garantia da qualidade, da honestidade e da veracidade das produções acadêmicas. Entre os fatores que podem comprometer esses princípios está o plágio, que traz implicações institucionais e morais para os envolvidos. Nesse sentido, o autor destaca a relevância das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico (MTC) nos cursos de graduação, pois, ao orientar sobre pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos, podem contribuir para prevenir situações de plágio decorrentes de falhas técnicas. Ao mesmo tempo, Oliveira (2016) ressalta a existência de condutas de natureza moral, nas quais, mesmo conhecendo as normas, o estudante utiliza textos alheios com intenção de enganar, estabelecendo uma distinção entre falhas decorrentes de limitações técnicas e práticas realizadas de forma consciente.

No âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Oliveira (2016) assinala que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) instituiu normativas voltadas ao enfrentamento do problema. Entre elas estão a Resolução nº 149/2008, voltada à proteção dos direitos de propriedade intelectual, e a Resolução nº 157/2013, que regulamenta os direitos autorais e prevê, em seu Art. 17, ações contínuas de formação ética e de combate ao

plágio (UFRN, 2008; 2013). Segundo a análise do autor, essas resoluções reforçam que a atuação da universidade não deve se restringir à punição, devendo incluir também a formação da consciência ética da comunidade acadêmica.

Apesar da existência dessas normativas, Oliveira (2016) identifica limitações nas ações educativas destinadas ao esclarecimento da comunidade acadêmica sobre as implicações do plágio. O autor organiza as principais causas em um quadro multifatorial que inclui falhas técnicas, desconhecimento das normas, dificuldades de escrita, falta de tempo, facilidade de acesso às informações e condutas intencionais de má-fé. Destaca ainda que tais fatores se intensificaram com a popularização das novas tecnologias e da internet, que ampliaram o acesso às informações e, simultaneamente, as possibilidades de práticas de contrafação.

Embora reconheça o papel dos softwares detectores de plágio, Oliveira (2016) enfatiza que a produção científica resulta do diálogo com outros autores e, por isso, deve prezar pela interpretação crítica e pela autoria ética. Nesse processo, o autor atribui aos orientadores um papel contínuo na formação dos estudantes para o exercício dessas práticas. O autor ressalta também que o plágio acadêmico dificilmente encontra enquadramento jurídico, diferindo da proteção autoral em obras artísticas, mas ainda assim deve ser analisado em suas múltiplas causas. Defende, portanto, que a análise da prática deve considerar os motivos envolvidos antes da atribuição direta de responsabilidade ao plagiador. Nesse sentido, identifica diferentes modalidades de plágio, todas caracterizadas pela apropriação indevida de ideias, cuja configuração como conduta antiética depende da consciência de violação das regras de atribuição de crédito.

A responsabilidade pela formação ética, pela orientação metodológica e pela aplicação das sanções é atribuída às instituições de ensino. Na UFRN, a Resolução nº 157/2013 prevê não apenas a prevenção, mas também a aplicação de penalidades progressivas, que podem variar desde advertência e suspensão até a anulação de títulos concedidos, sempre resguardado o direito à ampla defesa. Ainda assim, Oliveira (2016) argumenta que a função primordial da universidade deve ser a formação de autores críticos e éticos, e não a mera reprodução de conteúdo. Isso requer práticas constantes de leitura, escrita e reflexão, apoiadas por tutores e coordenadores.

Outro ponto discutido por Oliveira (2016) é a pressão por publicações, que pode fomentar más práticas acadêmicas, como fragmentação de pesquisas, manipulação de dados e falsas coautorias. Ao mesmo tempo, o autor reconhece que a internet, embora possa facilitar apropriações indevidas, também constitui uma fonte relevante de conhecimento científico e pode ser utilizada de maneira positiva.

Em suas considerações finais, Oliveira (2016) enfatiza a prevenção como elemento central para o enfrentamento do plágio. Segundo o autor, estudantes devidamente instruídos e conscientes tendem a evitar deslizes relacionados à autoria. Nessa perspectiva, defende o investimento em ações formativas, com orientações claras sobre normas de formatação e sobre as implicações éticas e legais do plágio. Como contribuição prática, propõe a elaboração de um documento institucional, em formato de cartilha ou manual metodológico, destinado a consolidar boas práticas de redação científica.

Em suma, Oliveira (2016) ressalta que o enfrentamento do plágio não deve restringir-se a medidas punitivas, mas envolver ações educativas que favoreçam o desenvolvimento da autoria e contribuam para a formação crítica do estudante. Sua análise, embora centrada nos aspectos pedagógicos e normativos, abre espaço para discussões sobre os desafios contemporâneos da universidade, como a lógica produtivista, as assimetrias de poder e as condições de produção do conhecimento.

A pesquisa de Aires (2017), por sua vez, analisou o plágio em teses e dissertações dos programas de pós-graduação na área de Ensino, buscando verificar se as políticas e ações desenvolvidas pelas instituições de ensino superior eram capazes de enfrentar essa prática nos trabalhos acadêmicos.

A pesquisa, de caráter exploratório e com abordagem predominantemente qualitativa, constituiu um corpus documental formado por 330 trabalhos acadêmicos, entre teses e dissertações, apresentados entre 2010 e 2012 em cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado da área de Ensino, ofertados por 45 instituições de ensino superior. Para a análise dos documentos, foram selecionados aleatoriamente 50 trechos de cada trabalho, posteriormente submetidos à verificação de possíveis correspondências textuais por meio de buscas no Google e de análise comparativa com as fontes localizadas (Aires, 2017).

Os resultados evidenciaram a ocorrência de plágio nos documentos analisados, com predominância dos casos identificados na seção de referencial teórico. O estudo também constatou que, embora algumas instituições dispusessem de normativos, orientações e ações voltados ao enfrentamento do plágio, essas medidas não impediram sua ocorrência nas produções acadêmicas. Além disso, apesar das recomendações encaminhadas pela CAPES em 2011, poucas medidas institucionais haviam sido implementadas pelas IES para o enfrentamento dessa prática (Aires, 2017).

Segundo Aires (2017), a questão do plágio estaria relacionada a diferentes fatores, incluindo fragilidades nas políticas institucionais, limitações nas ações de capacitação, ausência ou pouca efetividade de regulamentos, insuficiência de orientações e de medidas diante dos

casos identificados, além de situações em que os autores apresentaram como próprios conteúdos produzidos por terceiros. Diante desse cenário, o autor ressaltou a necessidade de fortalecer as ações institucionais, por meio da adoção de normativos internos, da oferta de orientações periódicas à comunidade acadêmica e da implementação de medidas sistemáticas de enfrentamento do plágio.

Em conjunto, os estudos de Alencar (2016), Oliveira (2016) e Aires (2017) oferecem contribuições complementares para a compreensão do plágio acadêmico, ao abordarem práticas de orientação, aspectos formativos e medidas institucionais de enfrentamento. Embora partam de contextos e objetos de investigação distintos, essas abordagens reforçam, no âmbito da presente análise, a importância de articular tais dimensões na construção de estratégias de prevenção e enfrentamento do plágio acadêmico, sem esgotar a complexidade do fenômeno no contexto do ensino superior.

Na sequência, são apresentados os estudos identificados no Portal de Periódicos da CAPES, sistematizados no Quadro 5.

Quadro 5 - Compilação dos estudos selecionados na CAPES

Autoria	Título	Ano	Tipo	Objeto De Estudo
BARBOSA, Mayck Silva; VIEIRA, Silveny Meiga Alves; RAFAEL, Daniela Rocha.	Conhecimento de alunos brasileiros de Ensino Superior sobre plágio acadêmico.	2018	Artigo	Analisar publicações acerca do conhecimento de estudantes brasileiros de ensino superior sobre plágio, demonstrando o papel das instituições de ensino superior frente ao plágio acadêmico.
GOMES, Pedro Henrique de Siqueira Ferreira; MENEZES, João Paulo Cunha de.	Percepção do Conceito de Plágio no curso de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília.	2022	Artigo	Analisar a percepção de discentes e docentes do curso de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília acerca do plágio acadêmico.
MAINARDES, Jefferson.	Ética, integridade e cultura de integridade: reflexões a partir do contexto brasileiro.	2023	Artigo	Apresentar princípios elementares de ética e integridade, bem como alternativas para incentivar a construção de uma cultura de integridade no contexto brasileiro.
KUZMENKO, Anastasiia; SOLODIUK, Nataliia; PETROVA, Yana; KOZINETS, Inna.	Cultura de integridade académica dos estudantes de pós-graduação na Ucrânia.	2023	Artigo	Examinar o percurso de desenvolvimento da integridade acadêmica nas universidades ucranianas, desde sua concepção inicial até sua configuração contemporânea.
PEDRO, Ana Paula da Silveira Simões.	Ética e integridade na investigação e na formação: percursos de um caminho (ainda) por fazer – o caso português.	2023	Artigo	Discutir o papel da ética e da integridade científica na formação de pesquisadores em Portugal, considerando os códigos de ética e de conduta das instituições de ensino superior e a necessidade de uma formação ética que ultrapasse os

Continuação...

				aspectos normativos da atividade científica.

Fonte: elaboração própria (2025).

Barbosa, Vieira e Rafael (2018) analisaram estudos sobre o conhecimento de estudantes brasileiros do ensino superior acerca do plágio acadêmico. A pesquisa, de caráter bibliográfico-descritivo, reuniu publicações que abordaram aspectos como compreensão do plágio, legislação, citações, fontes de pesquisa e uso de imagens. Os autores observaram que os estudos analisados apresentaram resultados semelhantes, indicando limitações no conhecimento dos estudantes, especialmente quanto ao conceito de plágio, às normas de citação e aos aspectos legais envolvidos. Além disso, destacaram a existência de poucos estudos brasileiros voltados à compreensão do fenômeno nas instituições de ensino, apontando a necessidade de ampliar as investigações sobre o tema no contexto do ensino superior brasileiro.

Gomes e Menezes (2022), por sua vez, investigaram a percepção de docentes e discentes do curso de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) acerca do plágio acadêmico, situando-o no campo da má conduta científica, também conhecida como conduta antiética. Os autores contextualizam que, em 2011, tanto o CNPq quanto a CAPES publicaram diretrizes voltadas à integridade científica, abordando principalmente o plágio e suas implicações éticas e jurídicas. Partindo desse cenário, a pesquisa buscou compreender a percepção de docentes e discentes do curso de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) acerca dessa prática, investigando tanto seu entendimento conceitual quanto as causas e consequências associadas.

A investigação, de caráter exploratório, foi realizada no primeiro semestre de 2019 e contou com a participação de 144 discentes correspondentes a 17,3% do total do curso, e um grupo de docentes responsáveis por pelo menos uma disciplina obrigatória em diferentes semestres. O perfil dos estudantes foi composto majoritariamente por licenciandos (75%) e por mulheres, que corresponderam a (63%). Quanto aos docentes, o grupo contemplou desde professores recém-ingressos até profissionais mais experientes.

Os resultados evidenciaram que, embora os discentes reconheçam determinadas práticas como desonestas, muitos já admitiram tê-las praticado. Gomes e Menezes (2022) apontaram como principais justificativas a ausência de normas institucionais claras, a superficialidade do tratamento do tema nas disciplinas e o desconhecimento de diretrizes formais por parte dos docentes. Os estudantes associaram o plágio principalmente à ideia de “cópia”, embora também tenham mencionado apropriação indevida e omissão de autoria. Apenas 23% declararam saber diferenciar tipos de plágio, mas, mesmo entre esses participantes, foram identificadas

confusões conceituais. Esse resultado converge com a percepção dos docentes, dos quais 55% relataram já ter identificado casos de plágio entre os estudantes, sobretudo pela reprodução de trechos sem a devida referência.

Ainda que reconheçam a importância de atribuir créditos aos autores, tanto discentes quanto docentes não mencionaram outras formas de plágio, como a autoria fantasma. A maioria dos estudantes (65,3%) relatou ter cursado disciplinas em que o tema foi abordado, e quase 90% dos docentes afirmaram tratar da questão em sala de aula. Contudo, Gomes e Menezes (2022) observam que essa abordagem se dá de forma superficial, o que limita a compreensão do conteúdo pelos discentes. Segundo os autores, embora os professores reconheçam a importância de discutir o plágio, nem sempre são desenvolvidas práticas concretas de prevenção, o que pode favorecer a persistência do problema.

Quanto à legislação, 79,2% dos discentes associaram o plágio a uma prática criminosa prevista no Código Penal, mas não houve consenso sobre as penalidades acadêmicas cabíveis. Enquanto 45% defenderam medidas punitivas imediatas, 55% consideraram mais adequada a análise de cada situação. Entre os docentes, prevaleceu a ideia de que as primeiras medidas deveriam ser educativas, reservando punições mais severas para casos de reincidência. com punições mais severas destinadas aos casos de reincidência.

As percepções sobre as causas do plágio também divergiram. Os docentes atribuíram sua ocorrência principalmente ao desconhecimento das normas acadêmicas, enquanto os discentes enfatizaram fatores individuais, como comodismo, preguiça e falta de interesse. Os estudantes também reconheceram falhas na orientação docente, no sistema de avaliação focado em notas, no fácil acesso a conteúdos digitais e em aspectos sociais que, segundo sua percepção, podem favorecer a naturalização de práticas desonestas desde a educação básica. Desse modo, na percepção dos discentes, a ocorrência do plágio relaciona-se a fatores individuais, institucionais e um contexto cultural mais amplo.

Como conclusão, Gomes e Menezes (2022) destacam que, embora discentes e docentes reconheçam o plágio como prática desonesta, persistem dificuldades entre os estudantes para conceituá-lo com precisão, associadas à abordagem superficial do tema nas disciplinas. Os autores defendem que as respostas institucionais priorizem inicialmente medidas educativas, reservando medidas punitivas para situações de reincidência, e ressaltam a necessidade de ampliar as investigações para outros cursos e instituições.

Na sequência dos estudos que compõem o levantamento, destaca-se o trabalho de Mainardes (2023), que apresenta conceitos de ética e integridade e discute alternativas para a promoção de uma cultura de integridade no contexto brasileiro. A investigação organiza-se em

torno de três questões relacionadas às relações entre ética e integridade, às semelhanças e diferenças entre integridade acadêmica e científica e às alternativas para fomentar uma cultura de integridade no país.

Segundo Mainardes (2023, p. 4, grifo do autor), "não há consenso sobre os termos 'ética em pesquisa' e 'integridade em pesquisa'". Steneck (2006 *apud* Mainardes, 2023, p. 4), entende que ética em pesquisa diz respeito ao comportamento do pesquisador orientado por princípios morais, enquanto integridade em pesquisa relaciona-se ao cumprimento de padrões profissionais. Sob essa ótica, a conduta responsável em pesquisa[10] é apresentada como um elemento de articulação entre essas duas dimensões.

Ainda nesse debate, Mainardes (2023) menciona o *The Concordat to Support Research Integrity* (2019), documento que estabelece compromissos institucionais em torno da observância ética, do rigor metodológico e da governança. O autor distingue ética e integridade como noções diferentes, mas interligadas. No contexto brasileiro, segundo Mainardes (2023), a ética tende a ser associada aos processos de revisão ética, enquanto a integridade é relacionada às boas práticas de pesquisa e publicação. Para ampliar o campo de reflexão e ação, o autor propõe a adoção da expressão "ética e integridade acadêmica e científica", ressaltando que, em documentos internacionais, a ética aparece como um dos elementos constitutivos da integridade.

Conforme Yakovchuk, Badge e Scott (2011 *apud* Mainardes, 2023), a integridade acadêmica tem sua genealogia ligada aos *honor codes* das universidades norte-americanas, cuja consolidação remonta ao fim do século XVIII. Inicialmente assentados no dever, no orgulho e na aparência de caráter íntegro, esses códigos foram sendo redefinidos. No século XIX, o foco deslocou-se da honra individual para a honra institucional, favorecendo a coesão interna e a responsabilização estudantil diante de condutas desonestas. Com o tempo, os ideais de integridade passaram a diferenciar estudantes e docentes e, na década de 1970, a maioria das universidades norte-americanas já adotava códigos de honra aplicáveis a ambos, embora o modelo não tenha alcançado difusão equivalente em outros países.

No que diz respeito à integridade científica, Mainardes (2023) a define como adesão a práticas responsáveis de pesquisa, orientadas pelo rigor, pela honestidade e pela responsabilidade em todas as etapas, desde a concepção até a publicação dos resultados. Para contextualizar, o autor mobiliza obras e sínteses que sistematizam áreas em que más condutas podem ocorrer, ressaltando a importância de práticas voltadas à preservação da credibilidade do processo investigativo.

[10] "Em inglês, *Responsible Conduct of Research* (RCR)" (Mainardes, 2023, p. 4, grifo do autor).

Com base em Comas Forgas *et al.* (2011 *apud* Mainardes, 2023), a integridade acadêmica é compreendida como um princípio multidimensional que envolve ensino, orientação, pesquisa, aprendizagem e gestão. Segundo Mainardes (2023), essa concepção abrange também as atividades desenvolvidas pelos pesquisadores na instituição e alcança diferentes integrantes da comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes, técnicos e bolsistas.

A partir dessa concepção ampliada de integridade, Mainardes (2023) discute como instituições podem promover uma cultura de integridade. O autor reúne definições e orientações que envolvem valores, atitudes e comportamentos institucionais e, com base na literatura especializada, identifica diferentes frentes de ação, entre elas a elaboração de políticas institucionais, a criação de comissões ou escritórios dedicados, a produção de guias e códigos, a formação contínua de docentes e discentes e o uso de tecnologias de suporte, como softwares de detecção de plágio.

Embora reconheça que no Brasil a literatura sobre ética e integridade ainda é escassa, Mainardes (2023) destaca iniciativas relevantes em andamento. Universidades como a USP, a UNICAMP e a UFMG já elaboraram guias e políticas institucionais voltadas à integridade acadêmica. No âmbito das agências de fomento, o autor menciona ações do CNPq, da FAPESP e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), relacionadas à contribuição para ampliação do debate sobre ética e integridade no país.

Por fim, como agenda de pesquisa, Mainardes (2023) indica a necessidade de mapear políticas institucionais de ética e integridade em IES, agências e fundações, inventariar documentos publicados, identificar práticas questionáveis recorrentes, levantar casos de plágio, falsificação e fabricação de dados, além de investigar estratégias capazes de consolidar uma cultura de integridade no Brasil. Para o autor, esse mapeamento constitui uma etapa importante para a estruturação de políticas nacionais mais consistentes e duradouras.

Após Mainardes (2023), o levantamento segue com o trabalho de Kuzmenko *et al.* (2023), que analisa a formação da cultura de integridade acadêmica entre pós-graduandos na Ucrânia, no contexto de reformas educacionais iniciadas após 2014 e da consolidação legislativa do conceito em 2017. O objetivo foi mapear a evolução histórica do tema no ensino superior e compreender como ele é percebido pelos estudantes.

Para alcançar esse propósito, Kuzmenko *et al.* (2023) aplicaram questionários a 112 pós-graduandos, selecionados por amostragem estratificada em diferentes regiões e áreas. Também foram conduzidas discussões em grupo para captar percepções qualitativas. O instrumento abordou dimensões como conhecimento das normas, percepções individuais e experiências pessoais.

Os resultados da pesquisa de Kuzmenko *et al.* (2023) mostram que os estudantes associam integridade principalmente à prevenção do plágio e à veracidade dos resultados, enquanto dimensões como cooperação sem violação de direitos autorais ou tratamento ético entre colegas receberam menos destaque. A maioria teve contato com o tema ainda no mestrado, mas relata que apenas na pós-graduação desenvolveu uma compreensão mais sólida. Apesar dos avanços institucionais, como a criação da Agência Nacional de Garantia da Qualidade e a oferta de cursos específicos, somente sete estudantes declararam conhecer os códigos de integridade de suas universidades, indicando uma possível distância entre a normatização formal e a apropriação efetiva no cotidiano acadêmico.

Diante desse cenário de avanços legais combinados com baixa apropriação discente, Kuzmenko *et al.* (2023) registram a implementação de iniciativas voltadas a aproximar normas e práticas. Entre as mais citadas estão o curso "Integridade Acadêmica na Universidade", desenvolvido em parceria com fundações internacionais, e a oferta de cursos online pela plataforma Prometheus. Segundo os autores, essas iniciativas ainda necessitam de ampliação, sobretudo diante dos desafios impostos pela digitalização acelerada e pelo uso crescente de ferramentas de Inteligência Artificial.

O artigo também evidencia a necessidade de as IES fortalecerem uma cultura de integridade acadêmica, estimulando os estudantes a aderirem a esses princípios não apenas por exigência normativa, mas também como expressão de benefício próprio e de honestidade pessoal. Nesse processo, ganham destaque a atuação de órgãos externos independentes, como a Agência Nacional de Garantia da Qualidade na Educação, e o uso de tecnologias modernas de detecção de plágio, que têm facilitado o monitoramento e a promoção da integridade acadêmica.

Em síntese, Kuzmenko *et al.* (2023) concluem que a cultura de integridade acadêmica na Ucrânia encontra-se em processo de consolidação. Há respaldo legal e institucional, mas a apropriação prática permanece limitada e centrada no plágio. Ao mapear conquistas e lacunas, o estudo oferece subsídios relevantes para se refletir sobre os caminhos necessários à plena incorporação da integridade acadêmica no ensino superior.

Ainda que evidencie avanços legais e institucionais no fortalecimento da integridade acadêmica na Ucrânia, o estudo de Kuzmenko *et al.* (2023) revela limitações que dialogam com desafios enfrentados em outros contextos. A ênfase quase exclusiva dos estudantes no plágio e na veracidade dos resultados identifica uma compreensão ainda restrita do conceito, o que sugere a necessidade de se ampliar a abordagem para dimensões relacionais e éticas da vida acadêmica. Além disso, o baixo conhecimento dos códigos institucionais sinaliza uma distância

entre a normatização formal e prática cotidiana, um hiato que não é exclusivo do cenário ucraniano e pode ser observado em outros sistemas educacionais em processo de consolidação de políticas de integridade.

As iniciativas institucionais e tecnológicas relatadas em Kuzmenko *et al.* (2023) demonstram que há caminhos promissores em curso, mas que demandam maior articulação e alcance. Nesse sentido, o estudo não apenas contribui para compreensão da realidade ucraniana, mas também oferece elementos comparativos úteis para investigações em diferentes países, ao apontar tanto conquistas como lacunas que permanecem abertas.

Por sua vez, Pedro (2023) discutiu o papel da ética e da integridade científica na formação de pesquisadores em Portugal, considerando o percurso das instituições de ensino superior na adoção de códigos de ética e de conduta voltados à promoção da integridade acadêmica e científica. A autora destaca que esses documentos estabelecem princípios, direitos, deveres e normas de conduta para a comunidade universitária, além de identificarem práticas inadequadas, como o plágio, o autoplágio e outras formas de desonestidade acadêmica.

Em sua análise, Pedro (2023) argumenta que a criação de códigos de ética e de conduta constitui apenas o início de um percurso para o estabelecimento de uma cultura ética na investigação, uma vez que o cumprimento de normas e procedimentos formais, por si só, não assegura uma conduta eticamente responsável. A autora aborda o plágio acadêmico e científico, juntamente com a fabricação e a falsificação de dados, como práticas de má conduta na investigação. Também chama atenção para a necessidade de uma formação que permita aos pesquisadores compreender e enfrentar os dilemas éticos presentes na atividade científica, ultrapassando o cumprimento de exigências normativas.

Nesse sentido, Pedro (2023) apresenta uma proposta curricular de formação ética obrigatória, interdisciplinar e transdisciplinar, voltada aos estudantes de doutorado, que articule fundamentos filosóficos, questões de integridade acadêmica e científica e situações concretas da investigação. A proposta contempla metodologias ativas, especialmente a análise e a resolução de dilemas éticos, incluindo conteúdos relacionados à autoria, à fabricação e falsificação de dados e à prevenção do plágio. A autora defende que a formação ética dos pesquisadores deve favorecer o desenvolvimento da reflexão crítica, da argumentação e da capacidade de tomar decisões eticamente fundamentadas, contribuindo para a construção de práticas responsáveis na investigação científica.

O conjunto das pesquisas analisadas neste último bloco permitiu identificar diferentes perspectivas sobre o plágio e a integridade acadêmica, bem como pontos de convergência. Entre as investigações voltadas aos estudantes, Barbosa, Vieira e Rafael (2018)

evidenciam limitações no conhecimento sobre o plágio acadêmico, especialmente quanto ao conceito, às normas de citação e aos aspectos legais relacionados. Gomes e Menezes (2022), por sua vez, ampliam essa discussão ao analisar a percepção de discentes e docentes sobre o plágio, identificando fragilidades conceituais relacionadas à prática e desconhecimento de diretrizes institucionais sobre o tema. Pedro (2023) complementa essas abordagens ao destacar a formação ética como dimensão necessária à promoção da integridade acadêmica e científica, para além da existência de códigos e normas institucionais.

Mainardes (2023) discute a necessidade de consolidar a cultura de integridade no Brasil, ressaltando que a promoção de valores éticos vai além da criação de regulamentos, exigindo políticas institucionais claras, formação de pesquisadores e docentes, além de documentos orientadores que fortaleçam práticas de integridade. Sua contribuição amplia o debate para uma dimensão mais conceitual e política, ao evidenciar a inter-relação entre ética e integridade e ao apontar caminhos institucionais para superar práticas isoladas ou meramente punitivas.

Kuzmenko *et al*. (2023) analisam a trajetória da integridade acadêmica na Ucrânia, destacando avanços recentes, sobretudo após 2014, mas também barreiras persistentes, como o acesso limitado dos pós-graduandos a códigos de integridade. O estudo mostra que, apesar de a noção de integridade estar em construção e de os estudantes a associarem principalmente à prevenção do plágio, persiste uma distância entre os avanços institucionais e o conhecimento das normas pelos participantes, evidenciando desafios para sua incorporação às práticas acadêmicas.

De modo geral, os trabalhos analisados permitem compreender o plágio acadêmico como uma questão que ultrapassa a conduta individual, envolvendo aspectos formativos, éticos e institucionais. Nos diferentes contextos investigados, identificam-se limitações na compreensão do fenômeno e desafios relacionados à articulação entre normas, formação ética e práticas acadêmicas. Essas contribuições sugerem que o enfrentamento do plágio não deve se restringir à dimensão punitiva, mas considerar também ações educativas e a consolidação de uma cultura de integridade no ensino superior.

Com base no levantamento realizado, infere-se a necessidade de abordagens institucionais mais abrangentes, capazes de incorporar as políticas de integridade ao cotidiano acadêmico. As normativas estabelecem parâmetros de conduta, enquanto as ações de conscientização e formação contribuem para a compreensão de sua importância e para a adoção de práticas responsáveis.

Nessa perspectiva, mostra-se pertinente integrar essas políticas às práticas de sala de aula, instituir trilhas formativas, manter comissões atuantes, disponibilizar guias e manuais,

divulgar indicadores de incidência e reincidência de plágio, promover orientações contínuas sobre citação e paráfrase e utilizar pedagogicamente ferramentas de verificação de similaridade. A articulação entre normas, formação e acompanhamento institucional pode favorecer a incorporação dessas diretrizes às práticas de estudantes e docentes e contribuir para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Por fim, os estudos selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão forneceram elementos para a compreensão das principais abordagens relacionadas ao plágio e à integridade acadêmica presentes no corpus analisado. O levantamento possibilitou delimitar conceitos, identificar enfoques e reconhecer aspectos formativos, normativos e institucionais associados ao enfrentamento do plágio. Entretanto, os achados devem ser considerados à luz do número reduzido de estudos selecionados e da heterogeneidade metodológica das produções analisadas. Esses limites indicam a possibilidade de ampliação do corpus, inclusão de outros contextos institucionais e aprofundamento das investigações sobre políticas e ações formativas em estudos futuros.

Na seção seguinte, apresenta-se o referencial teórico desta dissertação, iniciando-se pela discussão da integridade científica e de sua relação com o plágio enquanto prática que viola seus princípios.

3 INTEGRIDADE CIENTÍFICA

A expansão das fronteiras da ciência e da tecnologia tem impulsionado debates sobre os métodos de produção e validação do conhecimento no meio acadêmico. Nesse cenário, observa-se um movimento crescente, dentro da própria comunidade científica, em defesa de práticas pautadas por princípios éticos e pela integridade na condução das pesquisas (Pádua, 2018).

Universidades, centros de pesquisa e instâncias governamentais passaram a desenvolver iniciativas voltadas à promoção da integridade científica, evidenciando que a ética na pesquisa se consolidou como pauta prioritária nas demandas da própria comunidade acadêmica. Contudo, é necessário indagar em que medida essa mobilização global, intensificada a partir da década de 1980, difere de outros momentos históricos nos quais as questões éticas também foram objeto de amplo debate (Russo, 2014).

No Brasil, embora a expressão "integridade na pesquisa" tenha se difundido mais recentemente, os debates sobre condutas inadequadas na ciência precedem esse uso e vêm se desenvolvendo em paralelo às discussões sobre ética na pesquisa (Pithan; Oliveira, 2013).

> Na literatura específica, são utilizados os termos: a) ética e integridade em pesquisa; b) integridade científica; c) integridade acadêmica; e d) integridade acadêmica e científica. O ponto em comum dessas abordagens é a defesa da integridade como um **elemento essencial** para garantir o rigor e a confiabilidade da pesquisa e das publicações, bem como para manter ou restaurar a confiança acadêmica e científica. (Mainardes, 2023, p. 235, grifo do autor).

Essas variações terminológicas refletem diferentes ênfases conceituais e institucionais, mas convergem em um ponto comum: a preocupação com práticas responsáveis na produção do conhecimento. Como observam Kretser *et al*. (2019, p. 329, tradução nossa), "as definições de algumas agências incorporam a integridade da pesquisa como parte da integridade científica[11], enquanto outras agências separam ambos os termos".

Já Coughlin, Barker e Dawson (2012, p. 3, tradução nossa) acrescentam a esse debate o seguinte questionamento:

[11] Apesar das distinções conceituais entre "integridade científica" e "integridade acadêmica", neste trabalho ambos os termos serão utilizados de forma equivalente, entendendo-se como um conjunto de valores e princípios que orientam condutas éticas no ambiente universitário, conforme definição adaptada de Soares e Araújo (2024), originalmente voltada à integridade acadêmica.

> Mas, afinal, o que é integridade científica? Existe uma tendência de compreendê-la de forma estreita ou mínima. Nesse modelo, podemos pensar a integridade como o simples cumprimento das regras ou regulamentos éticos pertinentes à pesquisa. Nesse contexto, isso significa agir de acordo com as diretrizes de pesquisa relevantes, os critérios exigidos por periódicos e as expectativas consideradas apropriadas dentro de uma determinada disciplina. Podemos rotular essa concepção como uma ideia externalista de integridade (e, por conseguinte, de comportamento moral em geral), pois as regras existem fora do agente. No entanto, há diversos problemas associados a essa visão. Por exemplo, se o foco está nas regras, um dos problemas é que qualquer conjunto de normas é contingente, ou seja, pode ser alterado a qualquer momento. Isso significa que algo que considerávamos imoral na semana passada pode agora ser considerado moral? Essa visão implica que o que torna uma consideração moral válida é o fato de ser promovida e endossada por um determinado comitê ou órgão profissional? Pode até ser verdade que essas instâncias tenham autoridade para definir as regras de um grupo, mas é algo bem diferente afirmar que possuem o poder de determinar ou declarar o que é moral ou imoral.

Essas reflexões em torno do conceito de integridade científica evidenciam a complexidade de seu significado e de sua aplicação. Coughlin, Barker e Dawson (2012) questionam a visão restrita que reduz ao simples cumprimento de regras externas, criticando a ideia de que a moralidade científica possa ser regulada unicamente por normas institucionais.

Para Kretser *et al*. (2019), grande parte da pesquisa científica tem como finalidade gerar informações socialmente úteis, contribuindo tanto para o avanço de investigações futuras quanto para o atendimento de demandas sociais imediatas. Essas divergências não apenas evidenciam diferentes posicionamentos institucionais, mas também reforçam a necessidade de uma compreensão crítica e ampliada, que reconheça a integridade científica como valor ético intrínseco e não como mera adesão a regulamentos.

Para além das divergências terminológicas, destaca-se a compreensão da integridade como elemento essencial à confiabilidade do conhecimento científico e à conduta responsável dos pesquisadores. Essa perspectiva vincula-se à fidedignidade dos resultados, à credibilidade das publicações e ao compromisso inerente à atividade científica.

De acordo com Führ e Araújo (2020), a prática científica deve ser orientada por princípios éticos que impeçam a manipulação de dados ou informações em benefício próprio ou de terceiros. A integridade na condução da pesquisa precisa ser preservada, mesmo diante das múltiplas facilidades e possibilidades abertas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Mais do que um conjunto de normas, a integridade científica constitui princípio estruturante[12] das interações entre sujeitos, saberes e instituições, pois estabelece a confiança

[12] Não é apenas uma diretriz de conduta, mas uma base organizadora das práticas, valores e decisões dentro da comunidade científica. Ela confere sentido e legitimidade aos processos de produção e validação do conhecimento, sustentando os laços de confiança e cooperação entre os atores envolvidos.

mútua, assegura o reconhecimento adequado da autoria, orienta procedimentos éticos e conecta valores como honestidade e rigor às práticas de pesquisa. Contudo, permanece vulnerável a tensões constantes, decorrentes de fenômenos como o produtivismo acadêmico, a competição por recursos e os modelos de avaliação baseados em métricas de desempenho. Esse cenário, ao privilegiar indicadores numéricos em detrimento de valores éticos e formativos, propicia práticas questionáveis, entre as quais se sobressai o plágio acadêmico, que ocupa posição central nesse contexto.

A conjugação de incentivos perversos, os mecanismos de recompensa vigentes na academia, a intensa disputa por financiamento à pesquisa e as transformações nos sistemas de avaliação do ensino superior têm consolidado um ambiente hipercompetitivo, marcado por pressões suscetíveis a desencadear condutas antiéticas (Bianchetti; Zuin; Ferraz, 2018; Guimarães; Hilário; Grácio, 2024).

Diante desse cenário de pressões estruturais sobre a produção científica, torna-se necessário retomar as definições que buscam delimitar o que se compreende por integridade científica. Nek e Eisenstadt (2016) relatam que o Departamento do Interior dos Estados Unidos (DOI)[13] formulou, inicialmente, uma definição de integridade científica que, posteriormente, foi incorporada por diversas agências federais norte-americanas. Esse conceito entende a integridade científica como uma condição caracterizada pela adesão dos envolvidos em atividades científicas aos padrões reconhecidos, valores profissionais e práticas estabelecidas pela comunidade científica correspondente.

Tal adesão garante a objetividade, a clareza, a reprodutibilidade e a aplicabilidade das atividades e avaliações científicas e acadêmicas. Ademais, contribui para evitar desvios éticos como viés interpretativo, a fabricação ou falsificação de dados, o plágio, interferências externas, censura e falhas nos procedimentos ou na segurança das informações utilizadas na pesquisa (Nek; Eisenstadt, 2016).

A consolidação da integridade científica como princípio institucional tem se materializado, em diferentes contextos, por meio da criação de órgãos reguladores e da formulação de diretrizes específicas. Impulsionadas por casos de fraude científica e pelas repercussões negativas associadas a essas práticas, universidades norte-americanas e, posteriormente, europeias

[13] O Departamento do Interior dos EUA (DOI) é uma agência federal que, apesar de seu foco principal em recursos naturais e gestão territorial, também desenvolveu políticas e diretrizes sobre integridade científica, especialmente por sua atuação em áreas como geociências, clima, biodiversidade e dados ambientais. O documento citado em Nek e Eisenstadt (2016) compila essas diretrizes.

passaram a estabelecer medidas concretas voltadas à promoção da ética na pesquisa. Cada região, respeitando suas particularidades, elaborou seus próprios códigos de conduta (Russo, 2014).

Nos Estados Unidos, por exemplo, foi criado o *Office of Research Integrity* (ORI), órgão vinculado a instituições de pesquisa e universidades, que condiciona o financiamento científico à adoção de políticas formais de integridade. Já na Europa, em 2000, a Fundação Europeia de Ciência publicou um código de boas práticas. De forma gradual, o tema consolidou-se em fóruns internacionais, sendo incorporado às agendas de organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de se tornar objeto de conferências especializadas (Russo, 2014).

A articulação entre diretrizes institucionais e valores éticos reforça a compreensão de que "a integridade científica se caracteriza como um princípio ético fundamental em toda investigação" (Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, 2018, p. 2). Nesse sentido, elementos como honestidade, transparência, responsabilidade e precisão são essenciais ao longo de todo o processo de pesquisa, abrangendo desde a coleta e análise dos dados até a interpretação dos resultados, a correta citação das fontes e o respeito às contribuições de outros pesquisadores. Esses valores sustentam a produção de conhecimento autêntico, capaz de ser reproduzido, validado e aplicado com segurança pela comunidade científica e pela sociedade.

Complementando essa perspectiva, Puga *et al.* (2019) define a integridade científica como o compromisso com práticas que promovem padrões éticos e honestos na produção do conhecimento. Essa concepção abrange ainda o cuidado responsável com todas as etapas da pesquisa, a justiça na atribuição de créditos e referências, bem como o comprometimento ético com as futuras gerações de cientistas e pesquisadores.

No que se refere à consolidação da atenção internacional voltada à integridade científica, esse movimento ganhou força a partir da década de 1980, impulsionado sobretudo por dois fatores: a atuação do jornalismo científico, que trouxe a público casos de má conduta, e o posicionamento de revistas acadêmicas, que passaram a questionar fraudes cometidas por pesquisadores de instituições de prestígio. A ampla divulgação desses episódios pela mídia despertou a atenção não apenas da comunidade científica, mas também da sociedade em geral (Russo, 2014).

A repercussão pública dos casos de fraude científica gerou uma resposta institucional por parte da academia, acompanhada pela atuação de agências de fomento e governos, que reconheceram que tais condutas não se tratavam de episódios isolados, exigindo, assim, maior

controle e supervisão. Como resultado, segundo Russo (2014), foram criados mecanismos destinados a coibir, monitorar e punir essas práticas. Em escala global, consolidaram-se comitês e dossiês de integridade, códigos de ética e conduta, além de câmaras específicas em universidades, sendo essa estrutura considerada, em muitos casos, uma condição para a concessão de financiamento à pesquisa.

Nesse processo, ganhou destaque também a preocupação com práticas que comprometem a integridade científica. Situações envolvendo falsificação e fabricação de resultados, plágio de ideias, dados, imagens e textos, além de controvérsias relacionadas à autoria científica, passaram a ser frequentemente debatidas, tanto no Brasil quanto em outros países. Segundo Vasconcelos (2012), nas últimas três décadas, essas discussões contribuíram para a elaboração de orientações e políticas preventivas, especialmente diante da preocupação com o desperdício de investimentos em pesquisas cujos resultados poderiam ter sido manipulados ou fabricados.

No cenário nacional, o Brasil também seguiu a tendência internacional de valorização da ética e da integridade na pesquisa. Um dos marcos desse movimento foi a criação, em 1996, do Sistema CEP-CONEP,[14] responsável por institucionalizar a revisão ética de pesquisas envolvendo seres humanos (CNS, 2017). Outro exemplo é o posicionamento de agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujos documentos oficiais evidenciam a crescente preocupação com práticas inadequadas, como o plágio, e demonstram o esforço do país em alinhar-se às diretrizes internacionais voltadas à promoção da integridade científica (Coordenação..., 2011).

É preciso destacar que as discussões sobre ética e integridade científica no Brasil ganharam maior visibilidade apenas nos últimos anos. Um dos primeiros registros institucionais dessa preocupação foi a Proposição nº 2010.19.07379-01.COP[15] apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Seção Ceará, em 2010, que tratava especificamente do problema do plágio acadêmico e do comércio de monografias. Em seguida, destacam-se as iniciativas da CAPES e do CNPq, em 2011, voltadas à promoção da ética e da integridade em pesquisa. A

[14] "O Sistema CEP/CONEP é formado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), instâncias regionais dispostas em todo território brasileiro e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), instância máxima de avaliação ética em protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. O Sistema também envolve pesquisadores, assistentes de pesquisa, professores e universitários em iniciação científica, instituições de ensino, centros de pesquisa, fomentadores de pesquisa e os participantes de pesquisa" (Conselho Nacional de Saúde, [*s.d.*]).

[15] A Proposição nº 2010.19.07379-01.COP, apresentada ao Conselho Federal da OAB em 2010 por iniciativa de Ricardo Bacelar Paiva (OAB-CE), apontava práticas de plágio acadêmico e o comércio de monografias em instituições de ensino superior. O documento destacava os prejuízos éticos e jurídicos dessas condutas e propunha medidas institucionais de enfrentamento, como o uso de softwares de detecção de similaridade, ações de conscientização e a possibilidade de representação junto ao Ministério Público (OAB, 2010).

publicação do Código de Ética e Conduta Científica da FAPESP, em 2012, bem como a divulgação do Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, constituíram marcos importantes para a consolidação desse debate. Esses documentos foram acompanhados pela realização dos Congressos Brasileiros de Ética e Integridade em Pesquisa (BRISPE), cujas primeiras edições ocorreram em 2011 e 2012 (OAB, 2010; Russo, 2014).

O II BRISPE, realizado em 2012, representou um avanço significativo na consolidação da pauta da integridade científica no país, destacando-se pela ampliação das parcerias institucionais, com a participação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE[16]), da Universidade de São Paulo (USP), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). As atividades do congresso ocorreram em três capitais: Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (Pithan; Oliveira, 2013).

Durante o II BRISPE (2012), foi elaborada uma declaração conjunta sobre integridade em pesquisa, documento que reúne recomendações voltadas à promoção da integridade científica. O texto enfatiza a importância de fomentar ações de conscientização sobre ética em publicações, critérios de autoria em trabalhos colaborativos e o desenvolvimento de competências linguísticas voltadas à comunicação científica responsável. Também orienta o fortalecimento da responsabilização nas atividades de pesquisa e a preservação da confiança pública na ciência.

Entre as recomendações destacadas pelo II BRISPE, ressalta-se a orientação para que instituições de ensino, em todos os níveis, promovam a conscientização dos estudantes sobre a natureza do plágio como infração acadêmica. Recomenda-se, ainda, a disponibilização de materiais didáticos que esclareçam que o plágio em monografias, dissertações e teses configura não apenas uma violação das normas acadêmicas, mas também uma violação legal, conforme a legislação brasileira. A responsabilização por essas práticas deve estar articulada a uma abordagem preventiva e educativa (BRISPE, 2012).

A sensibilização desde os níveis iniciais de ensino contribui para consolidar práticas de escrita e pesquisa baseadas na honestidade intelectual. Ao tratar o plágio como uma violação que extrapola os limites institucionais e alcança a esfera legal, o BRISPE evidencia a necessidade de políticas educativas articuladas a mecanismos de responsabilização coerentes com os princípios da integridade científica.

[16] A COPPE, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca-se como um dos principais centros de ensino e pesquisa em Engenharia da América Latina. Criada em 1963 pelo engenheiro Alberto Luiz Coimbra, a instituição teve papel relevante no processo de consolidação da pós-graduação no Brasil (COPPE, *s.d.*).

Ainda que o debate sobre integridade científica tenha ganhado maior visibilidade no Brasil apenas nos últimos anos, essa pauta já se encontra consolidada em diversos países há várias décadas. Nesse contexto, têm sido promovidas iniciativas voltadas à sensibilização da comunidade científica, à construção de instrumentos normativos e ao fortalecimento da formação acadêmica, com vistas à promoção de práticas responsáveis na produção do conhecimento (Russo, 2014).

Atualmente, as discussões sobre integridade científica envolvem uma variedade de aspectos, como a apuração de fraudes, a identificação do momento em que ocorrem, as circunstâncias que favorecem seu surgimento, os fatores que conduzem ao erro, a gravidade das infrações e as possíveis sanções, especialmente quando há comprovação de intencionalidade. Soma-se a isso a necessidade de maior precisão conceitual sobre o que se entende por integridade no contexto da atividade científica. O debate ultrapassa as questões éticas tradicionais relacionadas à pesquisa ou à análise de protocolos pelos comitês de ética, estendendo-se a todo o processo de produção do conhecimento e sua divulgação por meio da comunicação científica (Pádua, 2018).

Para Vasconcelos (2012), as discussões sobre integridade científica envolvem, entre outros pontos, a necessidade de garantir a confiabilidade dos dados perante a comunidade científica e o público, a importância da correção da literatura acadêmica e questões relacionadas à propriedade intelectual, aos direitos morais e à exigência de originalidade na produção científica. Esta última está intimamente ligada ao conceito de plágio.

A autora defende ainda que a integridade na pesquisa deve ser incorporada às pautas de governança dos países, uma vez que se relaciona diretamente com os desafios envolvidos na formulação de políticas científicas (Vasconcelos, 2012).

Apesar de as estatísticas sobre fraude científica indicarem números preocupantes, alguns autores ponderam que o aparente aumento desses casos, em relação a períodos anteriores, pode ser ilusório. Argumenta-se que, proporcionalmente ao volume de trabalhos publicados, a incidência de fraudes teria se mantido relativamente estável ao longo do tempo. Outros autores sustentam que o crescimento observado estaria associado, na verdade, ao aprimoramento dos mecanismos de detecção, impulsionado pela maior divulgação dos casos pela mídia e pelo uso de softwares para identificação de plágio, os quais têm facilitado a exposição de condutas inadequadas (Russo, 2014).

Kretser *et al*. (2019) destacam que a aparente intensificação dessas falhas pode não indicar um aumento real, mas sim uma amplificação de sua visibilidade. Essa visibilidade está

associada à ampla circulação de publicações em formato digital, que facilita a detecção de irregularidades, e ao papel das mídias sociais na exposição pública desses casos. Diante desse cenário, os autores defendem a necessidade urgente de fortalecer os mecanismos internos de regulação e vigilância no interior da própria comunidade científica.

Nesse panorama, ética e integridade científica, ainda que conceitualmente distintas, apresentam uma relação de interdependência. No Brasil, a ética tem sido tradicionalmente associada à avaliação ética das pesquisas, enquanto a integridade refere-se às boas práticas relacionadas à condução e à publicação dos estudos. Nesse viés, a expressão "ética e integridade acadêmica e científica" amplia os horizontes de investigação, intervenção e reflexão no campo (Mainardes, 2023).

A partir de definições nem sempre consensuais, diversos estudos passaram a desenvolver sistemas de classificação e quantificação que buscavam dimensionar a extensão e a gravidade do problema. Muitos desses trabalhos concentraram-se na coleta de dados estatísticos sobre o aumento do número de fraudes identificadas em publicações científicas de diferentes países e instituições, inclusive de centros tradicionalmente prestigiados. Consolidou-se, assim, a percepção de que nenhuma instituição estaria imune a esse fenômeno, inicialmente caracterizado como uma "cultura do plágio", que rapidamente evoluiu para uma "cultura da fraude", na concepção de Russo (2014).

Para Russo (2014), a reflexão sobre ética e integridade científica tem levado à necessidade de introduzir o conceito de responsabilidade na prática científica, como forma de assegurar esses princípios sem comprometer a liberdade de investigação. Nessa linha, a autora questiona: "Poderíamos nos perguntar, então, de que modo o conceito de responsabilidade poderia ser introduzido na ciência para garantir essa ética e integridade, sem entrar em conflito com a noção de liberdade no conhecimento científico?" (Russo, 2014, p. 196).

Nesse mesmo debate, Russo (2014, p. 193) chama atenção para a reconfiguração do valor atribuído à produção científica no mundo contemporâneo, ao afirmar: “No mundo atual a produção científica e intelectual, como um todo, tem se tornado a grande moeda mundial, um verdadeiro motor da economia e, mais do que nunca, os valores que atribuímos a essa produção científica também vêm sofrendo grandes modificações”.

Tal afirmação evidencia que a ciência deixou de ser compreendida apenas como atividade voltada ao avanço do conhecimento, sendo também atravessada por lógicas econômicas e produtivistas que podem influenciar condutas, pressionar por resultados e fragilizar o compromisso ético dos pesquisadores.

Considerando que valores como o produtivismo, o número de publicações e o pragmatismo atribuídos à pesquisa têm contribuído para o enfraquecimento da ética e da integridade, a preocupação com a integridade científica não deveria se restringir à criação de mecanismos de sanção, detecção ou códigos de conduta. Torna-se necessário refletir sobre como transformar o próprio conceito de responsabilidade em um valor central na prática científica (Russo, 2014).

Mais do que instituir formalmente câmaras de integridade científica, é indispensável estimular o debate contínuo sobre ciência e responsabilidade, envolvendo cientistas, estudantes, instituições, editores, juristas e demais atores sociais. Essas discussões, segundo a autora, ainda são pouco frequentes, inclusive nos principais congressos científicos, cujas chamadas de trabalho tendem a privilegiar análises de dados em detrimento da reflexão ética. Soma-se a isso a necessidade de revisar os critérios de avaliação acadêmica, com ênfase na qualidade em vez da quantidade de publicações (Russo, 2014).

Essas considerações se ampliam quando se observa o impacto das transformações tecnológicas e institucionais sobre o comportamento dos pesquisadores. Segundo Kretser *et al*. (2019), o ambiente contemporâneo da pesquisa científica tem passado por mudanças significativas nas últimas décadas, impulsionado por avanços tecnológicos, colaborações globais e o crescimento de equipes multidisciplinares. Esse conjunto de transformações alterou as condições em que a ciência é produzida, a ponto de as normas de conduta dos cientistas já não serem as mesmas de dez anos atrás.

No mesmo estudo, os autores apontam para o sistema de recompensas acadêmicas, baseado em publicações de alto impacto, obtenção de bolsas, estabilidade profissional e convites para eventos científicos. Essa estrutura de incentivos consolida uma lógica produtivista que dificulta o fortalecimento de uma cultura de integridade científica e reforça a mentalidade "publicar ou perecer", estimulando a busca por visibilidade imediata e por resultados considerados empolgantes em detrimento do rigor, da cautela e do compromisso ético (Kretser *et al*., 2019).

Embora aspectos estruturais, como o sistema de recompensas acadêmicas e a pressão por produtividade, exerçam influência considerável sobre a conduta científica, é necessário reconhecer que a integridade também depende de um posicionamento ético individual. Nessa perspectiva, a noção de responsabilidade pessoal assume relevância, uma vez que está diretamente relacionada ao grau de consciência que o pesquisador desenvolve acerca de suas ações e dos efeitos delas decorrentes. Assim, ser responsável transcende a mera obediência às normas formais e pressupõe o exercício contínuo da reflexão ética na prática científica. Trata-se, portanto, de compreender que a ética não se restringe à conformidade com normas externas, mas envolve um compromisso mais profundo com a excelência moral (Russo, 2014).

Esse entendimento dialoga com a análise de MacIntyre (1984 *apud* Kottow, 2008), segundo o qual as práticas sociais geram, simultaneamente, bens externos, que são quantificáveis e negociáveis, e bens internos, que dizem respeito à excelência e à ética do desempenho. No âmbito da pesquisa científica, a ética do pesquisador configura-se como uma ética profissional que estabelece a distinção entre condutas corretas e incorretas, orientada por normativas específicas. Entre os princípios fundamentais que garantem a integridade do trabalho científico, destacam-se a obrigação de não adulterar as etapas da pesquisa, a proibição de manipular resultados ou sua divulgação, o respeito às contribuições e prioridades dos pares, a rejeição ao plágio, a gestão honesta e transparente de recursos financeiros e a proteção dos bens materiais e intelectuais. Esses princípios asseguram a integridade do trabalho científico e contribuem para a credibilidade dos bens externos produzidos, diferenciando-se apenas em aspectos específicos das exigências morais presentes em outras profissões.

Nesse sentido, Silveira e Almeida (2023) asseveram a necessidade de fortalecimento de três pilares interdependentes: educação, prevenção e, em último caso, sanção proporcional, como fundamento de uma cultura de integridade e ética na pesquisa. Os autores salientam que educação e prevenção devem ter prioridade, de forma que o mecanismo punitivo não precise ser acionado com frequência. Assim, a postura institucional deve ir além da simples repressão e comprometer-se com a formação crítica e ética de estudantes e pesquisadores, especialmente diante das pressões do produtivismo acadêmico e do acesso facilitado à informação.

Nessa mesma direção, Mainardes (2023) pontua que a consolidação de uma cultura de integridade acadêmica e científica é uma meta plenamente alcançável, desde que amparada por uma política institucional clara e coerente, que defina direitos e responsabilidades de toda a comunidade acadêmica. Ao ampliar a discussão, o autor enfatiza que tal cultura não deve ser concebida apenas como esforço restrito a iniciativas isoladas, mas como objetivo de caráter nacional.

Como etapa complementar à formação ética individual e ao estímulo à responsabilidade na prática científica, ressalta-se a importância da institucionalização dos princípios de integridade em todos os níveis da estrutura acadêmica. Esse movimento abre caminho para o fortalecimento do compromisso coletivo com uma ciência mais ética, transparente e socialmente responsável, projetando a integridade como valor estruturante da vida acadêmica e da produção de conhecimento.

Segundo Kretser *et al*. (2019), o fortalecimento da supervisão e dos processos voltados à integridade científica deve partir dos níveis mais altos de liderança das instituições,

ainda que a responsabilidade por manter a integridade da pesquisa recaia, em última instância, sobre todos os pesquisadores. Para os autores, é essencial reconhecer a integridade científica como um valor estrutural do empreendimento científico, o que exige um compromisso institucional explícito com essa pauta. Tal compromisso deve incluir a obrigatoriedade de treinamentos específicos e a incorporação dos princípios de integridade em todas as políticas, práticas e normativas das instituições de pesquisa.

Esse compromisso institucional com a integridade científica relaciona-se diretamente à importância que a pesquisa assume na vida acadêmica. A pesquisa permite ao estudante entrar em contato com estudos de seus pares, manter-se atualizado, compartilhar conhecimentos da sua área e explorar aspectos ainda não explicitados pela teoria. Para o docente, representa um instrumento eficaz para manter os alunos atualizados e motivados a assumirem um papel ativo enquanto pesquisadores, afastando-os de uma postura passiva. Para a universidade, os benefícios também se mostram expressivos, pois seu nome passa a ser associado aos resultados das pesquisas realizadas, favorecendo tanto ganhos financeiros quanto prestígio perante outras instituições de ensino e a comunidade científica. Além disso, a sociedade se beneficia enormemente, uma vez que a união entre teoria e prática proporcionada pela atividade científica resulta em avanços no bem-estar e na dignidade da população, como destaca Araújo (2017).

Desse modo, considerando que o nome da universidade passa a ser associado aos resultados das pesquisas realizadas, torna-se indispensável assegurar que tais resultados sejam divulgados de forma ética e responsável. Logo, além de ações voltadas à formação ética e à prevenção de condutas indevidas durante a realização da pesquisa, torna-se igualmente relevante atentar-se para as práticas associadas à divulgação dos resultados.

Quanto à publicação científica, a perspectiva de Pithan e Oliveira (2013) é que o processo deve ser pautado na ética, pois, além de preservar a credibilidade da ciência, está diretamente vinculado à reputação do autor, que busca reconhecimento pela originalidade e pela contribuição de suas descobertas.

Falar em integridade científica implica reconhecer que a reputação acadêmica se constrói com base no compromisso com a verdade, no rigor metodológico e no respeito à produção intelectual alheia, elementos que, além de assegurarem a credibilidade individual do pesquisador, contribuem para preservar a confiança coletiva nas instituições científicas e no conhecimento por elas produzido. Nesse mesmo percurso, a noção de responsabilidade desponta como um valor basilar da prática científica, cuja ausência pode comprometer a própria função social do conhecimento.

Compreender a responsabilidade como um valor na prática científica pode funcionar como um contraponto às inclinações à fraude, ao mesmo tempo em que orienta a própria atividade investigativa em direção a princípios éticos. Isso porque um protocolo sem falhas, uma hipótese precisa ou dados considerados plenamente confiáveis podem ser tão prejudiciais quanto uma pesquisa fraudulenta, caso não estejam fundamentados em um compromisso ético. Quando assumida como valor central da ciência, a responsabilidade estabelece um vínculo recíproco entre o cientista e a sociedade, assegurando que ambos compartilham o apreço pelo conhecimento (Russo, 2014).

Quando esse compromisso institucional e individual com a integridade é negligenciado, os efeitos tornam-se evidentes. Para o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (2018), o desrespeito às práticas éticas, por meio de condutas como a manipulação de dados, a distorção de resultados e o plágio acadêmico, compromete seriamente a confiança na ciência. Tais infrações não apenas afetam a credibilidade de pesquisadores e instituições, como também fragilizam a legitimidade social da atividade científica. Com o avanço da globalização da atividade científica, a temática passou a ser discutida em diversos contextos internacionais, ganhando ainda mais relevância diante da exposição pública de diferentes escândalos científicos que evidenciaram a necessidade urgente de práticas éticas universais.

Nesse contexto, quando a integridade é violada, há um enfraquecimento da credibilidade institucional e um prejuízo ao próprio avanço do conhecimento, uma vez que os resultados deixam de refletir a realidade dos fenômenos estudados. A confiança pública na ciência, construída ao longo do tempo, pode ser rapidamente abalada por práticas desonestas ou antiéticas, pois: “A integridade científica depende de um conjunto de expectativas fundamentais sobre as quais toda a ciência deve se basear para manter a confiança” (Kretser *et al*., 2019, p. 329).

O debate sobre integridade científica não se restringe às questões éticas relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa ou à análise de protocolos pelos comitês de ética. Ele abrange todas as etapas envolvidas na produção do conhecimento, desde sua concepção até a divulgação por meio da comunicação científica (Pádua, 2018).

Para Vasconcelos (2012), é necessário fortalecer os diálogos entre ética, integridade em pesquisa e confiança pública na ciência. Embora a necessidade de incorporar esses temas à formação de jovens pesquisadores já tenha sido reconhecida em diversos países, ainda há importantes avanços a serem conquistados na formulação de políticas científicas e educacionais voltadas à promoção da integridade em escala internacional.

Evidenciar de modo concreto onde a integridade pode falhar é passo necessário para fundamentar as estratégias de educação, prevenção e sanção. Com base nisso, acentua-se que:

> É impossível eliminar todos os fatores subjetivos que podem influenciar sutilmente a maneira como os indivíduos pensam e abordam a formulação e a resolução de problemas. Portanto, é ainda mais importante que os procedimentos de pesquisa estabelecidos sejam seguidos escrupulosamente, que as limitações do estudo sejam reconhecidas e que os dados nos quais os resultados se baseiam estejam disponíveis na máxima extensão permitida pelas boas práticas de pesquisa para auxiliar na revisão e avaliação (Kretser *et al*., 2019, p. 335, tradução nossa).

Assim, o cumprimento dos códigos de integridade científica ultrapassa a simples observância de normas baseadas em princípios éticos. Espera-se que pesquisadores em formação desenvolvam a capacidade de lidar com dilemas morais, tanto no âmbito coletivo, como integrantes de equipes de pesquisa, quanto em suas decisões individuais. Tal reflexão suscita questionamentos como: o que consideramos, enquanto investigadores, ser uma conduta responsável em determinada situação? E, enquanto indivíduos, qual seria a atitude correta a adotar em cada caso? Em última análise, trata-se de refletir sobre o tipo de cientista que desejamos ser (González; Zuta; Barón-Velandia, 2023).

A partir da reflexão sobre os fundamentos éticos que orientam a prática científica e sobre a complexidade das condutas que a ameaçam, evidencia-se a necessidade de aprofundar o estudo de uma das infrações que mais comprometem a integridade científica: o plágio. A seção a seguir propõe-se a explorar as dimensões do plágio acadêmico, abordando suas definições, modalidades, causas e implicações. Parte-se do entendimento de que o enfrentamento do plágio exige não apenas instrumentos de detecção e punição, mas, sobretudo, uma formação crítica capaz de promover o compromisso ético e a honestidade intelectual na produção científica.

Nesse sentido, conforme Araújo (2017), apropriar-se indevidamente de textos configura não apenas uma infração legal, mas também uma conduta contrária à ética, capaz de comprometer a trajetória profissional tanto de quem pratica o plágio quanto daqueles que, inadvertidamente, tomam o trabalho plagiado como legítimo. Cabe às universidades, portanto, oferecer aos estudantes e pesquisadores informações consistentes sobre o tema, contribuindo para a formação de indivíduos orientados por princípios éticos.

Essa perspectiva sinaliza que o enfrentamento do plágio demanda ações educativas capazes de fortalecer valores éticos e consolidar práticas acadêmicas responsáveis, tanto entre estudantes quanto entre pesquisadores.

4 PLÁGIO ACADÊMICO

A etimologia da palavra plágio é reveladora de seu vínculo histórico com práticas desonestas e enganosas. De acordo com o Dicionário da Real Academia Española (2024), no latim, o termo referia-se a crimes relacionados à apropriação e venda ilegal de escravos. Já no grego, conforme apontam Silveira e Almeida (2023, p. 2-3), "plagiós ou plágion descrevia aquele que utilizava meios escusos ou trapaças para obter vantagem sobre outrem". Essa origem etimológica evidencia que a ideia de apropriação indevida, fraude e violação da confiança está presente no conceito de plágio desde os tempos antigos.

No campo acadêmico, conforme discutido por Silveira e Almeida (2023), o plágio não se limita à reprodução literal de textos, mas inclui a similaridade e a apropriação indevida de ideias, reflexões e da própria essência criativa de quem dedicou dias, meses ou até anos de estudo e esforço intenso, muitas vezes marcados por noites mal dormidas, para elaborar determinado trabalho, que pode ser subitamente usurpado em questão de segundos.

Wachowicz e Costa (2016) afirmam que o plagiador induz o leitor ao erro ao apresentar conteúdos alheios como próprios, ocultando a verdadeira autoria e buscando benefícios indevidos, em desacordo com os princípios que regem a produção intelectual. Segundo Diniz e Terra (2014, p. 18), "o plágio confunde o leitor, pois perturba a confiança na ciência". Conforme Leão e Iocohama (2023, p. 9), o indivíduo que plagia, seja por inveja ou preguiça, infringe a ética científica e acadêmica, que pressupõe o respeito ao outro, ao atribuir a si, de forma indevida, a autoria de um pensamento que, na verdade, pertence a outra pessoa.

Krokoscz (2012) argumenta que, embora o plágio tenha origens que remontam à Roma antiga, no Brasil o assunto ainda demanda investigação mais aprofundada, especialmente devido aos prejuízos que pode gerar à qualidade da produção científica no meio acadêmico. Para o autor, o plágio assume contornos particularmente graves nesse cenário, uma vez que a produção textual constitui elemento central na formação e na avaliação dos estudantes (Krokoscz, 2011).

O plágio constitui um problema crescente e amplamente reconhecido no meio acadêmico. A urgência em combatê-lo é percebida tanto pelas instituições de ensino quanto pela comunidade científica. Plagiar significa renunciar à criação de novos saberes, restringindo o conhecimento ao que já está estabelecido. Trata-se de uma prática nociva, cujos efeitos ultrapassam o indivíduo, podendo comprometer a integridade da comunidade acadêmica e impactar negativamente a sociedade como um todo. Entretanto, observa-se que, em muitos casos, os

órgãos responsáveis pela regulação ética na pesquisa permanecem silenciosos ou adotam posturas tímidas frente a esse tema, devendo, pois, à sociedade científica uma manifestação explícita, firme e inequívoca de condenação ao plágio acadêmico (Lima; Lima; André, 2021).

Segundo Sousa-Silva e Abreu (2015), a prática do plágio, nos moldes em que é atualmente conhecida, passou a ganhar maior visibilidade com os avanços tecnológicos e as transformações nos meios de comunicação. A invenção da imprensa, em 1440, representou um marco importante ao permitir a reprodução mais rápida e ampla de obras escritas. No entanto, essa facilidade também favoreceu a cópia não autorizada, o que gerou a necessidade de regulamentar juridicamente a propriedade das criações intelectuais. Como resposta a essa demanda, foram criadas leis que garantissem aos autores direitos morais e materiais sobre suas obras. O Estatuto da Rainha Anne, promulgado em 1710 na Inglaterra, foi uma das primeiras normas a reconhecer esses direitos, seguido pela Convenção de Berna, em 1886, na qual países se reuniram para definir o reconhecimento dos direitos de autoria. A partir desse movimento, cada nação passou a adotar legislações específicas sobre o tema (Sousa-Silva; Abreu, 2015).

No Brasil, conforme apontam Cardoso Neto, Oliveira e Meneses (2019), os primeiros dispositivos legais relacionados ao plágio remontam ao século XIX, especificamente ao ano de 1830, por meio do Código Criminal do Império do Brasil. O artigo 261 desse código já apresentava elementos que mais tarde viriam a compor a definição do plágio. O referido dispositivo estabelecia como infração criminal o ato de imprimir, gravar, reproduzir ou introduzir quaisquer escritos ou estampas elaboradas, compostos ou traduzidos por cidadãos brasileiros, enquanto estes estivessem vivos, ou no período de dez anos após seu falecimento, caso deixassem herdeiros. Segundo os autores, observa-se, portanto, que além de tipificar a conduta no âmbito penal, o código estabelecia o prazo referente à entrada das obras no domínio público, fixado em dez anos após a morte do autor naquela época.

No ordenamento jurídico brasileiro, a proteção das criações intelectuais é disciplinada principalmente pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Direitos Autorais, que regulamenta e assegura os direitos dos autores sobre suas obras. Essa legislação não utiliza de forma expressa o termo *plágio*, entendido como a apropriação indevida da autoria de obra alheia. O texto legal emprega, em seu lugar, a expressão *contrafação,* que designa reprodução total ou parcial de uma obra, em meio digital ou em qualquer outro suporte, sem a devida autorização do titular. Essa conduta configura violação de direitos autorais e está tipificada no artigo 184 e seguintes do Código Penal brasileiro (Araújo; Ferreira; França, 2024; Brasil, 1998; Wachowicz; Costa, 2016).

Para Krokoscz (2014) ocorre contrafação quando a obra de um autor é apresentada

por outra pessoa, o plagiador, como se fosse de sua própria autoria, sem que o autor legítimo receba qualquer compensação patrimonial pelo uso de sua criação e sem que seu nome seja devidamente associado à obra, por meio do reconhecimento moral proporcionado pela citação. Trata-se, portanto, de reprodução não autorizada, conforme previsto no artigo 5º, inciso VII da Lei de Direitos Autorais, dispositivo legal que assegura a proteção dos direitos morais e patrimoniais do criador de obras intelectuais, artísticas, industriais, entre outras.

Essa definição de contrafação e o reconhecimento da autoria evidenciam a relevância do direito autoral como instrumento jurídico de proteção tanto da obra quanto de seu criador, assegurando a observância dos direitos morais e patrimoniais desde o momento da criação.

O direito autoral compreende o conjunto de prerrogativas que protegem o criador em relação às suas produções artísticas, literárias, musicais e científicas desde o momento da criação, estabelecendo uma ligação inseparável entre o esforço intelectual e o produto resultante. No que concerne os direitos morais, estes dizem respeito ao vínculo pessoal e permanente entre o autor e sua obra, assegurando-lhe o reconhecimento da autoria e a preservação da integridade da criação. O direito moral tem caráter inalienável e irrenunciável e incluem o direito de reivindicar a autoria, associar o nome ou pseudônimo à obra, mantê-la inédita, retirá-la de circulação e suspender autorizações de uso anteriormente concedidas. A legislação brasileira estabelece que os direitos morais do autor não podem ser transferidos nem renunciados (Wachowicz; Costa, 2016).

Os direitos patrimoniais, por sua vez, estão relacionados ao aspecto econômico da obra, permitindo ao autor utilizar, explorar, licenciar, ceder ou dispor de sua criação para fins de comercialização. Esses direitos têm caráter vitalício e podem ser transmitidos aos herdeiros por sucessão legítima ou por ato entre vivos. De acordo com a legislação brasileira, os direitos patrimoniais permanecem vigentes durante toda a vida do autor e por mais setenta anos após o seu falecimento, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Após esse período, a obra passa a integrar o domínio público, podendo ser livremente utilizada e reproduzida por qualquer pessoa (Wachowicz; Costa, 2016).

Sob a perspectiva legal, o plágio configura prática ilícita, embora não seja mencionado expressamente pelo termo “plágio” no Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Tal conduta está contemplada de forma indireta no Capítulo I, que trata dos crimes contra a propriedade intelectual, em cujo artigo 184 se dispõe que a violação de direitos autorais sobre obras literárias, científicas ou artísticas pode acarretar pena de detenção, de três meses a um ano, ou multa (Brasil, 1940).

Dessa forma, tanto a obra quanto o autor encontram-se amparados legalmente contra qualquer forma de usurpação, seja ela de natureza material ou simbólica, praticada por terceiros. É sob essa perspectiva que se reconhece o direito dos autores de recorrer aos meios jurídicos para assegurar a proteção de si mesmos e de suas criações, abrangendo as diversas áreas mencionadas até o momento (Krokoscz, 2014).

Apesar do arcabouço jurídico, persistem lacunas no enfrentamento do plágio, especialmente nas IES. Assim, a CAPES, com base em orientação do Conselho Federal da OAB, passou a recomendar que as IES implementem políticas voltadas à sensibilização e à difusão de informações sobre propriedade intelectual. Além disso, sugere-se a adoção de estratégias específicas para coibir o plágio na elaboração de teses, monografias, artigos e demais produções textuais desenvolvidas por estudantes e outros membros da comunidade acadêmica (Krokoscz, 2012; Coordenação..., 2011).

Não obstante, o plágio acadêmico é considerado a principal forma de distorção do legado científico, pois impede que a autoria seja reconhecida de forma justa aos pesquisadores responsáveis pelo desenvolvimento de trabalhos científicos. Essa prática de desonestidade intelectual já representava motivo de preocupação na época em que se utilizavam apenas fontes tradicionais de pesquisa, mas, atualmente, por meio da internet ampliaram-se significativamente as possibilidades de ocorrência desse tipo de fraude (Leão; Iocohama, 2023).

Nesse sentido, a divulgação das consequências negativas decorrentes da prática do plágio, associada a ações institucionais mais efetivas por parte das universidades, pode contribuir significativamente para coibir essa conduta. Um exemplo de iniciativa nesse aspecto é a formação de comissões responsáveis pela avaliação dos trabalhos acadêmicos submetidos às instituições, prevenindo, assim, possíveis prejuízos à reputação institucional decorrentes da aprovação desses trabalhos por bancas examinadoras, como observa Araújo (2017).

Sob esse enfoque, Leão e Iocohama (2023) assinalam que o enfrentamento eficaz ao plágio acadêmico exige uma abordagem interdisciplinar, que integre o domínio de métodos adequados de pesquisa científica às responsabilidades nas esferas civil, penal e administrativa. Assim, o indivíduo que pratica plágio não responde apenas do ponto de vista jurídico, seja na esfera civil ou criminal, mas também enfrenta as implicações institucionais decorrentes de seu vínculo com a instituição de ensino.

Em consonância, Marques e Corrêa (2016) destacam que enfrentar o plágio demanda uma investigação que vá além de sua manifestação aparente, buscando compreender suas causas estruturais. Trata-se de um fenômeno inserido em um contexto histórico e institucional, resultante de práticas acadêmicas que, muitas vezes, se baseiam em metodologias rígidas

e em recursos limitados para articular ensino, pesquisa e extensão. A fragmentação dessa tríade enfraquece a motivação dos estudantes, já que o conhecimento adquirido, quando não é aplicado, tende a perder seu potencial de engajamento e desenvolvimento intelectual.

De acordo com Krokoscz (2011), o enfrentamento do plágio no ensino superior, demanda a criação de políticas institucionais específicas, a implementação de códigos de ética e a inserção, nas matrizes curriculares, de conteúdos voltados à escrita acadêmica e à integridade científica. Essas iniciativas, acompanhadas da disseminação de informações por meio de canais institucionais, podem contribuir significativamente para orientar a comunidade acadêmica.

Alinhados a essa perspectiva, Alencar, Monteiro e Carvalho (2021) ressaltam que a ética e a conduta responsável devem permear todo o percurso formativo dos futuros profissionais, não se restringindo ao ensino superior ou ao âmbito de uma única disciplina. Os autores defendem que todas as áreas do conhecimento abordem de forma consistente essas questões, desde a educação básica. Assim, a prevenção de práticas fraudulentas requer investimentos em uma formação de qualidade desde as etapas iniciais, gerando impactos positivos que se estendem para além do ambiente acadêmico e alcançam toda a sociedade.

Nesse contexto, compreender como a relação com o plágio se desenvolve ao longo da vida escolar torna-se essencial para estruturar políticas educativas eficazes. Essa evolução é evidenciada por Krokoscz (2014), ao apontar diferenças marcantes entre os níveis de ensino quanto à percepção e à incidência dessa prática. Na educação básica, sobretudo nas séries iniciais, a reprodução literal de textos é empregada como recurso pedagógico para estimular a escrita e aproximar o aluno dos diversos gêneros textuais e estilos linguísticos. Nessa fase, a prioridade recai sobre o letramento, não sobre a originalidade ou a autoria. À medida que o estudante avança nos estudos, contudo, espera-se uma postura mais autoral, com produção de textos próprios, embora ainda sejam frequentes práticas de cópia literal durante o ensino fundamental e médio.

No âmbito do ensino superior, o debate sobre o plágio ganha maior destaque, dada a relevância atribuída à produção textual na formação acadêmica. Krokoscz (2014) aponta que, nesse estágio, fatores como escassez de tempo, acúmulo de tarefas e dificuldades em equilibrar estudos, trabalho e vida pessoal figuram entre as causas frequentes do plágio. O autor também sugere a possibilidade de haver desinteresse pela prática científica, sobretudo entre graduandos, embora admita a ausência de dados empíricos conclusivos que comprovem essa associação. Ainda assim, os indícios percebidos são considerados suficientes para reforçar a necessidade de reflexão sobre o tema.

Na pós-graduação, mesmo com estudantes mais habituados a métodos de pesquisa e às normas acadêmicas de escrita, o plágio permanece como uma preocupação constante. Nesse nível, o fenômeno apresenta características distintas daquelas observadas na graduação ou na educação básica. Enquanto os cursos de graduação possuem foco predominante no ensino, na pós-graduação predomina a ênfase na pesquisa, exigindo dos alunos participação constante em atividades científicas, seja na elaboração de trabalhos para eventos acadêmicos, seja na produção de artigos para publicação (Krokoscz, 2014).

Lima (2013) atribui parte do problema a deficiências no letramento acadêmico, observando que muitos estudantes acreditam bastar a simples indicação da fonte para justificar reproduções literais de trechos, sem atender às normas adequadas de citação. O autor adverte que o ensino isolado da ética não é suficiente para prevenir o plágio, sendo essencial promover o domínio da escrita científica autoral e crítica.

Nessa mesma direção, Costa e Lima (2018) enfatizam que a produção científica exige competências específicas que nem sempre são dominadas pelos estudantes. Para as autoras, a escrita acadêmica pressupõe um letramento social próprio e, quando esse conhecimento não está consolidado, o risco de plágio aumenta. Essa prática costuma resultar da falta de familiaridade com a leitura analítica e com os mecanismos da escrita acadêmica, que envolvem a retomada de ideias já formuladas e a devida indicação de suas fontes. Em consequência, muitos alunos produzem textos sem citações e referências, configurando o plágio.

Em contrapartida, Krokoscz (2014) pontua que é esperado que o pós-graduando detenha maior domínio dos procedimentos metodológicos e das normas acadêmicas, pois, além de visar à formação profissional, a pós-graduação projeta a perspectiva de carreira acadêmica como docente ou pesquisador. Ainda segundo o autor, o estudante de graduação traz uma formação deficitária na sua habilitação autoral que deveria ter sido desenvolvida na educação básica e acaba mantendo no ensino superior a prática da reprodução textual, que habitualmente fazia nas escolas de ensino fundamental e médio.

De fato, essa deficiência autoral evidenciada por Krokoscz (2014) não se limita apenas à graduação, comprometendo todo o percurso acadêmico quando o estudante progride pelos níveis educacionais sem ter adquirido as habilidades fundamentais. Isso gera um efeito em cadeia que prejudica diretamente a autonomia intelectual e a capacidade crítica, elementos essenciais tanto para a pós-graduação quanto para o futuro exercício profissional e acadêmico.

Morais e Santos (2017) questionam se seria razoável punir estudantes que não receberam a devida formação sobre o tema, chamando atenção para a necessidade de maior cuidado em relação aos riscos do plágio. Para esses autores, não basta simplesmente advertir os

discentes; é fundamental refletir sobre o momento em que a universidade decide oferecer tal orientação. Muitas vezes, essa formação ocorre de forma tardia, quando o aluno já se encontra na metade ou nos períodos finais do curso. Assim, defendem que as IES ofertem disciplinas, palestras, cursos e seminários voltados ao tema do plágio, preferencialmente nos primeiros semestres, para que o estudante assimile adequadamente os conhecimentos e, ao longo da graduação, sinta-se seguro e apto a retribuir de forma ética o saber adquirido.

Essa preocupação é reforçada por Carroll (2016) que observa que a gestão do plágio no ambiente universitário apresenta especificidades distintas daquelas encontradas fora da academia. Para a autora, o problema não deve ser tratado apenas como identificação e punição de transgressões, mas compreendido como parte do processo de aprendizagem.

Essa perspectiva desloca o foco da sanção para a formação, indicando que a universidade deve assumir o papel de espaço privilegiado de desenvolvimento ético e de consolidação das competências exigidas pela escrita científica. Isso implica reconhecer que o plágio nem sempre decorre de má-fé, mas pode ser resultado da falta de domínio das convenções acadêmicas.

Na mesma direção, Leão e Iocohama (2023) destacam ainda que é fundamental oferecer ensino especializado em metodologia de pesquisa, englobando técnicas para localizar, selecionar e utilizar informações, bem como as formas corretas de citação, tanto direta quanto indireta. Tais conhecimentos são essenciais para evitar que trabalhos científicos elaborados com rigor e ética sejam indevidamente apropriados, sem o devido reconhecimento.

De modo complementar, Ferreira e Freitas (2021) investigaram ações educativas para prevenir o plágio em universidades brasileiras e estrangeiras. Observaram que, no Brasil, essas ações costumam ser pontuais, restritas à disponibilização de normas de citação ou ao uso de softwares de detecção. Em contraste, instituições estrangeiras adotam práticas mais sistematizadas, com cursos obrigatórios de escrita acadêmica, tutoriais, workshops e políticas institucionais claras que envolvem estudantes e docentes. As autoras concluem que ações isoladas são insuficientes e recomendam estratégias integradas de letramento acadêmico que fortaleçam a formação em escrita científica.

A partir desse entendimento, a prevenção do plágio requer um compromisso institucional contínuo com a formação ética, crítica e autoral dos estudantes. Investir em práticas educativas que favoreçam o domínio da escrita acadêmica, a compreensão dos direitos autorais e o uso responsável da informação é essencial para consolidar uma cultura de integridade científica, pautada na valorização da autoria, na honestidade intelectual e na responsabilidade pela produção do saber.

Reforçando essa preocupação, Soeiro *et al.* (2019) destacam, a partir dos dados reunidos em seu estudo, que é imprescindível incluir o tema do plágio desde as etapas iniciais da formação acadêmica, iniciando-se já no ensino fundamental. Os autores defendem a adoção de estratégias educativas voltadas à promoção da integridade científica e ao estímulo da corresponsabilidade, tanto dos pesquisadores quanto da sociedade, na salvaguarda dos princípios éticos que regem a atividade científica. Além disso, ressaltam a urgência em ampliar o debate sobre o plágio e seus impactos, visando assegurar a integridade e o avanço do conhecimento humano.

Uma das formas de concretizar essas propostas é, nas instituições universitárias que possuem autonomia tanto científica quanto administrativa, promover ampla divulgação das técnicas de pesquisa e de redação científica. Essa iniciativa deve enfatizar as metodologias adequadas de citação de fontes, seja de forma direta, com a reprodução literal das ideias de outros autores, seja por meio da elaboração de paráfrases, permitindo expressar o conteúdo da fonte consultada através de uma reformulação da linguagem original (Leão; Iocohama 2023).

Apesar dessas recomendações, Watanabe (2014) observa que a ausência de diretrizes claras nos regulamentos das IES contribui para confusões na interpretação do que é permitido na produção acadêmica, nos quais a principal forma de avaliação é a elaboração de artigos.

Diante desse cenário, Araújo, Ferreira e França (2024) ressaltam a importância da existência de normas que regulem as condutas impróprias no meio acadêmico, especialmente aquelas relacionadas à reprodução de textos, abrangendo desde situações de plágio acidental, motivadas por falhas técnicas. Tais normas devem ser claras quanto às consequências previstas e assegurar uma análise individualizada e imparcial de cada ocorrência, garantindo o direito à ampla defesa.

Krokoscz (2011) sugere que as IES adotem posicionamento explícito quanto ao plágio, utilizando canais oficiais para difundir informações e boas práticas. Para o autor, as estratégias mais eficazes envolvem informação, formação continuada e promoção de uma cultura de integridade acadêmica, embora reconheça que essa abordagem formativa permanece pouco explorada. Soeiro *et al*. (2019) reforçam que a responsabilidade pelo enfrentamento do plágio deve ser compartilhada entre diversos atores sociais, incluindo também instituições que fomentam e apoiam a pesquisa, não sendo exclusivamente responsabilidade das IES. Tal perspectiva decorre do fato de que o plágio possui natureza interdisciplinar e envolve múltiplas instituições.

No âmbito da conscientização da comunidade acadêmica, Araújo (2017) apresenta

como exemplo a iniciativa da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio da sua Comissão de Avaliação de Casos de Autoria. Essa comissão atua diretamente com ações educativas e preventivas relacionadas ao plágio. Entre as ações realizadas, destaca-se a publicação da cartilha online intitulada *"*Nem tudo que parece é: entenda o que é plágio*"*, que esclarece o assunto com o intuito de prevenir que estudantes adotem essa prática inadequada.

A partir de experiências institucionais como a apresentada por Araújo (2017), torna-se possível ampliar a reflexão para práticas pedagógicas de maior alcance, que aproximem os estudantes da política de integridade acadêmica de forma direta e cotidiana. Nesse sentido, Whitley Junior e Keith-Spiegel (2001) ressaltam que os estudantes nem sempre consultam manuais, catálogos ou planos de ensino. Diante disso, a realização de debates acerca da política de integridade acadêmica mostra-se uma estratégia eficaz para ampliar sua conscientização. A sala de aula constitui um dos espaços mais propícios para esse tipo de abordagem, especialmente no primeiro encontro, quando os docentes podem relembrar a política institucional, apresentar diretrizes próprias e esclarecer eventuais dúvidas.

Além disso, grupos de discussão podem ser promovidos em residências estudantis, organizações acadêmicas e, de forma ainda mais relevante, durante as atividades de recepção aos calouros. A participação ativa dos estudantes na organização e condução desses debates potencializa sua eficácia, pois contribui para o fortalecimento de uma cultura coletiva contrária às práticas desonestas. Outro recurso complementar seria a criação de uma página eletrônica dedicada à política de integridade acadêmica, contendo uma seção de "Perguntas Frequentes", com questões levantadas por estudantes e professores acompanhadas de suas respectivas respostas (Whitley Junior; Keith-Spiegel, 2001).

Nesse contexto, Leão e Iocohama (2023, p. 14) observam que:

> [...] sensibilizar, informar e formar são etapas interdependentes e que devem ser adotadas de forma gradativa. Em primeiro lugar, é preciso trazer à tona informações sobre a renitência do plágio acadêmico, a partir do que se poderá entender os aspectos conceituais e estruturais de tal fraude acadêmica; e, por fim, e não menos importante, está a formação dos educadores em convergência com as novas ferramentas tecnológicas de detecção de apropriação indébita de pesquisas científicas conduzidas por outros pesquisadores, a configurar a violação de direito autoral e as consequências jurídicas correspondentes.

Adicionalmente, Alves e Moura (2016) identificam que o plágio decorre não apenas do desconhecimento conceitual, mas também da pouca familiaridade com o tema, do desinteresse ou da falta de tempo para leitura e compreensão do material estudado. Para Lima, Lima e André (2021), as ocorrências de infrações acadêmicas em IES têm aumentado ano após ano,

em grande parte porque muitos estudantes apresentam dificuldade em reconhecer o plágio. Uma forma bastante frequente desse problema consiste em “iludir-se por meio da cópia de textos alheios”. Tal desafio é ainda mais acentuado entre alunos jovens e inexperientes, que frequentemente não conseguem identificar situações complexas de plágio e, por isso, acabam cometendo-o por desconhecimento.

Borges, Harthmann e Barros (2024) observam que muitos estudantes ingressam no ensino superior sem noção clara do que constitui autoria ou desconhecendo que copiar textos sem citação configura prática ilícita. Para esses autores, a fragilidade na formação em técnicas de citação e referência é um fator que contribui significativamente para a ocorrência do plágio.

Entre os motivos frequentemente apontados na literatura por ferirem os princípios éticos e estarem associados à prática do plágio, destacam-se condutas inadequadas e traços individuais persistentes ao longo do tempo. Esses fatores incluem características pessoais como vaidade, desejo de reconhecimento, insegurança, competitividade, negligência, ausência de habilidades fundamentais, baixa confiança na própria produção acadêmica, tendência a copiar trabalhos alheios, dificuldade em admitir desconhecimento sobre determinado tema, além de pressões externas e da necessidade de demonstrar competência na realização de pesquisas. Em diversos contextos culturais, observa-se uma pressão explícita por resultados, o que pode influenciar significativamente as decisões dos indivíduos (Melo, 2024).

> Com isso, entende-se que para as instituições de ensino brasileiras estabelecerem a cultura da integridade acadêmica (e o denominado “Plágio Zero”), é preciso envolver a comunidade na elaboração de regulamentos para tornar claro os limites na organização de trabalhos; periodicamente deve-se discutir sobre a temática plágio e desonestidade acadêmica, por meio de palestras e seminários; e, também, estabelecer o que ocorrerá caso algum problema seja detectado (Aires, 2019, p. 18, grifo do autor).

Isso reforça a necessidade de intervenções educacionais preventivas, voltadas à formação de uma cultura científica sólida, inovadora e ética. Nesse contexto, trabalhar o tema do plágio e lidar com a inexperiência acadêmica devem ser compreendidos como partes essenciais do processo educativo. É inegável que certos aspectos da aprendizagem, como a formação da linguagem científica, possam surgir, em alguns casos, de práticas imitativas; imitar, afinal, pode auxiliar o estudante no desenvolvimento de habilidades importantes (Lima; Lima; André, 2021).

Em complemento, Lima, Lima e André (2021) observam que a imitação, embora faça parte do processo de aprendizagem, traz consigo o risco de transgredir normas acadêmicas e éticas estabelecidas. Compreender, do ponto de vista teórico, o que configura o plágio amplia a capacidade do estudante de reconhecer essa prática na realidade e contribui para que a linha

entre o aprendizado legítimo e a apropriação indevida não seja ultrapassada. Por isso, é essencial manter o debate sobre o plágio sempre presente, ainda que suas conclusões possam parecer previsíveis, considerando a importância do tema no cenário acadêmico e científico.

Depois de explorar o conceito e as consequências do plágio, é essencial apresentar as diversas maneiras pelas quais essa prática pode se manifestar no contexto acadêmico. O plágio vai além da simples reprodução literal de conteúdos; ele pode se apresentar sob diversas formas, muitas vezes discretas, mas igualmente prejudiciais à autenticidade e à ética da produção intelectual. A seguir, discutiremos as principais modalidades de plágio, que variam desde a cópia direta até as abordagens mais sofisticadas de dissimulação.

A partir das considerações de Krokoscz (2012), percebe-se que existem diversas modalidades de plágio identificáveis no contexto acadêmico, com características variadas. O Quadro 6 apresenta as principais variações com suas respectivas características:

Quadro 6 - Características das tipologias de plágio

Tipologias	Características
Plágio integral	Apropriação da totalidade de uma obra ou produção intelectual, apresentada como própria, sem a devida atribuição da autoria e indicação da fonte original.
Plágio Direto	Ocorre quando partes de uma obra são incorporadas ao texto de forma idêntica ou muito semelhante ao original, sem a utilização de aspas e sem a correspondente identificação da fonte consultada.
Plágio parcial	Esse tipo de plágio consiste em reunir fragmentos de uma ou de várias fontes sem a correta indicação de autoria.
Plágio Indireto	Caracteriza-se pela apresentação de ideias ou argumentos de outra fonte com modificações na redação original, sem o devido reconhecimento da autoria e sem a indicação da referência utilizada.
Plágio conceitual	Ocorre quando em vez de reproduzir o texto literalmente, são reaproveitadas ideias, teorias ou conceitos de outro autor sem o devido crédito.
Plágio de fontes	Ocorre quando citações localizadas em uma obra secundária são utilizadas como se a fonte original tivesse sido diretamente consultada, sem a devida indicação da mediação realizada. Essa conduta compromete a transparência, a confiabilidade e a autenticidade da produção acadêmica.
Plágio consentido	O plágio consentido ocorre quando existe um acordo, explícito ou implícito, entre o autor e quem plagia. No meio acadêmico, pode manifestar-se de diferentes maneiras, como a atribuição de autoria a pessoas que não contribuíram de forma relevante para a pesquisa ou a produção científica, ou ainda pela comercialização de trabalhos acadêmicos.
Plágio acidental	Essa situação ocorre quando ideias ou informações de terceiros são inseridas no texto sem a devida atribuição, caracterizando plágio, seja por falta de atenção ou por desconhecimento das normas de citação.
Autoplágio	O autoplágio abrange diferentes práticas, como publicar o mesmo estudo em mais de um periódico, reutilizar trechos substanciais de trabalhos anteriores sem a devida referência e fragmentar uma pesquisa única em vários artigos com o objetivo de ampliar o número de publicações.

Fonte: adaptado de Lopes *et al.* (2024, p. 6-10) e Krokoscz (2012).

O plágio constitui apenas uma parte das diversas condutas fraudulentas que ocorrem no meio acadêmico, entre as quais se incluem cópias indevidas, uso incorreto de referências, inserção de trechos de textos sem citação adequada, além de fraudes em provas seletivas, relatórios de atividades e outros tipos de produções escritas relacionadas à vida acadêmica (Berlinck, 2011).

Para além dessas manifestações mais recorrentes, Disantara (2020) chama atenção para uma forma específica do plágio vinculada às relações de poder na academia. Trata-se de situações em que o fenômeno não se restringe ao ato individual de apropriação indevida, mas decorre do exercício de autoridade por parte de quem ocupa posições hierárquicas superiores. Nesses casos particulares, podem ocorrer práticas arbitrárias, como quando alunos são orientados a realizar atividades, redigir artigos ou desenvolver trabalhos que, ao final, são apropriados indevidamente, caracterizando um tipo peculiar de prática com potencial plagiador.

As relações de poder produzem efeitos tanto no plano ético quanto no profissional. Do ponto de vista profissional, o indivíduo que plagia passa a ser visto com constante suspeita, como alguém propenso a repetir tal conduta. No aspecto ético, o plágio, no contexto do ensino superior, representa uma violação do reconhecimento acadêmico adequado e do respeito à autoria intelectual alheia (Disantara, 2020).

Nessa linha, Campanhão *et al.* (2024) observam que refletir sobre o plágio implica considerar o contexto em que cada indivíduo se relaciona com a própria voz e com sua capacidade de produzir conhecimento. Para os autores, compreender o sentido de ciência envolve reconhecer a possibilidade de o sujeito se posicionar e não apenas absorver o que já está dado, o que pressupõe valorizar a singularidade e a participação ativa na construção do saber. Assim, apropriar-se da voz alheia significa aceitar uma condição de submissão que concentra o poder e exclui a possibilidade de o indivíduo se ver como autor de sua própria história.

Além dessas implicações relacionadas à autoria, o ambiente acadêmico também impõe pressões institucionais que favorecem práticas questionáveis, como o autoplágio. Nesse cenário, a lógica do "publique ou pereça", associada à busca por produtividade contínua, leva alguns autores a reutilizarem seus próprios textos em novos trabalhos, seja por desconhecimento das normas éticas, por negligência ou por má-fé. Essa prática, independentemente da motivação, compromete a integridade acadêmica e contribui para desigualdades e distorções no sistema científico, influenciando programas, avaliações e até a progressão de carreira, segundo Bedê, Mesquita e Pucci (2018).

Diante disso, torna-se essencial pensar em estratégias de enfrentamento. O incentivo a uma cultura de honestidade acadêmica, somado à oferta de ferramentas e informações

adequadas, pode reduzir a incidência do plágio e promover um ambiente acadêmico mais ético e comprometido com a produção intelectual genuína (Sayeda, 2024).

Nesse sentido, a questão do plágio deve ser tratada de forma ampla, envolvendo o papel de estudantes, docentes e pesquisadores, integrando-a ao contexto de suas práticas cotidianas. Nesse processo, conforme Berlinck (2011), é importante valorizar a escrita responsável, compreendendo, porém, que em certas situações pode-se admitir, de forma bastante restrita, a reprodução ou adaptação de trechos de caráter genérico e sem autoria claramente identificável.

Alinhada a essa preocupação, a pesquisa de Silva e Domingues (2008) evidencia como a compreensão limitada sobre o plágio pode refletir falhas na formação acadêmica. O estudo teve como objetivo investigar como alunos de pós-graduação *lato sensu* de uma instituição de ensino superior situada na região oeste do Paraná compreendem o plágio, bem como avaliar o conhecimento que possuem sobre a legislação brasileira relacionada a essa prática, o uso correto de citações em trabalhos acadêmicos e o emprego de fontes de pesquisa e imagens da internet.

Os resultados revelaram que, embora esses estudantes já tenham cursado disciplinas de Metodologia da Pesquisa na graduação, o plágio ainda se manifesta como prática frequente, demonstrando falhas na formação acadêmica. As autoras destacam que a credibilidade das produções acadêmicas está em risco caso esse cenário não seja modificado. Como medida preventiva, recomendam que os alunos tenham contato mais precoce com a legislação pertinente, recebam orientações sobre o uso responsável da internet e sejam instruídos, desde o início da formação, sobre as normas técnicas da ABNT aplicáveis à produção científica (Silva; Domingues, 2008).

Em linha com essas constatações, Batista e Costa (2022) analisaram a percepção de estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) acerca do plágio acadêmico. A pesquisa envolveu 1.340 graduandos participantes do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) (2019-2020) e 2.230 pós-graduandos, dos quais 157 graduandos e 162 pós-graduandos responderam ao questionário aplicado entre setembro e novembro de 2019.

Os resultados reforçam que o conhecimento dos estudantes é limitado e superficial, sobretudo no plano teórico e conceitual, o que evidencia a necessidade de intervenções institucionais que ultrapassem a simples detecção de infrações por softwares. As autoras defendem estratégias de conscientização e educação da comunidade acadêmica, acompanhadas de medidas eficazes para reduzir as ocorrências de plágio e de iniciativas que promovam o letramento acadêmico desde a Educação Básica, articulando essa formação às transformações decorrentes dos meios de informação e comunicação (Batista; Costa, 2022).

Diante desse diagnóstico, é indispensável que as instituições de ensino adotem uma postura ativa na prevenção ao plágio. A definição, aplicação e ampla divulgação de normas claras constituem passos fundamentais para fomentar condutas éticas no ambiente acadêmico. Além disso, a elaboração de estratégias pedagógicas e de métodos de avaliação capazes de desencorajar práticas indevidas, como o plágio, representa uma resposta consistente e necessária a esse desafio.

Nesse contexto, é igualmente necessário que os educadores estejam preparados para compreender as limitações da linguagem escrita como forma de expressão e saibam reconhecer a intertextualidade como um recurso válido, desde que utilizada com bom senso e critério. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino devem fomentar um ambiente que estimule a criatividade e a adoção de metodologias avaliativas adequadas, permitindo que todos os envolvidos no meio acadêmico colham os benefícios dessas práticas. Assim, em vez de concentrar esforços na identificação e punição do plágio, é mais produtivo priorizar o aprimoramento da aprendizagem, o fortalecimento do conhecimento e a consolidação de práticas acadêmicas responsáveis, por meio de um trabalho educativo contínuo que beneficia toda a sociedade (Berlinck, 2011).

Entretanto, compreender o plágio apenas sob a ótica pedagógica e institucional seria reduzir sua complexidade. Ele também se insere em um cenário mais amplo, marcado pelo produtivismo acadêmico, cuja ênfase em resultados quantitativos e no cumprimento de metas favorece sua proliferação e compromete a qualidade do conhecimento produzido. É esse quadro estrutural que será explorado na próxima seção.

4.1 Produtivismo acadêmico e a proliferação do plágio

O produtivismo acadêmico, entendido como a pressão institucional e individual para a maximização da produção científica em prazos cada vez mais curtos, tem se consolidado como uma característica estruturante das IES. Esse modelo, frequentemente atrelado a métricas quantitativas de avaliação, tende a deslocar a centralidade do processo formativo para a lógica da performance. Nesse contexto, a busca incessante por resultados rápidos e pelo acúmulo de publicações cria um terreno fértil para práticas questionáveis, entre elas o plágio. Longe de se tratar apenas de um problema ético individual, a proliferação do plágio pode ser compreendida também como um efeito estrutural desse sistema de exigências, no qual a qualidade e a originalidade do conhecimento produzido acabam secundarizadas diante da urgência de atender às metas numéricas.

Sua origem remonta à década de 1950, nos Estados Unidos, e se difundiu pela máxima "*publish or perish*" (publicar ou perecer), que evidenciava o risco enfrentado por docentes e pesquisadores que não atendessem às metas definidas por agências de fomento, universidades ou pelo próprio mercado (Andrade; Cassundé; Barbosa, 2019). A intensificação das exigências por maior produção levou, pouco a pouco, ao surgimento da expressão "produtivismo", termo carregado de conotação negativa, pois descreve um processo em que a ênfase na quantidade tende a se sobrepor à qualidade (Bianchetti; Zuin; Ferraz, 2018).

Essa perspectiva histórica ajuda a compreender como o produtivismo acadêmico não permaneceu apenas como um conceito crítico, mas se materializou nas formas de avaliação e nas práticas institucionais. Em razão do modelo vigente de avaliação, muitos docentes passaram a associar produtividade a tarefas mensuráveis e quantificáveis. Essa lógica transforma o texto científico em um produto elaborado segundo metas numéricas de produção, voltadas não ao atendimento da sociedade, mas às exigências das instituições financiadoras e reguladoras da pesquisa e da pós-graduação (Borsoi, 2012).

Essa ênfase nas métricas redefine não só o sentido da produção científica, como também interfere na organização do cotidiano acadêmico. A lógica produtivista, ao fragmentar o tempo, faz com que as universidades deixem de ser espaços voltados à leitura cuidadosa, à reflexão, ao diálogo crítico e à produção do conhecimento. Esse processo altera o ritmo tradicional da vida universitária e repercute tanto na produtividade quanto na satisfação com o trabalho acadêmico (Salo; Heikkinen, 2011 *apud* Andrade; Cassundé; Barbosa, 2019).

Desse modo, os efeitos do produtivismo extrapolam os limites das IES e incidem sobre a sociedade, que deixa de usufruir dos resultados de pesquisas desenvolvidas com maior rigor e consistência (Mattos, 2008). Para Borsoi (2012), o produtivismo também fomenta, no ambiente acadêmico, uma cultura marcada pelo individualismo, pela rivalidade e pela competição, elementos que refletem a lógica globalizada do trabalho.

Sendo assim, a disputa por bolsas de estudo, recursos de pesquisa, financiamento de viagens e participação em congressos, somada à pressão por melhores posições em rankings, reforça um ambiente em que a concorrência entre universidades, programas de pós-graduação, docentes e discentes se torna prática naturalizada. Esse cenário é intensificado pelas próprias agências de fomento e de avaliação, cujas políticas de metas e critérios de produtividade alimentam tal dinâmica (Borsoi, 2012).

Silva (2019) argumenta que, o ambiente institucional das universidades brasileiras tem sido moldado por pressões de órgãos governamentais, como o Instituto Nacional de Estu-

dos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a CAPES, que orientam políticas acadêmicas em todos os níveis de ensino e fomentam uma lógica produtivista já enraizada no cenário internacional. Essa lógica configura-se como um jogo de legitimação e reconhecimento entre governos, instituições e pesquisadores, afetando diretamente a pós-graduação, que enfrenta uma crise não apenas de recursos, mas também de clareza em seus itinerários formativos. Nesse modelo, as avaliações da CAPES baseiam-se principalmente em indicadores quantitativos de produtividade intelectual, expressos por números que atestam o trabalho dos participantes da pós-graduação e da pesquisa (Vieira; Castaman; Junges Júnior, 2021).

Como fenômeno multinível[17], o produtivismo acadêmico impacta docentes, discentes e instituições, instaurando um ambiente marcado pela pressão e pelo sofrimento psíquico, no qual a produção de artigos, muitas vezes sem contribuição efetiva para o avanço da área, serve prioritariamente para atender às exigências curriculares e institucionais. Para o autor, é urgente desnaturalizar essa lógica performativa, estimulando espaços de reflexão que compatibilizem desempenho acadêmico com qualidade de vida e saúde, de modo a ressignificar a pós-graduação como um espaço formativo prazeroso, crítico e socialmente relevante (Silva, 2019).

O próprio processo avaliativo, quando visto sob a ótica da formação, perde sua finalidade, pois a ênfase na avaliação quantitativa introduz elementos de recompensa e punição, o que compromete a essência do papel da avaliação (Bianchetti; Valle, 2014).

Os efeitos não se restringem às instituições de ensino superior, alcançando também os coordenadores de programas, os docentes e os pós-graduandos, que passam a enfrentar crescentes exigências vinculadas a indicadores de desempenho, classificações, fatores de impacto e rankings. Soma-se a isso a intensificação da competitividade entre os programas, configurando um cenário de constante pressão por produtividade (Bianchetti; Valle, 2014).

Nesse ponto, torna-se evidente como a lógica produtivista abre espaço para distorções que fragilizam a ética acadêmica. Entre elas, o plágio emerge como um dos sintomas mais visíveis desse sistema, reforçando a necessidade de analisá-lo não apenas como um ato isolado, mas como expressão de um problema estrutural.

Essa lógica, entretanto, não se restringe ao contexto brasileiro. Insere-se no quadro mais amplo que Bianchetti, Zuin e Ferraz (2018) caracterizam como “capitalismo acadêmico”. Esses autores ressaltam que a ênfase excessiva na produtividade, em detrimento da reflexão crítica, pode levar a universidade a transformar o conhecimento em mercadoria. Tal dinâmica

[17] Silva (2019) analisa “o fenômeno a partir de uma perspectiva multinível: governamental, institucional e individual”.

enfraquece o papel social da ciência e compromete sua dimensão emancipatória. É nesse cenário que se compreende como o produtivismo acadêmico cria terreno fértil para práticas como o plágio.

O plágio pode ser compreendido como um sintoma, e o produtivismo acadêmico, como uma de suas causas subjacentes. Nesse sentido, Severiano Junior *et al*. (2021) demonstram que a elevada produção de determinados programas de pós-graduação gera um "efeito cascata" sobre os pesquisadores, que passam a intensificar sua própria produtividade mesmo após atingir o mínimo exigido para a manutenção da nota do curso. Esse processo alimenta a competição interna e reforça a lógica quantitativa que atravessa o meio acadêmico.

Dentro desse cenário, o plágio se apresenta como efeito evidente do produtivismo. Além de configurar violação de direitos autorais, enfraquece a credibilidade da ciência e reduz a confiança social no conhecimento produzido (Diniz; Terra, 2014). Contudo, não se trata apenas de um desvio moral individual, mas de um fenômeno alimentado pelas pressões constantes, pelas metas de produtividade e pela lógica quantitativa que esvazia a dimensão formativa da pesquisa.

Enfrentar o plágio, portanto, requer compreendê-lo como resultado de lacunas na formação acadêmica, fragilidades pedagógicas, exigências institucionais e ausência de políticas eficazes de integridade. Só assim será possível adotar estratégias preventivas e educativas, capazes de fortalecer a ética acadêmica e reafirmar o papel social da ciência.

Nos últimos anos, o surgimento e a disseminação de ferramentas de Inteligência Artificial para a produção de textos acadêmicos acrescentaram uma nova dimensão ao desafio do plágio. Se, tradicionalmente, sua prevenção dependia de políticas institucionais, orientação ética e formação dos discentes, a presença dessas tecnologias exige repensar conceitos, estratégias e práticas institucionais, de modo a garantir a integridade acadêmica diante de novas formas de produção científica. Assim, o debate sobre o plágio não se limita mais à cópia ou apropriação indevida de conteúdos, mas abrange também a responsabilidade pelo uso consciente de recursos tecnológicos capazes de produzir textos e auxiliar na análise de dados científicos.

4.2 Plágio e Inteligência Artificial

As três primeiras décadas do século XXI têm se mostrado particularmente desafiadoras para a produção do conhecimento científico. Embora períodos anteriores também tenham enfrentado contextos complexos, a diferença atual reside no impacto do surgimento da

Inteligência Artificial (IA), que modificou de maneira profunda e definitiva o funcionamento das instituições e do meio acadêmico em diversas áreas do saber. Em muitos cenários, esse processo sinaliza a intensidade e a rapidez com que a inovação tecnológica é capaz de modificar referenciais epistemológicos e padrões de comportamento, influenciando a maneira como os indivíduos agem e tomam decisões em relação a si mesmos e aos outros (Siquelli, 2025).

Nesse cenário de transformações, destaca-se o surgimento do ChatGPT, um assistente virtual baseado em IA, estruturado no formato de chatbot e voltado à interação por meio do diálogo, lançado em novembro de 2022 e amplamente difundido a partir de 2023. Os chatbots correspondem a programas computacionais desenvolvidos para simular conversas humanas em ambientes digitais, sendo capazes de responder e interagir automaticamente com os usuários por meio de sistemas de IA, com a finalidade de esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas (Barreto; Ávila, 2023).

Nos últimos anos, a IA tem assumido um papel de crescente relevância no contexto educacional. O avanço tecnológico e a ampliação do acesso a dados têm contribuído para o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Contudo, apesar de essa tecnologia prometer maior eficiência e otimização de atividades, ela também impõe novos desafios à integridade acadêmica, entre os quais se destaca a utilização não autorizada de trechos ou conteúdos de produções científicas (Moraes *et al*., 2025).

Nesse contexto, o emprego de ferramentas como o ChatGPT em trabalhos acadêmicos suscita preocupações relacionadas à correta atribuição de autoria e à preservação da originalidade dos textos produzidos. Essa situação exige que o pesquisador declare de forma explícita as fontes consultadas e informe quando houver apoio de sistemas de escrita automatizada, assegurando transparência no processo de produção textual e o atendimento às exigências éticas e legais de originalidade, o que contribui para a manutenção da integridade acadêmica (Ferreira *et al.*, 2024).

A partir dessas considerações, entende-se que tais preocupações não se restringem ao ChatGPT, podendo também ser aplicadas a outras ferramentas de IAG utilizadas na produção textual, como Gemini, Microsoft Copilot e Claude.

Diante desse cenário, embora as ferramentas de IA possam agilizar a organização e a produção de informações, o autor deve assumir a responsabilidade pelo uso consciente dessas tecnologias, garantindo transparência quanto aos dados utilizados e às escolhas analíticas realizadas no trabalho. Segundo Barreto e Ávila (2023), apesar do potencial reconhecido da IA para o desenvolvimento da aprendizagem humana, seu uso também gera desafios ainda pouco mensurados, especialmente no que diz respeito às noções de autenticidade e originalidade na

escrita acadêmica.

Nessa perspectiva, o uso responsável da IA deve priorizar a reflexão, a análise crítica e a criatividade do pesquisador, evitando que a automatização substitua a capacidade humana de produzir conhecimento. Ao mesmo tempo, em razão dos riscos associados ao uso inadequado dessas tecnologias, a adoção de medidas punitivas mais rigorosas pode contribuir para a proteção dos direitos autorais e para a promoção de práticas éticas na produção acadêmica (Moraes *et al.,* 2025).

No âmbito da Educação Superior, a difusão do ChatGPT e de outras IAs semelhantes tem intensificado os debates em razão de sua utilização na produção de textos acadêmicos, como artigos, monografias e relatórios. Ao mesmo tempo, como salientam Ferreira *et al.* (2024), é inegável a possibilidade de ampliar a produção em menor tempo, conforme essas tecnologias prometem e vêm demonstrando, embora permaneça indispensável considerar as implicações éticas e morais envolvidas no próprio ato de produzir textos de natureza científica.

Além disso, esses tipos de ferramentas têm transformado a forma como o conhecimento é acessado, tornando-o mais amplamente disponível. No entanto, até o momento, essas IAGs não substituem a produção acadêmica realizada por autores humanos. Em suma, a IA limita-se a simular a linguagem natural, de modo que a responsabilidade pela veracidade das informações e pela originalidade do conteúdo permanece inteiramente atribuída ao pesquisador (Barreto; Ávilla, 2023).

Considerando que o discente é sujeito ativo na construção de ideias e argumentos, e que a IA deve funcionar como ferramenta de apoio à pesquisa, evidencia-se a necessidade de preservar o protagonismo intelectual do estudante. Embora a agilidade na busca por fontes e na organização textual possa favorecer a produção acadêmica, a facilidade excessiva na elaboração de parágrafos e textos extensos representa um risco quando ocorre sem reflexão crítica e respeito aos princípios éticos (Moraes *et al.,* 2025).

Nesse sentido, a decisão de empregar ou não recursos como o ChatGPT em produções acadêmicas está diretamente relacionada às noções de autoria e originalidade, conceitos que ocupam posição central na proteção dos direitos intelectuais no ordenamento jurídico brasileiro. De forma geral, a autoria está vinculada à criação de uma obra intelectual, garantindo ao autor o reconhecimento e os direitos de natureza moral e de propriedade sobre o material produzido. A originalidade, por sua vez, refere-se ao caráter singular da obra e constitui um requisito para sua proteção legal, especialmente, conforme Ferreira *et al.* (2024), no que diz respeito à distinção em relação a outras produções e à possibilidade de reprodução e comercialização.

Considerando esses princípios, torna-se essencial refletir sobre os limites e responsabilidades do uso de IAGs no contexto da pesquisa científica, de modo a assegurar a integridade acadêmica e o papel ativo do pesquisador na produção de conhecimento.

Os modelos de IAs como o ChatGPT não conseguem realizar interpretações analíticas complexas, o que significa que não podem substituir o conhecimento especializado nem o julgamento crítico do pesquisador. Por essa razão, sua aplicação mais prudente tem sido como suporte técnico, em que a capacidade computacional de organizar e processar informações rapidamente complementa as dimensões criativas, intuitivas e analíticas do ser humano. Essa interação favorece a racionalização do trabalho acadêmico, permitindo que sistemas automatizados executem tarefas repetitivas e identifiquem padrões em grandes bases de dados, enquanto o pesquisador se dedica à interpretação dos resultados e à elaboração de inferências fundamentadas. Além disso, a presença humana no controle do processo possibilita a verificação contínua dos resultados, reduzindo falhas e ampliando a confiabilidade dos dados produzidos (Lima; Felippe, 2025).

Segundo Ferreira *et al.* (2024), apesar de seu potencial como ferramenta de apoio à pesquisa, o uso intensivo de IAs nos processos de ensino e aprendizagem levanta preocupações quanto ao desenvolvimento crítico e criativo dos estudantes. A dependência exagerada dessas tecnologias pode comprometer a capacidade de pensamento autônomo e de resolução de problemas sem sua mediação. A criatividade, nesse processo, resulta do enfrentamento de desafios e da construção de soluções originais, configurando-se como uma habilidade que se desenvolve gradualmente ao longo da experiência formativa, e não como uma competência imediata ou espontânea do indivíduo.

Ainda de acordo com os autores, a utilização excessiva das IAs desprovida de orientação, especialmente na automatização de textos, pode fragilizar a formação acadêmica tanto na educação básica quanto na superior. Ademais, o pensamento crítico exige competências de questionamento, análise e avaliação independente das informações, as quais podem ser pouco desenvolvidas quando o estudante iniciante se insere em ambientes predominantemente estruturados por respostas geradas por algoritmos (Ferreira *et al*., 2024).

Nesse aspecto, Ferreira *et al.* (2024) apontam que, por meio da IA, as instituições de ensino superior podem implementar sistemas adaptativos capazes de personalizar o processo educativo de acordo com as necessidades específicas dos estudantes, favorecendo uma abordagem mais flexível e orientada, que contemple diferentes habilidades, estilos e ritmos de aprendizagem.

Quando utilizada de maneira crítica e responsável, a IA pode contribuir de forma

significativa para o avanço das pesquisas, ao ampliar possibilidades investigativas, otimizar a comunicação e reduzir o tempo dedicado a procedimentos administrativos. Contudo, esse potencial só se concretiza quando são preservados os fundamentos que norteiam a produção científica, entre eles o rigor metodológico, a clareza dos processos e a responsabilidade autoral. Desse modo, os efeitos da tecnologia não decorrem de sua existência, mas das escolhas éticas feitas por quem a incorpora às práticas acadêmicas (Soares, 2025).

Para Ferreira *et al*. (2024), cabe aos docentes universitários e à comunidade acadêmica como um todo promover estratégias que orientem o uso do ChatGPT e de outras ferramentas tecnológicas de modo ético e crítico-reflexivo. Os desafios atuais e futuros relacionados à integração dessas tecnologias na educação superior tendem a ser gradualmente definidos a partir da formação adequada de seus usuários. Assim, é o modo como o ser humano utiliza a tecnologia que determina se ela se configura como uma ferramenta de apoio à pesquisa ou como um instrumento prejudicial.

À luz do exposto, o uso inadequado das tecnologias digitais de informação e comunicação, especialmente das ferramentas de IA, passa a incidir diretamente sobre questões éticas da produção acadêmica, entre as quais se destaca o plágio. À medida que essas tecnologias avançam, a IA integra os fatores que contribuem para o aumento da ocorrência de plágio acadêmico, sobretudo pela facilidade de reprodução e adaptação indevida de conteúdos disponibilizados na internet. Ademais, a existência de ferramentas capazes de gerar textos acadêmicos, pesquisas científicas, imagens e outros materiais amplia a complexidade dos processos de controle do plágio (Moraes *et al*., 2025).

É necessário reconhecer que o plágio acadêmico precede a existência da IA e não depende do uso dessa ferramenta. No entanto, a disseminação dessa tecnologia evidenciou uma questão preexistente: a necessidade de revisão dos métodos de avaliação acadêmica. Diante das limitações dos sistemas atuais de detecção de textos automatizados, torna-se plausível admitir que talvez não seja possível desenvolver mecanismos capazes de identificar com total segurança se um texto foi produzido por um ser humano ou por uma IA (Barreto; Ávila, 2023). No que se refere ao enfrentamento do plágio acadêmico, Moraes *et al.* (2025) argumentam que diferentes estratégias vêm sendo adotadas com essa finalidade, destacando-se, entre elas, o uso de softwares de detecção que comparam documentos visando à identificação de semelhanças e possíveis fontes de conteúdos plagiados.

Embora os sistemas de detecção contribuam para a identificação de similaridades textuais, seus resultados devem ser analisados com cautela, considerando as limitações inerentes a essas ferramentas (Krokoscz, 2022). Quanto à utilização da IA, Ferreira *et al*. (2024)

destacam a importância não apenas do acesso às tecnologias, mas também da formação dos docentes e da disponibilidade de infraestrutura compatível.

De modo geral, os softwares de detecção de plágio realizam varreduras na internet em busca de textos que apresentem similaridade com o manuscrito em análise. Entretanto, as correspondências identificadas nem sempre indicam a fonte original do conteúdo. Além disso, a reprodução de conteúdo sem a devida atribuição de autoria pode configurar plágio, mesmo quando a fonte utilizada já apresenta material proveniente de um plágio anterior (Krokoscz, 2022).

Diante do cenário apresentado, recomenda-se a utilização simultânea de mais de um software para verificação de similaridades, uma vez que o desempenho dos programas na identificação de trechos semelhantes e na confiabilidade das fontes pode variar. Essa estratégia pode contribuir para reduzir as limitações decorrentes de falsos positivos, nos quais uma similaridade é indevidamente interpretada como plágio, e de falsos negativos, quando uma reprodução não autorizada deixa de ser identificada (Krokoscz, 2022).

Ainda de acordo com o autor, esses programas configuram-se como recursos estratégicos para todos os participantes da vida acadêmica. Alunos, professores, pesquisadores, editores e avaliadores podem e devem utilizá-los tanto para prevenir casos de plágio acidental quanto para identificar fraudes intencionais, voltadas à obtenção de vantagens indevidas, como notas, aprovação ou publicação de trabalhos (Krokoscz, 2022).

Quando o plágio não é identificado, independentemente da motivação, os impactos negativos se estendem a todos os envolvidos, uma vez que autores podem ser prejudicados, instituições podem ter sua reputação comprometida e professores, avaliadores e editores podem ser induzidos ao erro (Krokoscz, 2022). Nesse contexto, torna-se fundamental refletir sobre estratégias que promovam a responsabilidade e a integridade na produção do conhecimento, considerando os desafios éticos do uso de IAs no contexto acadêmico.

A partir dessas considerações, para Lima e Felippe (2025), em vez de se optar pela proibição do ChatGPT e de outras tecnologias de IAG, já incorporadas de forma irreversível à realidade contemporânea, mostra-se mais produtivo ampliar os debates voltados à elaboração e à gestão de diretrizes capazes de enfrentar os desafios atuais. Cabe destacar que essas estratégias também devem considerar os riscos que podem comprometer a integridade acadêmica.

Nesse sentido, é imprescindível que os autores compreendam os limites éticos envolvidos na adoção dessas ferramentas, assegurando que o conteúdo produzido seja confiável e válido antes de ser incorporado às produções acadêmicas, que também contribuem para a constituição da base de dados compartilhada pela comunidade científica (Lima; Felippe, 2025).

O plágio é a expressão mais visível de problemas éticos na produção científica, mas ele não ocorre isoladamente. As discussões anteriores sobre IA e os riscos associados ao uso inadequado dessas tecnologias evidenciam que a integridade acadêmica pode ser comprometida de diversas maneiras. Nesse sentido, práticas que vão além do plágio também ameaçam a credibilidade do trabalho intelectual e a confiança pública na ciência. Muitas dessas condutas, nem sempre explícitas, enfraquecem a qualidade do conhecimento produzido e demandam atenção, identificação e prevenção. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa.

5 METODOLOGIA

Podemos compreender a metodologia como o caminho que articula pensamento e prática na investigação da realidade. Ela abrange, simultaneamente, a teoria que orienta a abordagem (método), os meios para transformar o conhecimento em ação (técnicas) e a inventividade do pesquisador (sua vivência, competências individuais e sensibilidade). Assim, vai além do mero uso de técnicas, pois incorpora as concepções teóricas da abordagem, conectando-se à teoria, ao contexto empírico e às reflexões sobre a própria realidade (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007).

Nesse sentido, a metodologia científica é compreendida, neste estudo, como um encadeamento organizado de etapas que o pesquisador percorre para investigar um fenômeno. Essas etapas vão da definição do tema, passando pelo planejamento da pesquisa, pelo desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, pela coleta e organização dos dados, pela análise dos resultados e pela elaboração das conclusões, até a apresentação e divulgação das descobertas (Silva; Menezes, 2005).

Para alcançar os objetivos da investigação científica, o pesquisador deve assumir compromissos claros com as escolhas metodológicas, os procedimentos técnicos e os instrumentos compatíveis com a proposta do estudo. Esse conjunto detalhado de práticas compõe a dimensão metodológica do trabalho acadêmico. O caminho investigativo, guiado por fundamentos lógicos, pelas características do estudo, pelos procedimentos e pelas ferramentas de coleta e análise, bem como pelas ações e reflexões do pesquisador, configura o método científico adotado (Brasileiro, 2024).

5.1 Classificação da pesquisa

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por buscar a compreensão aprofundada dos fenômenos a partir da interpretação de significados e da análise contextual, sem recorrer prioritariamente a procedimentos estatísticos (Nunes, 2021). Quanto à natureza, configura-se como aplicada, pois visa contribuir para a solução de um problema prático (Brasileiro, 2024; Gerhardt; Silveira, 2009), culminando na elaboração de um produto técnico.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva. A dimensão exploratória decorre da busca por maior familiaridade com o objeto investigado, contribuindo para a compreensão e para a clarificação dos conceitos (Gil, 2002). A dimensão descritiva relaciona-se à investigação, à observação, ao registro e à interpretação do fenômeno em seu contexto, sem

intervenção do pesquisador, considerando aspectos do mundo social de forma sistemática (Prodanov; Freitas, 2013).

A pesquisa também possui caráter propositivo, uma vez que seus resultados fornecem subsídios para a elaboração de um produto técnico, materializado em uma minuta de resolução sobre o plágio acadêmico. Nesse sentido, o caráter propositivo limita-se à elaboração da minuta, não abrangendo etapas posteriores de apreciação institucional, validação, implementação ou avaliação.

Em consonância com a abordagem qualitativa, adotou-se o método indutivo, que parte da observação e da análise de situações particulares para a identificação de padrões e relações mais gerais (Leite, 2008). O caráter científico da pesquisa, segundo Minayo (2004), manifesta-se como atividade orientada pela indagação e pela compreensão da realidade, desenvolvida por meio de aproximações sucessivas ao objeto de estudo.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa combinou pesquisa documental e pesquisa de campo, articuladas de modo a possibilitar uma análise contextualizada do objeto investigado. A pesquisa documental utiliza documentos como fontes de dados e evidências, abrangendo registros produzidos por indivíduos, grupos ou instituições em diferentes contextos (Martins; Theóphilo, 2016). Esses materiais constituem fontes passíveis de investigação e interpretação a partir dos objetivos definidos pelo pesquisador (Severino, 2007).

No âmbito dessa articulação metodológica,

> Considera-se pesquisa de campo aquela em que as informações são obtidas diretamente junto às pessoas que integram o universo investigado. Trata-se de um tipo de estudo que requer do pesquisador um contato presencial mais direto com a realidade analisada. Para tanto, ele se desloca até o contexto em que o fenômeno ocorre – ou ocorreu – a fim de coletar e registrar um conjunto de informações a serem documentadas. Esse procedimento é amplamente empregado, sobretudo em investigações de cunho exploratório ou descritivo (Gonsalves, 2011, p. 67).

A integração entre a pesquisa documental e a pesquisa de campo possibilitou uma compreensão mais ampla do contexto institucional investigado, favorecendo a identificação de convergências, particularidades e diferentes perspectivas presentes nas fontes analisadas. A análise conjunta dessas duas fontes de investigação também forneceu subsídios para a elaboração da minuta de resolução.

A próxima seção dedica-se à caracterização da instituição, apresentando aspectos históricos, estruturais e organizacionais, de modo a situar o ambiente acadêmico em que a investigação se insere.

5.2 Lócus da pesquisa: IFS

A instituição definida para esta pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Essa rede foi estabelecida pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e abrange, além dos Institutos Federais (IFs), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II (Brasil, 2008).

A história do IFS remonta à criação da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC), que teve sua denominação alterada diversas vezes ao longo do tempo: Patronato Agrícola São Maurício (1924-1926); Patronato de Menores Francisco de Sá (1926-1931); Patronato de Menores Cyro de Azevedo (1931-1934); e, posteriormente, Escola de Aprendizado Agrícola de Sergipe, Escola de Aprendizado Agrícola Benjamim Constant e Escola de Iniciação Agrícola Benjamim Constant. Em 29 de dezembro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, a EAFSC e o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE) foram integrados, dando origem ao atual IFS (Instituto Federal de Sergipe, 2017).

Nesse contexto, o IFS configura-se como uma autarquia voltada a uma gestão competente e eficaz do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação tecnológica. Esse objetivo demanda modernização permanente e busca de excelência nas dimensões acadêmica, científica, tecnológica e cultural, para ofertar formação de qualidade articulada à pesquisa, à extensão e à inovação, com foco no interesse público (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

Na época, o CEFET mantinha uma Unidade Descentralizada (UNED) no município de Lagarto, que, com o processo de integração, foi transformada em um dos campi do IFS (Instituto Federal de Sergipe, 2023a). Foi assim que, com a instituição do IFS, a antiga Unidade Sede e a UNED de Lagarto, então vinculadas ao CEFET-SE, foram convertidas nos campi Aracaju e Lagarto, e a EAFSC passou a constituir o campus São Cristóvão (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

Atualmente, o IFS organiza-se em dez campi: Aracaju, São Cristóvão, Estância, Lagarto, Itabaiana, Glória, Tobias Barreto, Propriá, Socorro e Poço Redondo. A instituição ofe-

rece uma vasta gama de cursos, sendo 18 técnicos integrados ao Ensino Médio, 33 subsequentes[18], três no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), 15 cursos superiores e dois mestrados profissionais (Instituto Federal de Sergipe, 2023a; Viard, 2023).

A distribuição territorial dos campi do IFS em diferentes regiões do estado de Sergipe é apresentada na Figura 1. Essa presença territorial evidencia o processo de interiorização da educação profissional, científica e tecnológica e reforça o compromisso institucional com a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, acessível às diferentes realidades da população sergipana.

Figura 1 - Campi do IFS



Fonte: Instituto Federal de Sergipe (2025a).

A partir dessa configuração territorial e organizacional, faz-se necessário delimitar o lócus da pesquisa e o campo empírico no qual se deu a produção dos dados. No nível macro, o lócus da pesquisa corresponde ao IFS, considerado em sua dimensão institucional, enquanto espaço de formulação, normatização e materialização de políticas educacionais.

No que se refere ao campo empírico, a produção dos dados por meio de entrevistas semiestruturadas ocorreu na Reitoria[19], órgão de administração central da instituição. Nesse espaço institucional, os participantes vinculados à PROEN e à PROPEX ocupam funções estratégicas associadas ao planejamento, à coordenação, ao acompanhamento e à avaliação de políticas e atividades relacionadas às respectivas áreas de atuação.

[18] "A oferta destes cursos destina-se a quem concluiu o Ensino Médio, ou equivalente. A organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na forma subsequente, possibilita a construção de conhecimentos técnico-científicos e socioeconômicos necessários ao desempenho da atividade laboral definida pela habilitação profissional" (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

[19] "A Reitoria é o órgão de administração central do IFS, representada pela Reitora, cabendo-lhe o planejamento, a administração, a coordenação, a avaliação e a supervisão de todas as atividades da Autarquia" (Instituto Federal de Sergipe, 2023a, p. 117).

Embora as entrevistas tenham sido realizadas com dois gestores vinculados a essas Pró-Reitorias, o fenômeno investigado não se restringe a esse espaço, uma vez que se relaciona à dinâmica institucional do IFS como um todo. A Figura 2 apresenta a fachada da Reitoria do IFS, onde estão situadas as Pró-Reitorias mencionadas.

Figura 2 – Fachada da Reitoria do IFS[20]



Fonte: Google Maps (2025).

5.3 Corpus Documental e Participantes da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida a partir de um corpus principal de análise composto por duas fontes de dados, constituídas pelos documentos institucionais produzidos pelo IFS[21] e pelas transcrições das entrevistas semiestruturadas realizadas com dois Pró-Reitores do Instituto vinculados às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Além desse corpus, foram utilizados dois conjuntos de materiais complementares com finalidades específicas, constituídos pelas produções acadêmicas recuperadas no Repositório Institucional do IFS e pelos documentos e informações provenientes dos demais Institutos Federais da Região Nordeste, obtidos por meio Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR).

A primeira fonte de dados compreendeu os documentos institucionais identificados no portal do IFS durante o período de coleta realizado em 2025. O levantamento abrangeu documentos de natureza normativa e/ou orientativa, incluindo regulamentos, resoluções, políticas institucionais, guias, códigos de ética, cartilhas e demais materiais

[20] Ressalta-se que a Reitoria está situada na Rua Dom José Thomaz, 194, bairro São José, conforme (Figura 2).

[21] O IFS também foi consultado, por meio da Plataforma Fala.BR, sobre a existência de documentos e práticas relacionados ao plágio acadêmico e à integridade acadêmica. As informações obtidas serão apresentadas na análise do terceiro objetivo específico e retomadas, quando pertinente, na discussão dos resultados, com a finalidade de contextualizar a realidade institucional, sem integrar o corpus da pesquisa ou modificar seu delineamento metodológico.

educativos. Integraram efetivamente o corpus os documentos localizados e selecionados segundo sua pertinência ao objeto da pesquisa.

A segunda fonte de dados, por sua vez, foi constituída pelas transcrições das entrevistas semiestruturadas realizadas com os Pró-Reitores da PROEN e da PROPEX.

Quanto aos materiais complementares, o primeiro conjunto foi constituído por produções acadêmicas recuperadas no Repositório Institucional do IFS, mediante estratégia de busca inicialmente relacionada ao objeto da investigação. Diante da ausência de resultados, a estratégia de busca foi ampliada. Os materiais recuperados foram mantidos separados do corpus principal de análise, considerando sua natureza acadêmica, distinta daquela dos documentos institucionais examinados.

O segundo conjunto reuniu documentos e informações provenientes dos demais Institutos Federais da Região Nordeste, obtidos por meio de respostas registradas na Plataforma Fala.BR. Esses materiais foram identificados em consonância com o terceiro objetivo específico da pesquisa e tiveram a finalidade de subsidiar o levantamento e a análise de dispositivos e boas práticas institucionais relacionados ao enfrentamento do plágio, passíveis de adaptação ao contexto do IFS. Por se referirem a outras instituições, foram mantidos separados do corpus principal de análise.

No que se refere à caracterização institucional dos gestores entrevistados, a PROEN, conforme informações disponíveis no portal do Instituto Federal de Sergipe (2020a), é responsável por planejar, coordenar, supervisionar, desenvolver e avaliar projetos e atividades de ensino nos níveis básico, técnico e tecnológico. Já a PROPEX, atua no planejamento, na coordenação e no acompanhamento de ações e políticas de pesquisa, extensão, inovação e pós-graduação, em articulação com a sociedade e com vistas à transformação social.

Essas atribuições fundamentaram a seleção dos respectivos gestores como participantes da pesquisa, em razão de sua atuação em áreas diretamente relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à produção acadêmica institucional.

A seleção dos participantes delimitou as entrevistas a representantes da gestão da Reitoria. Desse modo, os resultados expressam exclusivamente as percepções e os posicionamentos dos gestores entrevistados sobre o objeto investigado, não abrangendo as experiências e práticas de outros segmentos institucionais, como direções de campi, coordenações, bibliotecas, docentes e discentes. Essa delimitação corresponde ao desenho metodológico da pesquisa. Os critérios de inclusão e exclusão dos gestores participantes estão sintetizados no Quadro 7.

Quadro 7 - Critérios de inclusão e exclusão

Inclusão	Exclusão
Estar no exercício do cargo de Pró-Reitor da PROEN ou da PROPEX durante o período de coleta.	Estar afastado do cargo por licença, férias prolongadas ou impedimento institucional durante todo o período de coleta.
Manifestar concordância em participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).	Encontrar-se em exercício interino de curta duração que inviabilize a participação informada sobre políticas e fluxos em curso.
Disponibilizar agenda para a realização da entrevista semiestruturada.	Não concordar com o TCLE ou não autorizar o registro de áudio.
Autorizar o registro de áudio para fins de análise, com garantia de confidencialidade.	Haver conflito ético ou legal que impeça a participação.

Fonte: elaboração própria (2025).

Conforme apresentado no Quadro 7, os critérios de inclusão contemplaram, entre outros aspectos, o exercício pleno das funções e a concordância formal em participar da pesquisa. Por sua vez, os critérios de exclusão consideraram, entre outras condições, situações de afastamento, interinidade temporária ou impedimento legal. Estabelecidos os critérios de seleção dos participantes, a seção seguinte apresenta os procedimentos de coleta e análise dos dados da pesquisa.

5.4 Procedimento de coleta e análise de dados

A coleta de dados foi conduzida de acordo com a estrutura metodológica previamente descrita, considerando os procedimentos específicos relativos às fontes que compõem o corpus principal da pesquisa e aos dois conjuntos de materiais complementares.

A pesquisa documental compreendeu a identificação, a seleção e a organização dos documentos institucionais do IFS disponíveis em seu portal oficial. A busca foi orientada pela pertinência dos materiais ao objeto investigado. Os achados dessa análise subsidiaram a elaboração e o refinamento do roteiro de entrevistas semiestruturadas do **Apêndice B**.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com os participantes da pesquisa, definidos na subseção anterior, com base nesse roteiro. A coleta ocorreu após a aprovação dos CEPs e mediante assinatura do TCLE, em observância às diretrizes éticas aplicáveis à pesquisa. As falas dos participantes foram registradas em áudio, mediante autorização, e posteriormente transcritas e analisadas com fins exclusivamente acadêmicos-científicos.

No que se refere aos materiais complementares, realizou-se um levantamento no Repositório Institucional do IFS, por meio de buscas com termos relacionados ao objeto da

investigação. Diante da ausência de produções, adotou-se um termo mais abrangente para ampliar o alcance da busca. Os termos empregados e os resultados obtidos são apresentados em subseção posterior. Os materiais localizados foram examinados quanto à pertinência, sem integrar a construção das categorias analíticas nem a triangulação das fontes do corpus principal, sendo utilizados como elementos complementares à discussão dos resultados.

O levantamento realizado via Fala.BR nos Institutos Federais do Nordeste, entre 18 de junho e 4 de novembro de 2025, teve caráter descritivo. Contemplou normativas, materiais educativos, orientações institucionais e outras iniciativas relacionadas ao enfrentamento do plágio acadêmico e à promoção da integridade acadêmica. Os materiais obtidos foram examinados com a finalidade de identificar boas práticas, instrumentos e dispositivos passíveis de adaptação ao contexto do IFS, sem o propósito de estabelecer comparações ou hierarquizações entre as instituições. Os resultados são apresentados em seção própria.

Para fins desta pesquisa, foram consideradas boas práticas institucionais relacionadas à integridade acadêmica as iniciativas voltadas à sua promoção, à orientação da comunidade e ao enfrentamento do plágio e de outras formas de má conduta. Essa definição fundamentou-se nas diretrizes do Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2014), que contempla medidas educativas, preventivas e de apuração de possíveis casos de má conduta científica. Na pesquisa, essas diretrizes foram consideradas segundo as especificidades do objeto investigado e do contexto dos Institutos Federais.

Concluídos os procedimentos de coleta e organização, os dados integrantes do corpus principal foram submetidos à Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2020), por meio da técnica de análise categorial. Essa etapa contemplou os documentos institucionais do IFS e as transcrições das entrevistas semiestruturadas. Os dois conjuntos de materiais complementares, por sua vez, foram examinados conforme suas respectivas finalidades, sem integrar a Análise de Conteúdo ou participar da triangulação das fontes do corpus principal.

Quanto á análise do corpus principal, o processo analítico foi desenvolvido em três etapas, correspondentes à pré-análise, à exploração do material e ao tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Na pré-análise, realizou-se a organização do corpus, seguida da leitura flutuante, com vistas à familiarização com o conteúdo e à identificação de elementos relevantes para os objetivos da pesquisa.

Na fase de exploração do material, procedeu-se à análise sistemática dos dados, tomando-se como unidades de registro os trechos ou segmentos de sentido relacionados aos objetivos da pesquisa e, como unidades de contexto, o conteúdo mais amplo em que se inseriam. Nesse processo, a identificação de recorrências e padrões de sentido que subsidiou a construção

das categorias analíticas, a partir do exame dos conteúdos documentais e discursivos.

Construídas de forma emergente, a partir dos elementos identificados durante a análise do corpus principal, as categorias foram revisadas para assegurar sua coerência interna e pertinência em relação ao problema de pesquisa e aos objetivos da investigação. Em seguida, os dados e os excertos foram organizados conforme as categorias analíticas definidas.

Com as categorias consolidadas, realizou-se a triangulação das fontes do corpus principal. Para cada categoria analítica, foram retomados os trechos correspondentes dos documentos institucionais do IFS e das transcrições das entrevistas semiestruturadas, a fim de examinar convergências, divergências, particularidades e eventuais ausências de correspondência entre os conteúdos documentais e as percepções expressas pelos participantes Esse procedimento permitiu identificar aproximações, diferenças e eventuais ausências de correspondência entre os conteúdos documentais e as percepções expressas pelos participantes.

A triangulação foi conduzida por meio de uma análise interpretativa orientada pelas categorias analíticas consolidadas e pelo exame sistemático das relações entre as fontes, sem utilização de uma matriz específica de cruzamento. O tratamento compreendeu a síntese dos achados, a elaboração de inferências e a interpretação dos resultados.

Os materiais complementares foram examinados separadamente, conforme as finalidades de cada levantamento. As produções recuperadas no Repositório Institucional foram consideradas, quando pertinentes, para contextualizar ou complementar a discussão dos resultados. Por sua vez, as informações provenientes dos demais Institutos Federais da Região Nordeste, após análise descritiva apresentada em seção própria, contribuíram para a estruturação da minuta de resolução sobre plágio acadêmico, desde que as práticas identificadas fossem passíveis de adaptação ao contexto do IFS, sem implicar sua reprodução automática.

5.5 Considerações Éticas

No presente estudo, o CEP-Humanidades da UFS foi indicado na Plataforma Brasil como Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação inicial do projeto, considerando o vínculo da pesquisadora com a instituição por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI). A apreciação ética inicial e a emissão do parecer consubstanciado ficaram, portanto, sob responsabilidade do CEP-Humanidades/UFS, em conformidade com a Resolução CNS nº 466/2012[22] e a Norma Operacional nº 001/2013 da CONEP[23] (Conselho

[22] Norma brasileira que estabelece diretrizes e regulamenta pesquisas envolvendo seres humanos.
[23] Elaborada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) justamente para operacionalizar o sistema

Nacional de Saúde, 2012; 2013), tendo o projeto recebido parecer favorável sob o CAAE 93162825.5.0000.0383.

Posteriormente, durante a tramitação da emenda na Plataforma Brasil, por solicitação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Sergipe (CEP/IFS), o IFS foi incluído como instituição coparticipante, formalizando essa condição no sistema. A emenda foi aprovada pelo CEP-Humanidades/UFS, e o projeto recebeu parecer favorável do CEP/IFS, na condição de comitê responsável pela instituição coparticipante, com registro neste último sob o CAAE 93162825.5.3001.8042.

A etapa da pesquisa envolvendo seres humanos, referente à realização de entrevistas semiestruturadas com os Pró-Reitores da PROEN e da PROPEX, foi conduzida em observância às diretrizes éticas aplicáveis à pesquisa científica. A coleta de dados ocorreu somente após a aprovação do projeto pelos CEPs e a assinatura do TCLE pelos participantes. Por meio desse documento, foram prestados esclarecimentos sobre os objetivos do estudo, os procedimentos de coleta, os possíveis riscos e benefícios da participação, bem como seu caráter voluntário e o direito de desistir a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

As entrevistas foram registradas em áudio somente após autorização expressa dos entrevistados, sendo os registros utilizados para transcrição e análise dos dados, bem como para a produção da dissertação e de eventuais publicações decorrentes do estudo, com preservação da confidencialidade e sem divulgação nominal dos participantes.

Embora os cargos dos participantes integrem a caracterização metodológica da pesquisa, suas falas foram identificadas por meio dos códigos Entrevistado A e Entrevistado B, cuja atribuição não corresponde necessariamente à ordem de apresentação das Pró-Reitorias PROEN e PROPEX. Esse procedimento, previsto TCLE, visa preservar a identidade nominal dos participantes, evitando a associação direta entre os códigos atribuídos e os respectivos cargos.

Quanto às fontes documentais, foram utilizados documentos públicos disponibilizados no portal institucional do IFS. A seleção e o uso dessas fontes observaram os princípios de integridade, transparência e rastreabilidade, com a devida identificação de sua origem.

5.6 Alinhamento entre objetivos específicos e procedimentos

de avaliação ética das pesquisas no Brasil, conhecido como Sistema CEP/CONEP.

Para explicitar a aderência entre os objetivos específicos e o percurso metodológico adotado, o Quadro 8 apresenta a Matriz objetivo-procedimento, relacionando cada objetivo aos procedimentos empregados para sua consecução. Essa sistematização permite visualizar a correspondência entre os objetivos da pesquisa e as estratégias metodológicas adotadas para alcançá-los, favorecendo a compreensão da lógica interna da investigação.

Quadro 8 - Matriz objetivo-procedimento

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos correspondentes
Identificar e analisar os documentos normativos do IFS que tratam do plágio acadêmico, examinando os enfoques que orientam o tratamento institucional do tema.	Pesquisa documental realizada no portal institucional do IFS, com os documentos selecionados submetidos à Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2020), por meio da técnica de análise categorial.
Analisar as percepções dos Pró-Reitores responsáveis pelas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFS acerca do plágio acadêmico, bem como as estratégias institucionais atualmente mobilizadas para sua prevenção e enfrentamento.	Entrevistas semiestruturadas realizadas com os participantes selecionados, após a aprovação do projeto pelos CEPs e a assinatura do TCLE, seguidas da transcrição integral dos relatos e da subsequente Análise de Conteúdo, por meio da técnica de análise categorial, conforme Bardin (2020).
Levantar e analisar instrumentos de enfrentamento do plágio adotados por Institutos Federais do Nordeste, com vistas à identificação de boas práticas e dispositivos passíveis de adaptação ao contexto do IFS.	Levantamento de informações e documentos junto aos Institutos Federais da Região Nordeste, por meio da Plataforma Fala.BR, seguido de análise descritiva realizada separadamente do corpus principal da pesquisa, sem o propósito de estabelecer comparações ou hierarquizações entre as instituições. Foram considerados instrumentos, orientações, dispositivos e boas práticas relacionados ao enfrentamento do plágio, com a finalidade de identificar referências passíveis de adaptação ao contexto do IFS.
Sistematizar, com base nos dados analisados, diretrizes e critérios para a elaboração da minuta de resolução institucional sobre plágio acadêmico no IFS.	Integração dos resultados da análise do corpus principal, com a finalidade de definir diretrizes e critérios para a elaboração da minuta de resolução, considerando, quando pertinente, os instrumentos e as boas práticas identificados nos demais Institutos Federais da Região Nordeste, passíveis de adaptação ao contexto do IFS.

Fonte: elaborado pela autora a partir da estrutura de organização proposta por Nascimento (2023).

A seção a seguir apresenta o diagnóstico estratégico do IFS em sua dimensão institucional, considerando fatores internos e externos que impactam a instituição. Sua elaboração, incluindo a matriz SWOT, observou as orientações da Instrução Normativa nº 08/2019/PPGCI/UFS, que estabelece normas para a construção de trabalhos de qualificação e dissertações no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. A adoção dessas orientações buscou manter a organização do trabalho em conformidade com o formato acadêmico requerido pelo Programa.

6 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

No desenvolvimento desta pesquisa, o diagnóstico organizacional assume papel central, uma vez que possibilita a compreensão do contexto institucional que fundamenta a proposta de intervenção. Trata-se de uma etapa voltada à análise ampla da organização, contemplando sua natureza, os serviços prestados, a missão, a visão e os valores, os recursos humanos disponíveis e o perfil dos usuários. A compreensão desses elementos permite identificar as demandas prioritárias e alinhar o produto desenvolvido às necessidades reais da instituição e aos resultados esperados.

Com base nessa compreensão inicial, procede-se ao diagnóstico estratégico, etapa essencial do planejamento, voltada à análise dos ambientes interno e externo da organização. Essa análise possibilita identificar a situação atual da instituição e orientar a definição de estratégias mais adequadas ao contexto (Rennó, 2013). Nesse sentido, Oliveira (2007) destaca que o diagnóstico fornece subsídios para a construção da matriz SWOT[24], contribuindo, assim, para a formulação de ações estratégicas mais consistentes.

Na ausência de um diagnóstico organizacional preciso, a análise SWOT pode tornar-se superficial e pouco eficaz. Nesse sentido, o uso de ferramentas estratégicas, como a análise SWOT e a definição de missão, visão e valores, torna-se essencial para orientar a compreensão dos objetivos organizacionais, de seus propósitos e dos resultados esperados. Esses elementos contribuem para a formulação de estratégias voltadas ao fortalecimento do funcionamento institucional, ainda que sua construção demande rigor analítico e planejamento consistente. Assim, embora não se constitua uma tarefa simples, a elaboração de planos estratégicos mostra-se indispensável para o alcance de melhores resultados organizacionais (Barbosa *et al*., 2023).

Dessa forma, uma análise mais completa do IFS requer a identificação de sua natureza, dos serviços prestados, da missão, da visão e dos valores, bem como dos recursos humanos disponíveis e do perfil dos usuários.

6.1 Caracterização da Instituição

O IFS é uma autarquia federal de regime especial, vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC) (Instituto Federal

[24] No contexto desta pesquisa, a matriz SWOT é compreendida como uma ferramenta para analisar forças e fraquezas do ambiente interno, bem como oportunidades e ameaças do ambiente externo.

de Sergipe, 2023a). Tem por finalidade promover uma educação profissional de qualidade em diferentes níveis e modalidades de ensino, sempre em diálogo com as demandas locais e regionais. Com sua criação, pela Lei nº 11.892/2008, passou a dispor da atribuição de ofertar e expandir a educação profissional e tecnológica em todos os níveis da Educação Básica e do Ensino Superior (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

A estrutura organizacional do IFS é composta por diferentes instâncias administrativas e acadêmicas. No âmbito desta pesquisa, destacam-se a PROEN e a PROPEX, por constituírem setores diretamente relacionados às atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmica. Os gestores responsáveis por essas Pró-Reitorias foram selecionados como participantes das entrevistas em razão das atribuições institucionais exercidas e da relação de suas áreas de atuação com o objeto investigado.

A PROEN ocupa posição na estrutura institucional vinculada à gestão das atividades de ensino. Conforme o organograma apresentado na Figura 3, sua organização interna compreende diretorias e departamentos distribuídos em diferentes frentes administrativas, incluindo a Diretoria de Educação Profissional e Superior, a Diretoria de Assuntos Estudantis, o Departamento de Gestão de Ingresso, o Departamento de Educação a Distância e o Departamento de Gestão Acadêmica. Essa organização evidencia a distribuição interna das unidades que compõem a Pró-Reitoria e sua vinculação às diferentes dimensões da gestão do ensino.

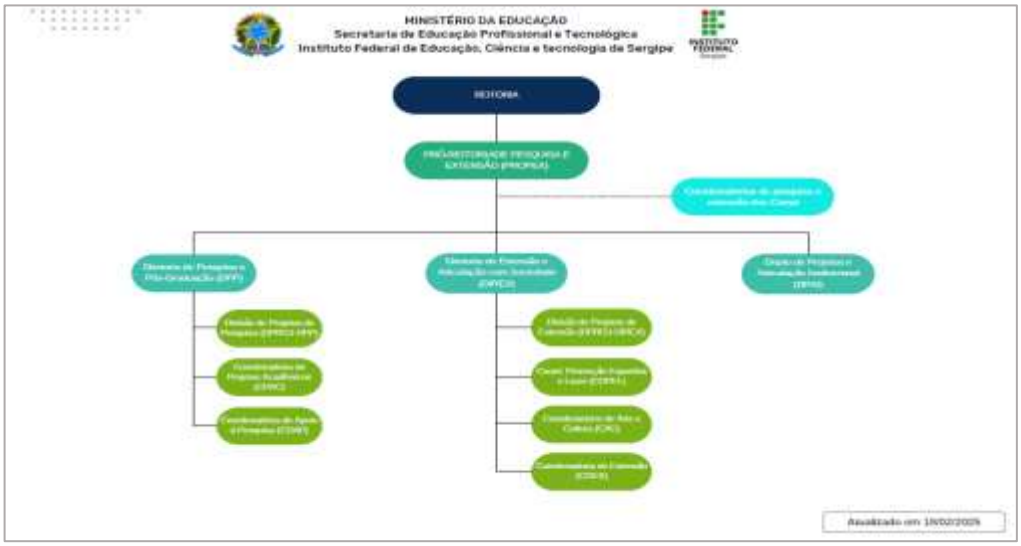
Figura 3 - Organograma da estrutura organizacional da PROEN



Fonte: Instituto Federal de Sergipe (2025b).

A PROPEX, por sua vez, é responsável pela gestão de atividades relacionadas à pesquisa, à pós-graduação, à inovação e à extensão no âmbito institucional. Conforme o organograma apresentado na Figura 4, sua estrutura compreende a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Diretoria de Extensão e Articulação com a Sociedade e coordenações vinculadas a essas áreas. Essa organização evidencia a distribuição interna das unidades que compõem a Pró-Reitoria e sua vinculação às áreas de atuação mencionadas.

Figura 4 - Organograma da estrutura organizacional da PROPEX



Fonte: Instituto Federal de Sergipe (2025b).

Desse modo, a caracterização da PROEN e da PROPEX não restringe a análise SWOT a esses setores, mas contribui para situar a pesquisa na estrutura organizacional do IFS. A partir dos organogramas apresentados, é possível compreender a organização interna dessas Pró-Reitorias e sua inserção na estrutura institucional, oferecendo elementos de contextualização para a análise SWOT apresentada na seção seguinte, voltada à identificação das forças, fragilidades, oportunidades e ameaças no âmbito do IFS.

6.2 Principais Serviços

O IFS oferta educação pública e gratuita através de cursos que vão da Formação Inicial e Continuada até a Pós-Graduação, incluindo cursos técnicos integrados, concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio, além de graduações em Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado. Ao reunir diferentes etapas de ensino em um mesmo espaço educativo, torna-se necessário estruturar percursos formativos flexíveis, que favoreçam a continuidade da

aprendizagem e promovam a articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

6.3 Missão, Visão e Valores

A missão do IFS consiste em oferecer uma educação profissional, científica, técnica e tecnológica de excelência, fundamentada na integração entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação, com vistas à formação integral do cidadão. Sua visão é alcançar reconhecimento como instituição que promove essa formação integral por meio da articulação desses mesmos eixos. Os valores que orientam a instituição incluem ética, integridade, sustentabilidade, comprometimento, inovação, transparência e respeito (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

6.4 Recursos humanos e perfil dos usuários

Dando continuidade à caracterização institucional, esta seção apresenta o corpo técnico e o perfil dos usuários da instituição, informações fundamentais para compreender o contexto em que será realizada a análise SWOT na seção seguinte.

O corpo técnico do IFS é composto por 1.175 servidores efetivos das carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), distribuídos nos dez campi e na Reitoria, conforme dados de 2022 (IFS, 2023a). O público atendido pelo IFS é constituído por estudantes vinculados às diferentes modalidades e níveis de ensino ofertados pela instituição, conforme caracterizado na seção 6.2 (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).

Concluída a etapa de diagnóstico institucional, apresenta-se a seguir a análise SWOT do IFS, elaborada especificamente no contexto desta pesquisa. O objetivo é evidenciar as forças, fragilidades, oportunidades e ameaças relacionadas ao enfrentamento do plágio acadêmico e às ações voltadas para a consolidação da integridade acadêmica na instituição.

7 ANÁLISE SWOT

O planejamento estratégico orienta a elaboração dos demais planos organizacionais e abrange toda a instituição, refletindo a intenção de assegurar sua continuidade ao longo do tempo. Trata-se de um processo amplo, integrado, de caráter geral e sintético, cujo objetivo é definir metas de longo prazo (fins) e os meios necessários para alcançá-las, considerando tanto os fatores internos quanto, sobretudo, o ambiente externo em que a organização está inserida. Em razão dos elevados níveis de incerteza desse contexto, esse tipo de planejamento deve apoiar-se na criatividade e na inovação, de modo a reduzir os impactos das instabilidades e favorecer a adaptação às mudanças (Moreira, 2016).

Além disso, constitui um instrumento dinâmico e flexível, permitindo ajustes e modificações mesmo após sua formulação e aprovação, bem como a consideração de diferentes alternativas decisórias. Nesse sentido, trata-se de uma ferramenta de gestão que projeta as implicações futuras das decisões presentes, contribuindo para a antecipação de problemas e a identificação de necessidades de mudança. Por essas características, o planejamento estratégico deve estar presente em todas as organizações, em seus diferentes níveis e setores, inclusive na esfera pública (Moreira, 2016).

A elaboração de um planejamento estratégico é, portanto, indispensável para a gestão eficiente das instituições. Diante disso, Oliveira (2007, p. 6) reforça que "o planejamento não é um ato isolado. Portanto, deve ser visualizado como um processo composto de ações inter-relacionadas e interdependentes que visam ao alcance de objetivos previamente estabelecidos".

Para a operacionalização do planejamento estratégico são examinadas variáveis internas e externas da organização, favorecendo a formulação de alternativas e linhas de ação. Nesse processo, o ambiente interno é analisado com vistas à identificação de forças e fragilidades em comparação com outras instituições, enquanto o ambiente externo é mapeado a partir das oportunidades e ameaças às quais a organização está exposta (Cavalcanti; Guerra, 2019).

Conforme Gomes (2013, p. 17), "a análise de ambiente deve incluir todos os fatores relevantes que podem exercer pressão direta ou indireta sobre o seu negócio". Nesse contexto, o planejamento estratégico possibilita que as organizações se adaptem às demandas da sociedade, otimizando a utilização dos recursos públicos e assegurando a oferta de serviços de qualidade em consonância com o ambiente em que atuam.

A análise SWOT é uma ferramenta estratégica de gestão desenvolvida na década de 1960 por Albert Humphrey e estruturada em quatro dimensões. As forças e as fraquezas

estão relacionadas ao ambiente interno da organização e podem ser controladas pela instituição, enquanto as oportunidades e as ameaças dizem respeito ao ambiente externo, não sendo passíveis de controle direto (Leite; Gasparotto, 2018). Segundo Chiavenato e Sapiro (2003), a análise SWOT possibilita o cruzamento entre variáveis internas e externas, contribuindo para uma avaliação mais precisa do posicionamento organizacional. Trata-se de um "[...] (aerônimo dos termos em inglês: *Strengths* = forças; *Weaknesses* = fraquezas; *Opportunities* = oportunidades; *Threats* = ameaças)" (Rennó, 2013, p. 69).

Dessa forma, a análise SWOT, também conhecida em português como matriz FOFA, foi escolhida como ferramenta de gestão para subsidiar o planejamento estratégico desta pesquisa, funcionando como um "raio-x" capaz de evidenciar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da instituição. Para facilitar a compreensão, o Quadro 9 sintetiza os os elementos que compõem essa matriz.

Quadro 9 – Modelo de Análise SWOT

Matriz FOFA	**Análise SWOT**
Forças	*Strengthts*
Fraquezas	*Weaknesses*
Oportunidades	*Opportunities*
Ameaças	*Threats*

Fonte: adaptado de Barbosa (2022).

Compreender o contexto em que a organização opera é fundamental para transformar desafios em oportunidades e fraquezas em forças. Nesse sentido, segundo o Manual de Planejamento Estratégico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), os elementos da matriz SWOT são:

> [Forças] características internas que possibilitam a organização cumprir a sua missão e atingir os seus objetivos, […]. [Fraquezas] fatores internos da organização que atrapalham o cumprimento da missão e dos objetivos pré-estabelecidos, […]. [Oportunidades] situações positivas no ambiente externo da organização, que podem beneficiar o desenvolvimento de suas atividades, […]. [Ameaças] situações externas da organização, que atrapalham o cumprimento da sua missão e dos seus objetivos. (Gomes, 2013, p. 4).

A análise SWOT do IFS, apresentada no Quadro 10, foi construída a partir de uma investigação documental preliminar e exploratória, orientada pela identificação de aspectos relacionados à temática investigada no âmbito da instituição. Como parte desse levantamento, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020–2024) foi consultado por seu caráter

abrangente e estratégico, sem pressupor a existência de diretrizes específicas sobre plágio ou integridade acadêmica. A investigação incluiu ainda a consulta a informações públicas disponíveis no portal do IFS, como normativas, documentos institucionais e informações acadêmicas consideradas pertinentes à contextualização das questões de plágio e integridade acadêmica, quando disponíveis.

Para a identificação e análise dos aspectos externos da matriz SWOT, também foram considerados documentos e diretrizes nacionais relacionados à integridade acadêmica e científica, incluindo a política e as diretrizes do CNPq, bem como documentos da CAPES relacionados à ética, às boas práticas acadêmicas e ao uso de Inteligência Artificial.

Após a construção preliminar da matriz SWOT e a aprovação da emenda pelo CEP/UFS, seguida da aprovação do projeto pelo CEP/IFS, na condição de instituição coparticipante, foi estabelecido um diálogo com os Pró-Reitores da PROEN e da PROPEX. Na ocasião, a matriz foi apresentada e foram obtidos esclarecimentos sobre a dinâmica institucional. Essa interação teve caráter informativo e contextual.

As informações obtidas foram consideradas apenas na revisão da matriz SWOT, não integrando o corpus da pesquisa nem sendo submetidas à Análise de Conteúdo ou utilizadas na construção das categorias analíticas. Desse modo, o diálogo contribuiu para a compreensão de aspectos institucionais, sem modificar os procedimentos metodológicos adotados.

Quadro 10 – Análise SWOT do IFS

ASPECTOS INTERNOS	
Forças	**Fraquezas**
Estrutura multicampi integrada (Instituto Federal de Sergipe, 2023a), com potencial para favorecer a padronização de políticas e diretrizes institucionais.	Não identificação, nas fontes institucionais consultadas, de política específica voltada à integridade acadêmica.
Corpo docente qualificado, com mestres e doutores (Instituto Federal de Sergipe, 2023a).	Predominância da abordagem do plágio em dispositivos disciplinares e normativas acadêmicas, sem identificação, no corpus analisado, de definição conceitual detalhada do plágio[25], orientações sobre a análise da similaridade textual em trabalhos acadêmicos, diretrizes preventivas ou instâncias específicas de apoio.

Continuação...

[25] Neste estudo, a expressão "definição conceitual detalhada do plágio acadêmico" não implica a inexistência de referências ao tema nas fontes analisadas. Em documento do IFS, identificou-se o emprego do termo "plágio", caracterizado como apropriação da propriedade ou da produção intelectual de outrem, com menção às modalidades parcial, integral ou conceitual (Instituto Federal de Sergipe, 2023). Contudo, o texto normativo não aprofunda essa caracterização nem apresenta definições das modalidades mencionadas. A expressão refere-se, portanto, à necessidade de maior aprofundamento conceitual do plágio e de suas modalidades no contexto acadêmico, considerando os documentos analisados.

Histórico de regulamentação acadêmica por meio de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), regimentos e resoluções (Instituto Federal de Sergipe, 2023a), indicando capacidade institucional para a formalização de novas políticas e diretrizes.	Não identificação, nas fontes analisadas, de programa institucional continuado de formação de docentes e discentes especificamente voltado à ética e à integridade acadêmica.
Modelo de gestão declarado como "democrático, transparente e ético" (Instituto Federal de Sergipe, 2023a) configurando contexto potencialmente favorável à institucionalização de ações de integridade acadêmica.	Não identificação, nas fontes analisadas, de adoção institucional padronizada de verificadores de similaridade textual ou de diretrizes sistematizadas para sua utilização e interpretação.
Gestão de riscos e controles internos institucionalizados (Instituto Federal de Sergipe, 2023a), constituindo estrutura potencialmente favorável ao mapeamento e acompanhamento de riscos relacionados à integridade acadêmica.	Não identificação, nas fontes documentais analisadas, de materiais educativos institucionais específicos, como cartilhas, manuais ou guias, voltados ao plágio e à integridade acadêmica.
Ambiente institucional voltado ao ensino, à pesquisa, à extensão e à inovação (Instituto Federal de Sergipe, 2023a), que pode favorecer a discussão e a promoção de uma cultura de integridade acadêmica.	Não identificação, nas fontes consultadas, de espaço institucional que centralize especificamente à divulgação de normas, materiais e orientações sobre plágio e integridade acadêmica.
-	Não identificação, nas fontes consultadas, de protocolo institucional específico e integrado para o tratamento das situações de plágio acadêmico, embora existam procedimentos disciplinares gerais aplicáveis às faltas discentes.
ASPECTOS EXTERNOS	
Oportunidades	**Ameaças**
Políticas e diretrizes nacionais relacionadas à integridade e à conduta científica, especialmente as emanadas do CNPq, além de orientações da CAPES sobre ética, boas práticas acadêmicas e uso de Inteligência Artificial, favorecendo o alinhamento institucional.	Contingenciamento e volatilidade orçamentária na educação, com potencial de limitar investimentos em formação, tecnologias e ações institucionais voltadas à integridade acadêmica.
Disponibilidade e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas destinadas à verificação de similaridade textual e ao apoio à identificação de possíveis inadequações na produção acadêmica, incluindo verificadores de similaridade e softwares voltados a esse fim.	Disseminação acelerada de ferramentas de IAG, associada a desafios relativos à autoria, à transparência de uso, à avaliação e à regulamentação da produção acadêmica.
Possibilidade de parcerias com universidades e órgãos de fomento para implementar e fortalecer práticas de integridade acadêmica	Pressões externas associadas a critérios e exigências de produtividade, avaliação e desempenho acadêmico e científico, que podem favorecer práticas incompatíveis com os princípios da integridade acadêmica.
Crescente demanda social por transparência e qualidade da produção científica.	Concorrência com as IES privadas mais ágeis na adoção de políticas e soluções tecnológicas.
Ampliação do debate nacional e internacional sobre integridade acadêmica, autoria, ética científica e uso responsável de tecnologias digitais, ampliando as referências disponíveis para instituições de ensino.	Rápida transformação das tecnologias digitais aplicadas à produção acadêmica, com potencial de tornar desatualizadas normas e orientações institucionais concebidas para contextos tecnológicos anteriores.

Fonte: elaborado pela autora com base no PDI (2020–2024), em informações institucionais disponíveis no portal do IFS e em documentos e diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2016; 2026a) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino (2025; 2026).

A análise SWOT indica que o IFS possui condições institucionais que podem favorecer a construção de uma política de integridade acadêmica, desde que as potencialidades internas sejam mobilizadas para enfrentar as fragilidades identificadas e aproveitar as oportunidades do contexto externo.

A estrutura multicampi do IFS, composta por Reitoria e campi distribuídos em diferentes municípios do estado, pode favorecer a articulação entre as unidades e contribuir para o alinhamento administrativo, pedagógico e normativo. Essa configuração institucional oferece condições para a construção de diretrizes comuns, sem desconsiderar as especificidades territoriais, sociais e educacionais de cada campus.

Além disso, o corpo docente majoritariamente composto por mestres e doutores constitui uma base de qualificação acadêmica que pode contribuir para processos formativos e institucionais relacionados ao tema. Soma-se a isso a existência de PPCs, regimentos e resoluções, que evidenciam experiência institucional na elaboração e aplicação de instrumentos normativos e podem subsidiar a incorporação da integridade acadêmica de forma transversal.

Outros elementos de governança, como a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, podem contribuir para a identificação de vulnerabilidades associadas a condutas inadequadas no contexto acadêmico e para a incorporação da integridade acadêmica aos processos institucionais. Além disso, a própria estrutura institucional, que abrange as atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, pode ofertar espaços para a discussão, a formação e a promoção de práticas alinhadas à integridade acadêmica.

No entanto, essas forças contrastam com fragilidades identificadas ao longo da análise. A não identificação, nas fontes documentais examinadas, de uma política institucional sobre integridade acadêmica aponta para limitações na sistematização das ações preventivas e normativas relacionadas ao tema.

Também não foi identificado um protocolo institucional específico voltado ao enfrentamento do plágio acadêmico, embora existam normativas de caráter avaliativo e disciplinar que, entre outras situações, contemplam o plágio como conduta passível de reprovação de trabalhos acadêmicos e de responsabilização disciplinar, conforme as disposições aplicáveis a cada caso. As normativas institucionais também asseguram o contraditório e a ampla defesa nos processos disciplinares.

No que se refere às ações de caráter preventivo e formativo, a análise das fontes documentais revelou baixa explicitação de iniciativas institucionais estruturadas e contínuas. Também não foram identificados materiais educativos especificamente destinados à prevenção do plágio acadêmico, nem evidências de uso padronizado de ferramentas de verificação de

similaridade textual ou da existência de um espaço centralizado para a divulgação de informações e orientações sobre o tema e a integridade acadêmica.

Nesse sentido, uma possibilidade de aprimoramento seria a criação de uma área específica no portal do IFS, destinada a reunir normas, materiais formativos, orientações sobre ferramentas de análise de similaridade textual e demais informações voltadas à promoção da integridade acadêmica e à prevenção do plágio.

O ambiente externo oferece oportunidades relacionadas a essas necessidades institucionais. Diretrizes e posicionamentos do CNPq e orientações da CAPES, além de referências provenientes de outros órgãos e instituições vinculados à atividade acadêmica e científica, podem subsidiar processos de alinhamento institucional. Há também disponibilidade de ferramentas tecnológicas de apoio, incluindo verificadores de similaridade, além da ampliação das discussões sobre ética, autoria e integridade acadêmica em instituições de ensino.

Parcerias com universidades e órgãos de fomento podem contribuir para ações de formação, intercâmbio de experiências e desenvolvimento de iniciativas institucionais relacionadas ao tema. A crescente atenção à transparência e à qualidade da produção científica também amplia a relevância institucional dessa agenda. Soma-se a esse cenário a ampliação do debate nacional e internacional sobre integridade acadêmica, autoria, ética científica e uso responsável de tecnologias digitais, ampliando as referências disponíveis para a formulação e atualização de orientações institucionais.

As ameaças requerem cautela e planejamento. O contingenciamento orçamentário pode limitar ou postergar a adoção de ferramentas e a oferta de formação continuada. Pressões externas associadas a critérios e exigências de produtividade, avaliação e desempenho acadêmico e científico podem favorecer práticas incompatíveis com os princípios da integridade acadêmica.

Também se destaca a rápida evolução das tecnologias de produção de conteúdos, que representa um desafio adicional para as instituições, pois pode tornar insuficientes ou desatualizadas as orientações institucionais elaboradas em contextos anteriores.

No plano interno, a ênfase em abordagens predominantemente disciplinares, quando não suficientemente articulada às ações formativas, preventivas e orientadoras sobre o plágio, pode limitar a capacidade institucional de enfrentamento dessa conduta de forma mais ampla e contínua. Essa fragilidade adquire maior relevância diante de uma das ameaças identificadas no ambiente externo: o avanço das ferramentas digitais baseadas em Inteligência Artificial, especialmente aquelas voltadas à geração automática de conteúdo, que introduzem novos desafios relacionados à autoria, à originalidade, à transparência e à responsabilidade acadêmica.

À luz dos elementos mencionados nesta análise, o IFS reúne condições institucionais que podem subsidiar a construção de diretrizes próprias de integridade acadêmica, considerando sua estrutura multicampi, a qualificação de seu corpo docente, seus instrumentos normativos e os mecanismos de governança e gestão de riscos existentes. No contexto externo, destacam-se as referências normativas, os recursos tecnológicos e as possibilidades de cooperação interinstitucional, que também representam oportunidades para subsidiar esse processo de construção.

Essas condições indicam a possibilidade de avanço na estruturação de uma política institucional de integridade acadêmica, que contemple diretrizes comuns, responsabilidades definidas, procedimentos específicos e articulados, bem como ações permanentes de prevenção, formação, orientação, responsabilização e acompanhamento institucional, incluindo parâmetros para a utilização de verificadores de similaridade textual e de ferramentas de IAG.

Essa abordagem integrada pode contribuir para reduzir a dispersão dos procedimentos, ampliar a clareza institucional e fortalecer as práticas de autoria e originalidade, bem como a promoção da integridade acadêmica em todos os campi, respeitadas suas competências institucionais e especificidades.

Nessa perspectiva, as fragilidades identificadas podem ser convertidas em prioridades de atuação, enquanto as oportunidades do ambiente externo podem ser aproveitadas e as ameaças consideradas no planejamento de ações institucionais coordenadas no âmbito da rede multicampi, com foco na prevenção do plágio acadêmico e na promoção da integridade acadêmica.

A análise SWOT, nesse sentido, contribuiu não apenas para aprofundar a compreensão do contexto institucional, mas também para identificar elementos relevantes à elaboração da minuta de resolução sobre plágio acadêmico. Embora esse produto já estivesse previsto no objetivo geral da pesquisa, a matriz permitiu sistematizar aspectos internos e externos relacionados ao objeto investigado, oferecendo contribuições complementares à sua construção, consideradas as especificidades do IFS.

8 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO[26]

Esta seção apresenta e discute os resultados da pesquisa, organizados em três eixos definidos conforme a natureza dos dados analisados. O primeiro corresponde à análise dos documentos institucionais do IFS integrantes do corpus principal da investigação. Nesse eixo, também são apresentados, em subseção própria, os resultados do levantamento complementar realizado no Repositório Institucional do IFS, cujos materiais não integraram o corpus principal. A análise documental permitiu identificar como o plágio acadêmico é abordado nos documentos institucionais, enquanto o levantamento no Repositório teve como finalidade verificar a existência de produções acadêmicas relacionadas às temáticas do plágio e da integridade acadêmica.

O segundo eixo abrange os dados das entrevistas semiestruturadas com dois gestores vinculados à PROEN e à PROPEX. A análise permitiu compreender suas percepções sobre o enfrentamento do plágio acadêmico no IFS, as abordagens institucionais mencionadas e os limites, as fragilidades e as possibilidades de aprimoramento apontados pelos participantes.

O terceiro eixo reúne, em caráter descritivo, normativas, materiais educativos, dispositivos e boas práticas institucionais voltados ao enfrentamento do plágio acadêmico nos Institutos Federais da Região Nordeste, identificados a partir de informações obtidas por meio da Plataforma Fala.BR. Esse levantamento complementar, realizado separadamente do corpus principal, buscou verificar a pertinência desses materiais para o contexto do IFS, considerando suas possibilidades de adaptação, sem estabelecer comparações ou hierarquizações entre as instituições.

A análise e a discussão dos resultados foram orientadas pelas categorias construídas a partir das fontes integrantes do corpus principal da investigação. Para a articulação dessas fontes, foram consideradas as convergências, as divergências e as ausências de correspondência entre os documentos institucionais do IFS e as entrevistas semiestruturadas. Os achados decorrentes dessa análise forneceram subsídios para a elaboração da minuta de resolução institucional sobre plágio acadêmico no IFS. Para essa finalidade, também foram consideradas,

[26] Os resultados preliminares relativos ao levantamento e à análise dos materiais inicialmente delimitados para o estudo, compreendendo documentos identificados no portal institucional e produções recuperadas no Repositório Institucional, foram apresentados no Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação (ERECIN), realizado em Fortaleza, em agosto de 2025. Na versão final da pesquisa, as produções do Repositório passaram a ser examinadas separadamente, em razão de sua natureza acadêmica e finalidade específica, sendo classificadas como materiais complementares, sem integrar o corpus principal de análise.

conforme sua pertinência, as informações obtidas junto aos demais Institutos Federais da Região Nordeste.

8.1 Caracterização das Fontes Documentais e das produções do Repositório Institucional

Os documentos e materiais analisados na pesquisa foram organizados de acordo com sua natureza e sua função no percurso analítico. Nesse conjunto, distinguem-se, de um lado, as fontes documentais do IFS que integraram o corpus principal e, de outro, as produções acadêmicas recuperadas no Repositório Institucional, consideradas como material complementar. Esses conjuntos são apresentados, respectivamente, nos Quadros 11 e 12.

A seguir, o Quadro 11 sistematiza as fontes documentais do IFS segundo sua natureza, seu escopo e sua procedência.

Quadro 11 – Fontes documentais do IFS integrantes do corpus principal de análise

Documento	Natureza documental	Escopo	Fonte
Instrução Normativa nº 04/2020/PROEN.[27]	Documento normativo institucional.	Regulamentou a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso no IFS até sua substituição pela Instrução Normativa nº 06/2024.	IFS/PROEN.
Resolução CS/IFS nº 213/2023.[28]	Documento normativo institucional.	Referenda a Resolução CS/IFS nº 199/2023, que aprovou o Regulamento de Medidas Socioeducativas aplicadas ao corpo discente do IFS, e altera sua nomenclatura para Regulamento Disciplinar Discente.	Conselho Superior/IFS.
Instrução Normativa nº 06, de 05 de junho de 2024.[29]	Documento normativo institucional.	Regulamenta a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso no âmbito do IFS.	IFS/PROEN.

Fonte: elaboração própria (2025).

Ressalta-se que, na consulta às fontes institucionais, não foram identificados documentos públicos vinculados à PROPEX/IFS que tratassem especificamente do plágio acadêmico ou da integridade acadêmica. Desse modo, o corpus documental principal foi composto pelos documentos localizados no portal institucional, vinculados à PROEN e ao Conselho Superior.

[27] A aprovação da Instrução Normativa nº 04/2020/PROEN foi proposta pela Recomendação nº 05/2020/CD/IFS (Instituto Federal de Sergipe, 2020b).

[28] A Resolução CS/IFS nº 213, de 11 de outubro de 2023, referendou a Resolução CS/IFS nº 199, de 23 de maio de 2023, e alterou a nomenclatura do Regulamento de Medidas Socioeducativas aplicadas ao corpo discente do IFS para Regulamento Disciplinar Discente. Este documento foi localizado na página eletrônica da PROEN do Instituto Federal de Sergipe.

[29] Aprovado pela Portaria nº 1279, de 06 de junho de 2024.

O levantamento no Repositório Institucional do IFS foi realizado com a finalidade de verificar a existência de produções acadêmicas relacionadas ao objeto investigado. As produções identificadas compuseram um conjunto complementar de natureza acadêmica, distinto do corpus documental principal, cujos resultados são apresentados no Quadro 12.

Quadro 12 - Produções recuperadas no Repositório Institucional do IFS

Material	Natureza	Conteúdo	Relação com o objeto da pesquisa
Carvalho e Freitas (2015).	Produção acadêmica.	Aborda marcas de subjetividade e singularidade em textos de estudantes do Ensino Fundamental.	Localizado a partir da ampliação da busca para o termo "autoria". Não aborda o plágio acadêmico ou a integridade acadêmica.
Silva (2021).	Material didático.	Apresenta roteiro do Minicurso de Escrita Autoral.	Localizado a partir da ampliação da busca para o termo "autoria". Relaciona-se à autoria, mas não aborda o plágio acadêmico ou a integridade acadêmica.

Fonte: elaboração própria (2025).

Conforme apresentado no Quadro 12, as buscas inicialmente direcionadas aos descritores "plágio", "plágio acadêmico", "ética", "ética na pesquisa", "integridade científica" e "integridade acadêmica" não retornaram resultados. Diante disso, a estratégia de busca foi ampliada com a inclusão do descritor "autoria", que possibilitou a recuperação de dois materiais relacionados a esse tema, mas sem abordagem específica do plágio ou da integridade acadêmica. Esses trabalhos não integraram o corpus principal de análise, tampouco foram utilizados na construção das categorias analíticas ou na triangulação das fontes, embora possam contribuir, quando pertinente, para a contextualização da discussão dos achados.

A ausência de produções diretamente relacionadas ao objeto de estudo nos resultados recuperados constitui um achado específico desse levantamento, limitado à estratégia de busca adotada.

8.2 Procedimentos analíticos e construção das categorias

A análise do corpus principal permitiu identificar recorrências, padrões de sentido, convergências e diferenças entre as fontes examinadas, a partir dos quais foram construídas quatro categorias analíticas. Essas categorias foram posteriormente revisadas quanto à coerência interna, à especificidade temática e à pertinência em relação ao problema e aos objetivos da pesquisa.

A construção das categorias considerou os documentos institucionais do IFS e as

transcrições das entrevistas semiestruturadas, fontes integrantes do corpus principal. Os materiais complementares não integraram esse processo de categorização, conforme estabelecido no percurso metodológico.

A categoria *"tratamento pedagógico-disciplinar do plágio acadêmico"* reúne elementos relacionados às práticas de orientação e acompanhamento pedagógico, à responsabilização discente, à avaliação acadêmica e aos encaminhamentos disciplinares adotados em situações consideradas graves, considerando a articulação entre a abordagem pedagógica inicial e a responsabilização prevista institucionalmente.

A categoria seguinte, *"fragilidade das ações formativas e preventivas"*, reúne elementos relacionados à não identificação de materiais institucionais de caráter educativo e orientador voltados ao plágio acadêmico e à integridade acadêmica, à baixa explicitação documental de campanhas educativas sobre a temática e de ações formativas e preventivas contínuas.

A categoria *"limitações na padronização institucional do enfrentamento do plágio acadêmico"* abrange elementos relacionados à não identificação de um protocolo institucional específico direcionado ao tratamento do plágio acadêmico, uma vez que essa prática, embora contemplada entre outras condutas nas normativas disciplinares e avaliativas, não dispõe de orientações específicas que detalhem a aplicação dessas disposições às suas particularidades. A categoria também contempla reflexões sobre a uniformidade dos encaminhamentos dos casos de plágio acadêmico entre os campi, sem que os dados analisados permitam confirmar diferenças efetivas nessa condução.

Por sua vez, a categoria *"Inteligência Artificial e implicações para a autoria acadêmica"* contempla questões relacionadas ao uso de ferramentas de IAG na produção acadêmica, especialmente no que se refere à autoria, à procedência das informações, aos limites de uso e à importância de orientações institucionais e ações formativas, bem como à não identificação de parâmetros institucionais específicos para o uso ético dessas ferramentas nos documentos analisados.

As quatro categorias e as principais unidades de sentido associadas a cada uma são apresentadas no Quadro 13.

Quadro 13 - Categorias analíticas e unidades de sentido

Categorias	Principais códigos e unidades de sentido	Origem dos códigos
Tratamento pedagógico-disciplinar do plágio acadêmico.	Aplicação de sanções; comissões disciplinares; enquadramento do plágio como falta (média/grave); reprovação de TCC; tensão entre punição e orientação inicial.	Documentos institucionais; Entrevistas.
Fragilidade das ações formativas e preventivas.	Não identificação de materiais institucionais específicos como cartilhas e manuais; reduzida formalização de ações formativas e preventivas especificamente voltadas ao plágio.	Documentos institucionais; Entrevistas.
Limitações na padronização institucional do enfrentamento do plágio acadêmico.	Não identificação de um protocolo institucional específico que considere as particularidades do plágio acadêmico, embora existam disposições gerais de natureza disciplinar e avaliativa que contemplam essa prática; reflexões sobre a uniformidade dos encaminhamentos dos casos de plágio acadêmico entre os campi, sem confirmação de diferenças efetivas nessa condução.	Documentos institucionais; Entrevistas.
Inteligência Artificial e implicações para a autoria acadêmica.	Ausência de identificação de diretrizes institucionais formalizadas sobre o uso ético da IAG nos documentos analisados; menções ao uso do ChatGPT na produção acadêmica; questões relacionadas à autoria; às formas e aos limites de utilização dessas ferramentas; importância de ações formativas e orientações institucionais para o uso responsável dessas tecnologias.	Documentos institucionais; Entrevistas.

Fonte: elaboração própria (2026).

O Quadro 13 sistematiza as categorias analíticas, os principais códigos e unidades de sentido e as fontes correspondentes. Essa organização torna mais explícita a vinculação entre as evidências analisadas e as categorias construídas, contribuindo para a rastreabilidade do percurso analítico que orienta a apresentação e a discussão dos resultados nas subseções seguintes.

8.3 Tratamento pedagógico-disciplinar do plágio acadêmico

Os resultados indicam que o enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do IFS, sob a perspectiva das normativas institucionais analisadas, apresenta predominância de previsões disciplinares, com ênfase em mecanismos de responsabilização.

A compreensão desse panorama torna-se mais clara ao examinar os atos normativos que compõem o corpus principal de análise. Entre eles, destaca-se a Resolução CS/IFS nº 213, de 11 de outubro de 2023, que referenda a Resolução CS/IFS nº 199, de 23 de maio de 2023, e aprova o Regulamento Disciplinar Discente. Nesse regulamento, o plágio é tipificado como falta média no artigo 12, inciso V, e como falta grave no artigo 13, inciso VIII, com abrangência sobre produções acadêmicas como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), monografia, relatório de estágio, dissertação, tese, artigo e projetos (Instituto Federal de Sergipe, 2023b).

As medidas disciplinares previstas seguem uma gradação que inclui orientação verbal, advertências, atividades socioeducativas supervisionadas, suspensão, reparo ou ressarcimento de danos na esfera patrimonial, reparo de dano na esfera extrapatrimonial moral e transferência ex officio, conforme o artigo 16 (Instituto Federal de Sergipe, 2023b). Embora o regulamento apresente uma breve definição de plágio e mencione suas modalidades (parcial, integral e conceitual), não aprofunda sua definição nem conceitua individualmente essas modalidades, tampouco explicita diretrizes preventivas ou ações formativas voltadas ao enfrentamento do plágio e ao fortalecimento da integridade acadêmica.

Nesse sentido, a literatura reforça a pertinência de ações institucionais de orientação e formação. Krokoscz (2014, p. 53) destaca a necessidade de promover, previamente "ações de orientação, esclarecimento, treinamento para que a sua comunidade acadêmica supere suas limitações e incompreensões sobre o assunto".

Esse delineamento normativo também encontra correspondência nas entrevistas. Embora os gestores reconheçam a importância da dimensão pedagógica, o tratamento institucional do plágio acadêmico, no corpus analisado, tende a ser abordado a partir dos possíveis encaminhamentos de situações já identificadas, do que na previsão de ações preventivas previamente estruturadas.

O Entrevistado A pontua que "a abordagem inicial precisa ser uma abordagem pedagógica", e acrescenta que "o caráter punitivo e disciplinar numa instituição como a nossa, ele até precisa existir, mas como uma instância, como a última ação, não a primeira ação". Para o gestor, o enquadramento disciplinar deve ser tratado como uma instância posterior no processo de enfrentamento do problema, priorizando-se a orientação direta ao estudante como primeira resposta institucional.

Essa compreensão de que o tratamento do plágio deve começar pela orientação pedagógica, sem afastar a possibilidade de aplicação das sanções previstas no regulamento, também é compartilhada pelo Entrevistado B. O participante argumenta que, "inicialmente, o plágio tem que ser tratado de forma pedagógica, ou seja, no campo da orientação", mas ressalta a necessidade de atuação institucional diante da identificação do fato, ao afirmar que "uma vez que é pedagógico, as pessoas que constituem a instituição não podem não agir quando o plágio é identificado, precisa ser tomada a medida administrativa conforme a regulamentação" (Entrevistado B).

O entrevistado exemplifica as consequências da esfera de responsabilização no ambiente acadêmico, apontando que a identificação da irregularidade "pode resultar o desligamento ou a reprovação do estudante na apresentação, ou a banca decidir pela não apresentação

do trabalho, já que o trabalho ele não é íntegro do ponto de vista da produção intelectual" (Entrevistado B).

A fala demonstra que a dimensão pedagógica não é compreendida como substituta da responsabilização, mas como etapa inicial de um processo que pode assumir caráter disciplinar quando a irregularidade é identificada e as circunstâncias do caso assim o exigirem.

Ao serem questionados sobre a suficiência do enfoque prioritariamente disciplinar nas normativas do IFS, os gestores apresentaram percepções distintas, quanto aos limites e alcances desse tratamento institucional.

O Entrevistado A atribui relevância à mediação docente, argumentando que o caráter punitivo cumpre minimamente o seu papel por ser reservado a situações mais graves.

> [...] apesar de a gente não ter regulamentos específicos tratando de plágio, eu acredito que minimamente se cumpre um papel de orientar o estudante nesse sentido. Quando a gente prevê como uma medida disciplinar, chega nesse ponto quando é algo talvez mais grave. O professor percebe quando é uma questão pontual e que se você orientar o aluno vai entender e não vai repetir [...]. Então, eu acho que para chegar nesse nível da medida disciplinar propriamente dita, deve ter sido algo mais sério (Entrevistado A).

Por sua vez, o Entrevistado B contextualiza o caráter disciplinar das normas a partir de uma perspectiva jurídico-administrativa, associando o tratamento do plágio aos deveres funcionais e administrativos previstos para o serviço público:

> [...] na esfera administrativa, ao ser identificado o plágio, o que cabe [...] são as sanções disciplinares. Fazendo paralelo, a 8.112, por exemplo, traz na falta de uma infração administrativa [...] sanções que são sanções disciplinares [...]. Então, acredito que a estruturação em termos disciplinares se deve muito ao fato de se prender justamente aos processos administrativos [...] (Entrevistado B).

Ao estabelecer um paralelo com a legislação federal, o Entrevistado B pontua que "a concepção está muito relacionada ao direito administrativo. Uma vez identificado, como servidores públicos, não podemos prevaricar e não agir. Então, aí geralmente fica no campo da condição e da sanção administrativa".

As falas evidenciam duas ênfases distintas no tratamento institucional do plágio. Na perspectiva do Entrevistado A, observa-se a atribuição de centralidade à mediação pedagógica realizada pelo docente, especialmente em situações consideradas pontuais ou passíveis de orientação. Já na fala do Entrevistado B, o tratamento do plágio, além de uma abordagem pedagógica inicial, é enquadrado no campo dos deveres administrativos e regulatórios da administração pública, com ênfase na necessidade de apuração e responsabilização diante da identificação da conduta.

Logo, a análise conjunta dessas perspectivas, em articulação com os documentos examinados, permite inferir que o plágio aparece predominantemente como uma ocorrência individual passível de responsabilização. Os dados também sugerem limitações na articulação institucional entre orientação, prevenção, responsabilização e acompanhamento dos casos, indicando a pertinência de maior aprofundamento conceitual do plágio acadêmico, orientações pedagógicas, ações formativas e parâmetros institucionais específicos para a condução dessas situações. Desse modo, evidencia-se uma tensão entre a dimensão normativa-disciplinar e a dimensão formativa-preventiva, ainda pouco estruturada no âmbito das diretrizes analisadas.

8.4 Fragilidade das ações formativas e preventivas

Outro aspecto evidenciado pela análise refere-se à baixa explicitação, no corpus documental principal examinado, de ações formativas e preventivas direcionadas ao enfrentamento do plágio acadêmico e à promoção da integridade acadêmica no IFS. Embora o tema esteja presente em atos normativos de natureza avaliativa e disciplinar, não foram identificadas previsões de ações institucionais sistematizadas voltadas especificamente para o desenvolvimento de práticas de escrita científica, ao exercício da autoria responsável e à divulgação de orientações sobre os princípios éticos que norteiam a produção do conhecimento.

Araújo (2025), destaca o papel das instituições de ensino na promoção da conscientização sobre a conduta responsável em pesquisa e no fortalecimento de práticas éticas ao longo da formação dos estudantes, contribuindo para ampliar a capacidade institucional de enfrentamento dessas questões.

Contudo, essa perspectiva formativa não encontra correspondência expressa no corpus documental da pesquisa (Quadro 11), uma vez que não foram identificados materiais educativos e orientadores específicos, como manuais, cartilhas e guias, que ofereçam subsídios para a compreensão e a prevenção do plágio acadêmico.

Diante da baixa explicitação documental desses instrumentos educativos, reforça-se a pertinência de ampliar as ações institucionais de orientação e conscientização sobre a integridade acadêmica, conforme pontuado por Angwaomaodoko (2025).

No Repositório Institucional do IFS, as buscas inicialmente realizadas para localizar produções relacionadas ao objeto de estudo não retornaram resultados. Foram utilizados os descritores “plágio”, “plágio acadêmico”, “ética”, “ética na pesquisa”, “integridade científica” e “integridade acadêmica”. Diante disso, a estratégia de busca foi ampliada com a inclusão do

descritor “autoria”, o que possibilitou a identificação de dois registros que, após exame de seus conteúdos, não se mostraram relacionados ao objeto da investigação.

O primeiro, “Indícios de autoria em textos de estudantes do Ensino Fundamental”, de Carvalho e Freitas (2015), analisa indícios de autoria em produções textuais de estudantes do 7º ano, considerando marcas de subjetividade e singularidade presentes nesses textos. O segundo, “Roteiro do Minicurso de Escrita Autoral”, elaborado por Silva (2021), apresenta atividades e estratégias pedagógicas destinadas a apoiar professores da Educação Profissional no desenvolvimento de práticas voltadas à constituição da autoria em textos escritos. Embora relacionados à autoria, os materiais não tratam diretamente do objeto desta investigação, centrado no plágio acadêmico e na integridade acadêmica. A dissertação que deu origem ao roteiro, por sua vez, não foi localizada no Repositório Institucional. O resultado desse levantamento poderá ser utilizado como informação complementar à presente pesquisa, para contextualizar ou complementar a discussão dos resultados.

No âmbito da análise documental do corpus principal da pesquisa, não foram identificados materiais educativos voltados à prevenção do plágio acadêmico. As entrevistas, por sua vez, apontam para a existência de práticas formativas relacionadas à produção acadêmica, desenvolvidas em diferentes componentes curriculares e por profissionais de distintas instâncias institucionais. Entretanto, os relatos não permitem identificar a articulação dessas práticas em uma estrutura integrada de prevenção do plágio acadêmico.

O Entrevistado A relata que a orientação ocorre por meio de componentes curriculares específicos, indicando que “normalmente nos cursos de graduação tem a disciplina de metodologia científica que vai falar um pouco a respeito desses trabalhos acadêmicos, como é que são estruturados, como é que faz citações, etc.”

Segundo o entrevistado, esse suporte pedagógico é complementado por outros setores, ao mencionar que “existem outras formações, e aí não necessariamente a partir dos professores, mas a partir dos profissionais de biblioteca, em relação às bases de dados, aos periódicos que a gente faz as pesquisas [...] como usar essas bases, como fazer essas pesquisas” (Entrevistado A).

No que diz respeito à abrangência e à organização dessas práticas, os participantes apresentam percepções distintas. O Entrevistado A manifesta uma avaliação de suficiência relativa ao declarar que “o que a gente tem hoje é suficiente, mas dá para melhorar, dá para ser mais do que suficiente”. Em contrapartida, o Entrevistado B aponta possíveis limitações na organização institucional das ações de orientação à produção científica, ao afirmar que, “para produção científica, não há nenhum setor, servidores ou grupos de servidores que tenham essa

responsabilidade. Isso fica muito a cargo das coordenações de curso, colegiados de curso e orientadores".

O Entrevistado B relaciona essas limitações a lacunas na formação prévia dos estudantes e à necessidade de fortalecimento da formação ética e técnica ao longo da trajetória acadêmica. Segundo ele, "na pós-graduação o sujeito vem com formações deficientes do ponto de vista ético, então ele acaba na pós-graduação reproduzindo essas práticas [...] então falta a questão da formação técnica também, então a combinação de ética e técnica".

O gestor também menciona os limites de financiamento para a formação continuada na Rede Federal como um dos fatores que podem incidir sobre o desenvolvimento das ações preventivas, conforme expressa a seguir:

> fragilidade existe na formação continuada do profissional da educação, tendo em vista aí que há alguns anos a gente vem com poucos recursos para a formação continuada [...] os recursos de custeio estão muito limitados, de tal forma que isso tem sido um gargalo [...] porque política e ações demandam investimentos, e esse é um ponto hoje muito crítico (Entrevistado B).

Esses relatos do Entrevistado B apontam duas dimensões das fragilidades formativas mencionadas por ele, relacionadas à formação ética e técnica dos estudantes e às condições institucionais para o desenvolvimento de ações de formação continuada dos profissionais da educação.

No que se refere às dificuldades dos estudantes, o Entrevistado B também menciona dúvidas relacionadas à compreensão dos limites entre plágio, autoria e citação. O participante ressalta que "alguns não sabem o limite do que é plágio, do que não é plágio, ou até aquele limite ele pode ir, uma dissertação, uma tese, para não caracterizar o plágio, que ele tem que dar os créditos, como é que ele tem que fazer?". Esse relato evidencia, na percepção do entrevistado, dificuldades dos estudantes em reconhecer os limites entre o uso de fontes e a caracterização do plágio, especialmente quanto à atribuição dos devidos créditos aos autores.

Outro aspecto observado refere-se às condições presentes no cotidiano discente que podem interferir na realização das atividades acadêmicas. O Entrevistado A relaciona essa questão à "necessidade do próprio estudante de dividir seu tempo com uma série de outras atividades e aí ele vai procurar um caminho mais fácil para poder cumprir aquela tarefa e entregar ao professor, sem às vezes se preocupar muito se ele está realmente aprendendo".

Essa fala não permite estabelecer uma relação direta entre tais condições e a ocorrência de plágio. Entretanto, sugere que, na percepção do Entrevistado A, a necessidade de conciliar diferentes atividades podem levar alguns estudantes a priorizar o cumprimento das

tarefas acadêmicas em detrimento da própria aprendizagem. Essa percepção também permite refletir sobre a pertinência de ações pedagógicas estimulem a participação dos estudantes e favoreçam uma produção acadêmica responsável.

Em conjunto, os dados analisados indicam que, embora as normativas institucionais contemplem o plágio entre as condutas passíveis de responsabilização disciplinar e as entrevistas apontem para a existência de práticas formativas relacionadas à produção acadêmica, não foram identificadas, nos documentos e relatos examinados, evidências de uma estrutura institucional que articule essas dimensões de forma integrada, especificamente voltada à promoção da integridade acadêmica e à prevenção do plágio.

8.5 Limitações na padronização institucional do enfrentamento do plágio acadêmico

Em paralelo às disposições disciplinares discutidas anteriormente, as normativas de TCC também contemplam o plágio no âmbito do processo avaliativo. A Instrução Normativa nº 04/2020/PROEN prevê que a banca examinadora avaliará a redação e a apresentação do TCC, conforme disposto no art. 23; estabelece que a comprovação de plágio implicará a reprovação do trabalho, nos termos do art. 25; e determina que, uma vez identificado e comprovado o plágio, será aberto processo acadêmico para aplicação das penalidades previstas no Regulamento da Organização Didática, conforme o art. 28 (Instituto Federal de Sergipe, 2020b).

A Instrução nº 06/2024, aprovada pela Portaria nº 1279/2024, é a mais recente entre as normativas de TCC examinadas e mantém disposições relativas às consequências da identificação e comprovação do plágio acadêmico. O art. 20 trata da atuação da banca avaliadora e estabelece, em seu § 5º, que a comprovação de plágio implica a reprovação do TCC. O art. 24, por sua vez, prevê a abertura de processo acadêmico quando houver identificação e comprovação, pela banca examinadora, de plágio do TCC ou de outra prática que descaracterize a autoria (Instituto Federal de Sergipe, 2024).

Desse modo, as normativas de TCC examinadas estabelecem consequências para a identificação e comprovação do plágio no processo avaliativo, com previsão de encaminhamento aos procedimentos de responsabilização e aplicação de penalidades. Nos documentos analisados, também não foram identificados registros de ações formativas institucionalmente articuladas voltadas à prevenção do plágio acadêmico.

O Regulamento Disciplinar Discente, por sua vez, estabelece procedimentos aplicáveis às faltas cometidas por estudantes, indicando os setores aptos pelo recebimento das ocorrências e seu encaminhamento à Comissão de Medidas Disciplinares. Esses procedimentos

compreendem instauração, a apuração e a caracterização da falta, a indicação de autoria e do grau de responsabilidade, a defesa, a definição das medidas cabíveis e a elaboração do relatório de conclusão (Instituto Federal de Sergipe, 2023b).

A análise documental foi complementada por informações fornecidas pelo próprio IFS por meio da Plataforma Fala.BR. Em solicitação encaminhada em 2 de julho de 2025, foram requeridas informações sobre políticas internas, normativas e instrumentos de orientação voltados à temática. Na resposta, datada de 21 de julho de 2025, o IFS informou que as recomendações sobre plágio são incluídas nos PPCs, como conteúdo transversal nas disciplinas ofertadas pela instituição. Esclareceu, ainda, que não dispõe de documentos ou normativas específicos sobre o assunto, nem de regulamento próprio sobre plágio. Segundo a resposta, os regulamentos internos dos programas exigem a apresentação de textos originais, cuja verificação é realizada pelas bancas.

Embora a resposta institucional mencione a inserção de recomendações sobre plágio nos PPCs e a verificação da originalidade dos trabalhos pelas bancas, não esclarece como essas orientações são desenvolvidas nas disciplinas nem detalha os critérios e procedimentos adotados para essa verificação.

As entrevistas, por sua vez, permitem examinar como os gestores descrevem os procedimentos adotados diante das situações de plágio acadêmico, especialmente no que se refere à utilização dos fluxos administrativos e disciplinares gerais. Essa questão é evidenciada no relato do Entrevistado B, ao descrever que, na estrutura administrativa,

> não há. [...] não tem algo específico para o plágio. No caso dos profissionais de educação, a mesma coisa. Uma vez detectado o plágio, infração disciplinar. Ou vai para a coordenação de processos administrativos disciplinar, e é instaurado um processo administrativo ou uma sindicância, que tem um protocolo, mas nada específico para o plágio (Entrevistado B).

A fala indica que, na perspectiva do entrevistado em questão, as situações de plágio são encaminhadas pelos procedimentos administrativos e disciplinares já existentes, sem a previsão de um protocolo próprio para essa finalidade. Os relatos também apontam para a participação de diferentes instâncias locais na condução dessas ocorrências. O Entrevistado B destaca a autonomia dos colegiados e a observância da regulamentação própria de cada curso, ao afirmar que “cada colegiado tem a sua autonomia [...] e tem que ser tratado no colegiado de curso conforme a regulamentação própria de cada curso”.

No âmbito dos campi, essa autonomia também é mencionada como um aspecto relacionado à condução dos casos de plágio acadêmico. O Entrevistado A relata que muitas situações são tratadas diretamente nos campi, no exercício de sua autonomia administrativa, sem necessariamente serem encaminhadas às instâncias superiores da administração institucional. Segundo o participante, "essas situações [...] acabam sendo tratadas no âmbito do campus e a comissão entendeu qual que é a medida que vai ser tomada e lá mesmo eles resolvem [...]. No âmbito de cada campus, dentro da autonomia que cada campus tem, eles também podem tratar".

Quanto à existência de protocolos específicos, o entrevistado A esclarece que não há protocolos institucionais formalizados para o tratamento do plágio acadêmico. Ao comentar como essas situações são conduzidas, o participante pontua que "protocolos formalizados, não. Como eu disse, acho que os professores quando identificam essas situações, a primeira observação que se faz é diretamente com o próprio estudante, conversando diretamente com ele [...]. Mas não temos protocolos institucionais formalizados, não" (Entrevistado A).

A referência do Entrevistado B aos distintos níveis de maturidade institucional suscita uma reflexão sobre a uniformidade dos encaminhamentos dos casos de plágio acadêmico entre os campi, embora os dados analisados não permitam confirmar diferenças efetivas nessa condução.

Em suma, a análise do corpus principal permitiu identificar a existência de procedimentos disciplinares gerais aplicáveis ao plágio acadêmico, sem que fossem encontradas, nos documentos examinados, orientações específicas que considerem as particularidades dessa prática. Essas constatações foram complementadas pelas informações da resposta oficial obtida por meio da Plataforma Fala.BR.

À luz desses resultados, considera-se pertinente a proposição de um fluxo institucional de caráter orientador, que articule os procedimentos disciplinares existentes com as atribuições dos diferentes atores e instâncias institucionais, favorecendo maior alinhamento na condução dos casos de plágio acadêmico. Essa proposta dialoga com Sozon *et al*. (2024), que destacam a importância da articulação entre diferentes instâncias acadêmicas para o fortalecimento das práticas de integridade.

8.6 Inteligência Artificial e implicações para a autoria acadêmica

A ampliação do uso de ferramentas de IAG tem desafiado os sentidos atribuídos à autoria, à originalidade e à ética na produção acadêmica. Essa discussão aproxima-se das reflexões de Boa Sorte *et al*. (2021), ao destacarem que os modelos algorítmicos de produção escrita,

no contexto das culturas digitais, provocam deslocamentos nas formas de compreender a autoria, a criatividade e a responsabilidade ética no processo de escrita.

No âmbito do IFS, a análise do corpus principal indica que as questões relacionadas ao uso ético da IAG na produção acadêmica ainda não estão contempladas nas normativas institucionais. Nesse contexto, Ferreira *et al.* (2024) destacam os riscos associados a essa tecnologia, incluindo o possível comprometimento da originalidade dos trabalhos, e ressaltam a necessidade de mediação crítica, práticas éticas e parâmetros institucionais transparentes para orientar sua utilização no ambiente acadêmico. Essas considerações dialogam com os achados da pesquisa, especialmente quanto à pertinência de orientações institucionais e ações formativas que auxiliem estudantes, docentes e gestores a utilizá-la de maneira responsável na produção acadêmica.

Nas entrevistas, a utilização da IAG na produção acadêmica é mencionada pelo Entrevistado A, que observa: "é comum os trabalhos agora serem escritos pelo ChatGPT". Essa fala aponta para uma preocupação com o emprego dessas ferramentas na elaboração de trabalhos acadêmicos, mas não permite, por si só, determinar a natureza, a extensão ou a inadequação desses usos, tampouco equipará-los automaticamente à prática de plágio.

O Entrevistado A também relaciona o tema aos impactos pedagógicos sobre a aprendizagem dos conteúdos e à necessidade de orientação sobre o uso dessas ferramentas no processo formativo. Nesse sentido, ressalta a importância da capacitação docente ao declarar: "a gente precisa, enquanto instituição [...] capacitar os professores para o uso das ferramentas". O Entrevistado B, por sua vez, menciona a existência de discussões internas sobre o assunto, mas ressalta que ainda não há uma comissão constituída para tratar da questão: "há muita discussão, mas difusa, mas não há comissão constituída ainda para tratar dessa questão".

Para além da ausência de regulamentação própria, os relatos abordam os limites de utilização dessas tecnologias na produção acadêmica. Nesse sentido, o Entrevistado B, ao reconhecer as possibilidades de uso da IA como ferramenta de apoio à pesquisa, pondera sobre a necessidade de estabelecer parâmetros para sua utilização. Segundo ele:

> as ferramentas podem ajudar na sistematização do estado da arte, na pesquisa, na identificação dos principais trabalhos relacionados ao tema, a organizar uma tempestade de ideias, mas não a produção do texto em si. Então precisa regulamentar, mas essa discussão ela vem ocorrendo muito frequentemente agora, mas intensamente, por conta do uso das IAs (Entrevistado B).

A procedência das informações geradas por esses sistemas é mencionada pelo Entrevistado A, que pontua: "a gente não sabe exatamente de onde vem essas informações".

Quanto à disponibilidade institucional de ferramentas para verificação de similaridade textual, os entrevistados afirmam desconhecer a existência de serviços contratados ou licenças adquiridas pela instituição. O Entrevistado A ressalta que "não, não temos. Pelo menos eu desconheço. A gente não paga por licenças [...] do ponto de vista institucional, não". Na mesma direção, o Entrevistado B declara: "nenhum serviço contratado que eu conheço, nem um software contratado [...]".

No âmbito das discussões nacionais sobre integridade científica e uso ético dessas tecnologias, destaca-se, a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, que instituiu a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2026b), com fundamento nas atribuições previstas no Estatuto aprovado pelo Decreto nº 11.229/2022.

Embora direcionada às atividades científicas apoiadas pelo CNPq, a norma constitui referência externa pertinente para o debate institucional, ao estabelecer princípios e diretrizes relacionados à honestidade intelectual, à veracidade da autoria, à responsabilidade ética e à transparência no uso da IAG na pesquisa científica, conforme analisa Trindade (2026).

A necessidade de orientação sobre o uso ético dessas tecnologias também aparece na fala do Entrevistado B, que ressalta a importância de ações educativas voltadas a esse fim. Segundo ele, "vai ser necessário, inclusive, um trabalho educativo nesse sentido, porque é necessário usar. [...] até porque foi muito recentemente que eu acho que o CNPq publicou alguma questão para o uso de IA de forma ética".

A manifestação do gestor aproxima-se das discussões nacionais sobre essa temática. Nesse debate, Barreto e Ávila (2023) reconhecem o potencial dessas tecnologias para apoiar os processos de aprendizagem, mas alertam para desafios relacionados à autenticidade, à originalidade e à responsabilidade pelo conteúdo gerado com o auxílio dessas ferramentas.

No contexto da escrita científica, o uso da IAG suscita questionamentos sobre os limites entre apoio tecnológico, elaboração intelectual própria e apropriação indevida de conteúdos, com implicações para a autoria, a originalidade e a responsabilidade ética na produção acadêmica. Diante dessas questões e dos aspectos apontados pelos gestores entrevistados, os achados indicam a pertinência de avançar na elaboração de orientações normativas e no desenvolvimento de ações formativas que auxiliem a comunidade acadêmica na utilização ética e responsável dessas ferramentas, em consonância com os princípios da integridade acadêmica.

9 INSTRUMENTOS DE ENFRENTAMENTO DO PLÁGIO ACADÊMICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DO NORDESTE

Para atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa, realizou-se um levantamento de informações institucionais junto aos Institutos Federais da Região Nordeste, por meio de solicitações registradas na Plataforma Fala.BR, entre 18 de junho e 4 de novembro de 2025. As solicitações tiveram como finalidade identificar a existência de políticas internas, resoluções formais, instrumentos de orientação, materiais educativos, tais como guias, manuais, cartilhas e conteúdos disponibilizados em páginas institucionais, bem como boas práticas relacionadas à integridade acadêmica, à prevenção e ao enfrentamento do plágio acadêmico.

Foram analisadas, de forma descritiva e por instituição respondente, as respostas do Instituto Federal de Alagoas (IFAL), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Instituto Federal Baiano (IF Baiano), Instituto Federal do Ceará (IFCE), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IFSertãoPE), Instituto Federal do Piauí (IFPI) e Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN).

As respostas foram examinadas a partir de cinco eixos de análise: *(1) existência de instrumento específico sobre plágio; (2) presença de norma institucional que mencione plágio, fraude, originalidade ou uso de meios ilícitos; (3) adoção de práticas editoriais ou ferramentas de verificação de similaridade, quando apresentadas como medidas associadas ao controle de originalidade ou à identificação de indícios de plágio; (4) existência de ações formativas ou materiais educativos e (5) correspondência da resposta ao pedido formulado.*

A resposta do IFS, obtida por meio da Plataforma Fala.BR, também é apresentada nesta seção, por se tratar da instituição que constitui o lócus da pesquisa, permitindo conhecer seu posicionamento oficial sobre as questões abordadas no levantamento realizado junto aos Institutos Federais do Nordeste.

Com base nesses eixos, o Quadro 14 apresenta uma síntese das informações fornecidas pelas instituições, incluindo instrumentos diretamente relacionados ao tema, dispositivos de alcance parcial ou indireto e respostas que indicaram a inexistência de instrumentos específicos.

Quadro 14 - Síntese dos achados dos Institutos Federais do Nordeste

Instituição	Síntese da resposta institucional	Documentos, práticas e informações referidas	Interpretação analítica
IFAL	Elementos relacionados à integridade científica, à formação e ao fluxo editorial, sem identificação de instrumento específico sobre plágio acadêmico.	A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPPI) mencionou regulamentos, editais, ações formativas, exigência de originalidade e referenciação correta em editais de iniciação científica e tecnológica, declaração de conformidade ética no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e regras editoriais sobre originalidade, citação das fontes, plágio, autoplágio e responsabilidade autoral. O Regimento Interno do Conselho Editorial prevê etapa de detecção de plágio no fluxo editorial.	A resposta apresenta ações e exigências vinculadas principalmente à pesquisa, à iniciação científica e às publicações institucionais. Contudo, nas informações e nos documentos encaminhados, não foi identificado instrumento institucional específico, como manual, cartilha, guia ou política voltada ao enfrentamento do plágio acadêmico.
IFBA	Não identificação de instrumentos específicos, conforme informado pela instituição.	A instituição informou não possuir políticas internas, resoluções formais, cartilhas, manuais, guias ou seções institucionais dedicadas à integridade científica e acadêmica e à prevenção do plágio.	A resposta atende ao pedido de forma direta e registra, nos termos informados pela instituição, a não existência de instrumentos institucionais específicos sobre o tema.
IF BAIANO	Menção indireta ao tema.	A instituição indicou o Plano de Integridade como documento em que o plágio aparece como categoria de risco.	A resposta registra o plágio no campo da integridade institucional, mas não caracteriza o Plano de Integridade como instrumento específico de orientação acadêmica ou científica sobre prevenção e enfrentamento do plágio.
IFCE	Práticas concentradas no campo editorial, com menção à propriedade intelectual.	Foram mencionados a Política de Inovação, relacionada à propriedade intelectual, ao sigilo, à confidencialidade e ao direito autoral; procedimentos da Revista Conexões e da Editora IFCE; uso de softwares de detecção de similaridade textual; limite de 30% de similaridade para artigos submetidos; diretrizes do COPE; e Resolução nº 52/2021, referente à Editora IFCE. Em recurso, foi informada a ausência de software institucional de verificação de plágio para trabalhos acadêmicos dos diferentes níveis de ensino.	A resposta indica práticas editoriais de verificação de similaridade e integridade em publicações institucionais. Contudo, as informações prestadas não permitem caracterizar a existência de instrumento institucional específico e abrangente voltado ao enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do ensino.
IFMA	Instrumento específico identificado.	A instituição informou possuir Manual de Plágio, publicado pela Editora do IFMA, e encaminhou o e-book Autoria e pesquisa científica em tempos de facilidades na internet: orientações sobre condutas de combate ao plágio no âmbito do IFMA. Também informou	Trata-se do achado com maior aderência direta ao objetivo da pesquisa. A resposta apresenta material institucional específico, educativo e orientativo sobre plágio, além de mencionar consequências administrativas relacionadas

Continuação...

		possibilidade de sanções administrativas relacionadas ao plágio e à infração de direitos autorais.	ao tema.
IFPB	Ausência de regulamentação específica, com menção à previsão disciplinar ampla.	A instituição informou não possuir regulamentação específica sobre prevenção e combate ao plágio. Mencionou Comitê Interno de Governança, Comitê de Integridade, CEP e regulamentos disciplinares que consideram falta grave o uso de meios ilícitos para resolver trabalhos escolares.	A resposta reconhece a inexistência de norma específica sobre plágio. Os comitês mencionados foram compreendidos como instâncias relacionadas à governança, à integridade ou à ética, mas não como instrumentos específicos de enfrentamento ao plágio acadêmico. A previsão disciplinar possui formulação ampla, sem menção expressa ao plágio.
IFPE	Inexistência de política ou instrumento próprio, com indicação de ferramentas de apoio.	A instituição informou não dispor de políticas internas ou instrumentos próprios sobre integridade científica/acadêmica e plágio. Em resposta complementar, indicou página da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Propesq), com seção destinada às ferramentas de verificação de plágio.	A resposta reconhece a ausência de instrumento próprio. A contribuição identificada consiste na indicação institucional de ferramentas de apoio sem caracterizar política ou material institucional específico sobre enfrentamento do plágio**.**
IFSertãoPE	Dispositivos normativos e editoriais relacionados ao tema, sem política institucional específica sobre plágio.	A instituição declarou não possuir política institucional específica sobre integridade científica e combate ao plágio. Indicou resoluções da pós-graduação, dos projetos de pesquisa, da Editora da instituição e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT); previsão de desligamento por plágio ou falsidade ideológica; abertura de processo administrativo em casos de plágio ou fraude; diretrizes éticas em revistas institucionais; e materiais educativos em elaboração pela PROPIP, com previsão para 2025-2026.	A resposta apresenta dispositivos relevantes nos campos da pós-graduação, da pesquisa e da editoração científica. Entretanto, não identifica política institucional específica sobre plágio. Os materiais educativos mencionados não foram considerados instrumentos disponíveis no período analisado, por terem sido informados como ainda em elaboração.
IFPI	Ausência de instrumentos específicos sobre plágio.	A instituição informou possuir CEP, mas declarou não possuir manuais, atividades ou ações voltadas ao combate ou à conscientização sobre o plágio acadêmico. Em resposta complementar, reiterou a ausência de atividades ou manuais específicos sobre o tema.	A resposta indica, nos termos informados pela instituição, inexistência de instrumentos institucionais específicos sobre plágio. A menção ao CEP foi compreendida como informação relacionada à ética em pesquisa, mas não como ação ou política específica de prevenção e enfrentamento do plágio acadêmico.

Continuação...

IFRN	Práticas concentradas no campo editorial e normativa interna ainda em elaboração.	A primeira resposta informou que as ferramentas antiplágio se restringem ao fluxo editorial da Editora IFRN e do Portal de Periódicos. Em novo pedido de informação, a instituição informou a existência de comissão formada pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), pela PROEN e pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) para elaboração de normativa interna sobre a matéria.	A resposta inicial refere-se às publicações institucionais. A informação complementar indica iniciativa normativa em elaboração, sem permitir afirmar, no período analisado, a existência de normativa interna já aprovada e disponível sobre integridade científica ou acadêmica e enfrentamento do plágio.
IFS	Ausência de normativa específica ou regulamento próprio sobre plágio, embora as recomendações sobre o tema sejam inseridas nos PPCs e abordadas transversalmente nas disciplinas dos cursos ofertados pela instituição.	Na resposta institucional do IFS, apresentada conjuntamente pela PROEN e pela PROPEX, foi informado que as recomendações sobre plágio são inseridas nos PPCs como conteúdo transversal nas disciplinas dos cursos ofertados pela instituição. A resposta também indicou que não há normativas específicas ou regulamento próprio sobre plágio, embora os regulamentos internos dos programas exijam textos originais e as bancas realizem a verificação da originalidade.	Por constituir o lócus da pesquisa, a resposta institucional do IFS é apresentada nesta seção para contextualizar as informações prestadas pela própria instituição sobre o plágio acadêmico. Esses dados permitem situar a realidade institucional na discussão sobre a possibilidade de adaptação dos instrumentos, orientações e boas práticas identificadas nos demais Institutos Federais.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

A partir da síntese apresentada no Quadro 14, foi possível distinguir diferentes formas pelas quais o plágio acadêmico aparece nas respostas institucionais analisadas. Entre elas, encontram-se materiais específicos de orientação, dispositivos normativos ou disciplinares, práticas editoriais, ações formativas e respostas que indicam a inexistência de instrumentos próprios.

Entre as respostas examinadas, o único material diretamente voltado à orientação sobre plágio foi informado pelo IFMA. A instituição mencionou a existência do Manual de Plágio, publicado por sua editora, e encaminhou o e-book intitulado *"Autoria e pesquisa científica em tempos de facilidades na internet orientações sobre condutas de combate ao plágio no âmbito do IFMA"*. Esse material apresenta finalidade educativa e orientativa sobre o tema, sem que sua existência permita caracterizar, por si só, uma política institucional ampla de integridade acadêmica. No conjunto analisado, constitui a referência mais diretamente relacionada à prevenção e à orientação sobre o plágio.

Em relação aos dispositivos normativos ou disciplinares relacionados ao tema, o IFSertãoPE informou a existência de resoluções aplicáveis à pós-graduação, à pesquisa, à editora institucional e aos periódicos científicos. Entre os dispositivos mencionados, destacam-se a previsão de desligamento por plágio ou falsidade ideológica no âmbito da pós-graduação

e a instauração de processo administrativo em casos de plágio ou fraude em projetos ou relatórios de pesquisa. O IFPB, por sua vez, declarou não possuir regulamentação específica sobre prevenção e combate ao plágio, mas indicou que seus regulamentos disciplinares consideram falta grave o uso de meios ilícitos para resolver trabalhos escolares.

Também foram identificadas respostas relacionadas à integridade científica, à originalidade e aos fluxos editoriais. O IFAL informou ações formativas da PRPPI com foco em ética na pesquisa, propriedade intelectual, comunicação científica responsável e gestão de grupos e projetos, além de conteúdos disponibilizados em playlists sobre boas práticas em grupos de pesquisa, propriedade intelectual, oficina de experimentação científica e submissão na Plataforma Brasil. Mencionou ainda exigências de originalidade e referenciação correta nos editais dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica e deveres dos autores nas publicações institucionais, especialmente quanto à autenticidade do conteúdo submetido, à citação correta das fontes, à necessidade de evitar práticas de plágio e autoplágio e à responsabilidade pelo conteúdo publicado.

O IFCE mencionou práticas de detecção de similaridade textual no fluxo editorial das publicações institucionais, com indicação de índice máximo de similaridade para artigos submetidos, além da Política de Inovação, relacionada à propriedade intelectual, ao sigilo, à confidencialidade e ao direito autoral. No IFRN, o uso de ferramentas antiplágio foi informado apenas no âmbito da Editora IFRN e do Portal de Periódicos. Nesses casos, as iniciativas informadas concentram-se principalmente nos campos da pesquisa e da editoração científica, sem que tenham sido identificados, nas informações encaminhadas pelas instituições, instrumentos específicos voltados ao enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do ensino.

Em outras instituições, as respostas indicaram instrumentos de alcance indireto ou a inexistência de instrumentos específicos sobre plágio. O IFPE informou não possuir política ou instrumento próprio, mas indicou página institucional com ferramentas úteis à verificação de plágio. O IF Baiano indicou o Plano de Integridade da instituição, no qual o plágio aparece como categoria de risco. Embora esse documento registre o tema no âmbito da integridade institucional, as informações encaminhadas não permitem caracterizá-lo, no contexto desta análise, como instrumento específico de orientação acadêmica ou científica voltado à prevenção e ao enfrentamento do plágio. O IFBA e o IFPI, por sua vez, apresentaram respostas indicando a não existência de instrumentos específicos sobre o tema.

No que se refere ao IFS, lócus da pesquisa, a resposta institucional também abordou a existência de orientações e normativas sobre plágio acadêmico. Segundo as informações prestadas, as recomendações sobre plágio são inseridas nos PPCs como conteúdo transversal

nas disciplinas dos cursos ofertados pelo IFS, embora não tenham sido indicados os PPCs ou os dispositivos nos quais essas recomendações estariam registradas. A instituição também informou não dispor de documentos normativos específicos ou regulamento próprio sobre plágio e declarou que os regulamentos internos dos programas exigem a apresentação de textos originais e que as bancas realizam a verificação da originalidade.

À luz das informações apresentadas sobre o IFS e dos elementos identificados nos demais Institutos Federais, o Quadro 15 reúne práticas, documentos e informações que podem ser examinados quanto à sua pertinência e às possibilidades de adaptação ao contexto do IFS. Sem finalidade comparativa ou de hierarquização entre as instituições, o quadro busca sistematizar referências que possam contribuir para a elaboração da minuta de resolução, considerando as características normativas, pedagógicas e administrativas do IFS.

Quadro 15 - Dispositivos com potencial de adaptação ao IFS

Dispositivo ou Iniciativa Identificada	Referência Observada	Possibilidade de adaptação ao contexto do IFS
Manual ou guia institucional sobre plágio.	IFMA	Possibilidade de elaboração de material educativo próprio sobre plágio, autoria, citação, paráfrase, autoplágio, uso de fontes, escrita científica e boas práticas acadêmicas.
Previsão normativa ou disciplinar relacionada a plágio, fraude ou más condutas na produção acadêmica.	IFSertãoPE, IFMA e IFPB, este último de forma indireta.	Possibilidade de incorporação, em instrumento institucional próprio, de dispositivos relacionados às consequências acadêmicas e administrativas em casos de plágio, fraude, autoplágio ou outras más condutas relacionadas à autoria, à originalidade e à elaboração de trabalhos acadêmicos, com observância dos procedimentos institucionais aplicáveis e das garantias do contraditório e da ampla defesa.
Exigências de originalidade, citação correta e responsabilidade autoral.	IFAL e IFSertãoPE	Possibilidade de inclusão de orientações e exigências sobre originalidade, citação, referenciação, observância às normas técnicas e responsabilidade autoral e ética em editais, regulamentos, chamadas internas e documentos institucionais.
Fluxos editoriais com controle de originalidade, detecção de plágio ou verificação de similaridade.	IFAL, IFCE e IFRN	Possibilidade de definição de critérios para verificação de similaridade em publicações institucionais, livros, periódicos e demais produções submetidas a fluxos editoriais do IFS, com indicação de responsabilidades e orientação à comunidade acadêmica.
Página institucional com ferramentas de apoio à verificação de plágio.	IFPE	Possibilidade de criação de seção no portal institucional do IFS com orientações sobre plágio e indicação de ferramentas de apoio à verificação de similaridade, podendo reunir materiais educativos elaborados pela instituição.
Ações formativas e materiais orientadores sobre integridade científica e boas práticas acadêmicas.	IFAL, IFMA e IFSertãoPE, este último como iniciativa informada em elaboração.	Possibilidade de desenvolvimento de oficinas, palestras, campanhas educativas e materiais digitais voltados à ética na pesquisa, à integridade científica, à prevenção do plágio e às boas práticas acadêmicas.
Iniciativa de elaboração de normativo interno sobre a matéria.	IFRN	Possibilidade de construção participativa de instrumento institucional próprio, com definição de diretrizes, responsabilidades, procedimentos específicos e formas de orientação sobre o plágio acadêmico.

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Os elementos reunidos no Quadro 15 podem ser organizados em três dimensões, pedagógico-formativa, normativo-procedimental e organizacional. A dimensão pedagógico-formativa compreende a produção de materiais orientadores e iniciativas voltadas à integridade acadêmica e científica. A dimensão normativo-procedimental refere-se à inserção de parâmetros claros em regulamentos, editais e documentos acadêmicos, bem como à definição de consequências e procedimentos relacionados a situações de plágio, autoplágio ou outras más condutas acadêmicas. A dimensão organizacional compreende a definição de responsabilidades, instâncias de atuação, espaços de orientação e estratégias institucionais de acompanhamento relacionadas à autoria, à originalidade e à integridade na produção do conhecimento.

Essa organização evidencia que os elementos identificados nas respostas não se limitam à dimensão disciplinar, abrangendo também ações de orientação, formação, normatização e organização institucional. Assim, o levantamento contribuiu para o atendimento do terceiro objetivo específico da pesquisa ao identificar práticas, documentos e dispositivos institucionais que podem subsidiar a elaboração de um instrumento adequado à realidade do IFS.

Considerando as informações fornecidas pelo próprio IFS sobre a inserção de recomendações relativas ao plágio nos PPCs e sua abordagem transversal nas disciplinas, bem como a ausência de normativa específica ou regulamento próprio sobre o tema, os referenciais identificados nos demais Institutos Federais foram examinados quanto à sua pertinência e possibilidade de adaptação ao contexto institucional investigado.

Esse exame teve caráter descritivo e contextual, não correspondendo a uma avaliação formal de transferibilidade ou de efetividade das iniciativas identificadas. A análise não estabeleceu comparações nem hierarquização entre as instituições, preservando as particularidades evidenciadas nas respostas institucionais.

Concluída a apresentação desse levantamento complementar, a seção seguinte aborda as diretrizes que fundamentaram a elaboração da minuta de resolução institucional sobre o enfrentamento do plágio acadêmico no IFS, considerando os resultados do corpus principal e, quando pertinente, os elementos identificados nesse levantamento.

10 DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO INSTITUCIONAL

Esta seção apresenta as diretrizes que orientaram a elaboração da minuta de resolução institucional, sistematizadas a partir dos resultados da análise do corpus principal e das decisões adotadas na estruturação do produto técnico, considerando quando pertinente, as contribuições do levantamento realizado junto aos demais Institutos Federais do Nordeste.

Na elaboração da minuta, também foram consideradas as informações obtidas nesse levantamento regional, observando-se a pertinência dos instrumentos e das práticas identificados e suas possibilidades de adaptação às particularidades do IFS, sem pressupor a reprodução direta dessas experiências.

Em etapa posterior, destinada à estruturação e à redação da minuta, foram consultados documentos normativos de outras instituições de ensino e de órgãos vinculados à atividade científica. Essa consulta teve caráter complementar, sem integrar o corpus documental do estudo ou constituir fonte dos achados da pesquisa.

Entre os referenciais complementares consultados, destacam-se: a Resolução nº 09/2016/CONEPE, da UFS; a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026; o Regulamento da Faculdade Baiana de Direito e Gestão (FBDG, 2024) para o Uso de IAG em provas, avaliações e trabalhos de conclusão de curso; e a Resolução CONSEPE nº 57/2025, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A minuta configura-se como uma proposta normativa inicial, de caráter orientativo, voltada à definição de parâmetros para a prevenção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de situações relacionadas ao plágio acadêmico. Considera as disposições institucionais existentes, especialmente aquelas de natureza avaliativa e disciplinar, e propõe diretrizes específicas para o enfrentamento do plágio acadêmico e o fortalecimento da integridade acadêmica no IFS, incluindo orientações relativas ao uso ético de tecnologias digitais e de ferramentas de IAG na produção acadêmica.

A sistematização das diretrizes considerou os aspectos identificados na análise documental e empírica e sua relação com as necessidades institucionais evidenciadas na pesquisa. Esses elementos orientaram a seleção e a organização dos conteúdos incorporados à minuta, de modo a estabelecer uma correspondência entre os resultados da investigação e as proposições apresentadas no produto técnico.

A partir desses elementos, foram estabelecidos oito eixos orientadores para a elaboração da minuta, que contemplam: *(1) definição conceitual de plágio acadêmico e de suas*

modalidades; (2) prevenção e formação em integridade acadêmica; (3) identificação, detecção de similaridade e análise contextual; (4) critérios de identificação e caracterização do plágio acadêmico; (5) procedimentos para orientação, registro, encaminhamento e acompanhamento das ocorrências; (6) responsabilidades dos atores e instâncias institucionais envolvidos; (7) articulação entre as dimensões pedagógica, avaliativa e disciplinar; e (8) uso ético de tecnologias digitais e Inteligência Artificial Generativa na produção acadêmica.

A seguir, o Quadro 16, apresenta a relação entre os achados da pesquisa, os eixos orientadores e os dispositivos da minuta, evidenciando como os resultados subsidiaram a elaboração do produto técnico.

Quadro 16 - Rastreabilidade dos achados da pesquisa na elaboração da Minuta de Resolução

Achado empírico e/ou documental	Eixo orientador	Dispositivo correspondente da minuta
Não identificação de aprofundamento conceitual do plágio e de definições de suas modalidades nos documentos analisados.	Definição conceitual aprofundada do plágio acadêmico e de suas modalidades.	Capítulo II.
Limitada formalização documental de ações preventivas e formativas relacionadas ao plágio acadêmico e à integridade acadêmica.	Prevenção e formação em integridade acadêmica.	Capítulo III.
Relatos sobre o desconhecimento quanto à existência de serviços contratados ou licenças institucionais para verificação de similaridade textual.	Identificação, detecção de similaridade e análise contextual.	Capítulo IV.
Necessidade de maior clareza para a identificação e a caracterização das situações de plágio acadêmico, considerando a forma como o tema aparece nas normativas examinadas.	Critérios de identificação e caracterização do plágio acadêmico.	Capítulo V.
Não identificação de um fluxo institucional específico para o enfrentamento do plágio acadêmico, que articule as dimensões preventiva, formativa e procedimental, embora existam procedimentos disciplinares de caráter geral, aplicáveis a diferentes infrações discentes, incluindo o plágio.	Procedimentos para orientação, registro, encaminhamento e acompanhamento das ocorrências.	Capítulo VI.
Distribuição de atribuições entre diferentes atores e instâncias responsáveis pelo tratamento das faltas discentes, incluindo o plágio, sem que tenham sido identificadas orientações específicas para a articulação dessas responsabilidades na condução dos casos de plágio acadêmico, no âmbito dos procedimentos disciplinares gerais já previstos na instituição.	Responsabilidades dos atores e instâncias institucionais envolvidas.	Capítulo VII.
Maior formalização dos aspectos avaliativos e disciplinares relacionados ao plágio, diante da menor explicitação de ações preventivas e formativas nas fontes examinadas.	Articulação entre as dimensões pedagógica, avaliativa e disciplinar.	Capítulo VIII.
Não identificação de orientações normativas	Uso de tecnologias digitais e de	Capítulo IX.

Continuação...

formalizadas sobre o uso ético da IAG na produção acadêmica, nos documentos analisados.	IAG.	

Fonte: dados da pesquisa (2026).

A minuta de resolução institucional sobre o enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do IFS constitui, assim, o produto técnico resultante desse percurso. Seu texto integral encontra-se no **Apêndice A**, estruturado a partir dos eixos apresentados nesta seção. As etapas de apreciação, avaliação, validação, adequação, aprovação, regulamentação e implementação da minuta não integraram o escopo desta pesquisa, cabendo às instâncias institucionais competentes do IFS deliberar sobre eventuais encaminhamentos posteriores. Concluída a apresentação das diretrizes que fundamentaram sua elaboração, a seção seguinte apresenta as considerações finais da pesquisa.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral elaborar uma minuta de resolução institucional sobre o plágio acadêmico no IFS, fundamentada em evidências produzidas pela investigação, com vistas ao fortalecimento da cultura de integridade acadêmica na instituição. Para alcançar esse objetivo, foram examinadas as abordagens institucionais relacionadas à prevenção, à identificação e ao tratamento dessa prática, de modo a identificar seus limites e subsidiar a definição das diretrizes que fundamentaram a minuta de resolução.

Assim, o objetivo geral proposto foi alcançado com a elaboração do produto técnico, a partir dos resultados da análise documental e das entrevistas semiestruturadas, contando, de forma complementar, com as contribuições do levantamento regional descritivo realizado junto aos demais Institutos Federais do Nordeste para a estruturação da minuta de resolução.

Em resposta à pergunta de pesquisa, os resultados permitiram reconhecer limites nas abordagens institucionais do plágio acadêmico no IFS. Entre os principais achados, destacam-se a ausência de aprofundamento da definição de plágio presente no Regulamento Disciplinar Discente e da conceituação de suas modalidades; a baixa explicitação documental de ações preventivas e formativas; e a não identificação de um protocolo institucional específico que considere as particularidades dessa prática na aplicação dos procedimentos existentes.

Os relatos dos participantes também suscitaram reflexões sobre a uniformidade dos encaminhamentos entre os campi, sem que os dados analisados permitam confirmar diferenças efetivas nessa condução. Também não foram identificadas, nas fontes analisadas, orientações ou normativas voltadas ao uso ético da IAG na produção acadêmica.

O levantamento regional, por sua vez, permitiu identificar diferentes abordagens institucionais do plágio acadêmico nos demais Institutos Federais do Nordeste. Entre as respostas analisadas, apenas o IFMA apresentou um instrumento específico diretamente voltado ao tema, por meio de um manual próprio sobre plágio acadêmico. Nas demais respostas, foram encontradas menções normativas, dispositivos disciplinares, práticas editoriais, ações formativas, ferramentas de apoio ou declarações quanto à inexistência de políticas, materiais e orientações próprias sobre o tema. Esses elementos foram considerados, conforme sua pertinência e possibilidade de adaptação ao contexto do IFS, na elaboração da minuta de resolução.

Embora os documentos examinados no IFS apresentem maior formalização dos aspectos avaliativos e disciplinares, a análise não permite concluir pela ausência de práticas pedagógicas na instituição, uma vez que as entrevistas mencionaram iniciativas formativas. Entretanto, não foram encontradas, nas fontes documentais analisadas, evidências de que essas

iniciativas integrem uma abordagem institucional que articule as dimensões preventiva, formativa e procedimental do enfrentamento ao plágio acadêmico.

No que se refere às limitações, a análise esteve condicionada aos documentos institucionais identificados nas fontes consultadas e às entrevistas realizadas com os dois gestores participantes. O levantamento no Repositório Institucional teve caráter complementar e esteve vinculado à estratégia de busca adotada. Esses recortes podem ter limitado a identificação de práticas não formalizadas, não registradas nas fontes consultadas ou não mencionadas pelos participantes.

Cabe considerar, ainda, que, embora ocupem cargos de gestão, os entrevistados possuem trajetória profissional vinculada à docência na instituição. A investigação, contudo, não contemplou outros docentes nem discentes como grupos específicos de participantes, de modo que as experiências e percepções desses segmentos não foram exploradas diretamente.

Diante dessas limitações, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o escopo de análise, de modo a incluir as perspectivas de discentes e docentes sobre suas experiências e práticas no cotidiano acadêmico, bem como estendam a investigação a outras instituições, redes de ensino e níveis de formação. Também se mostra pertinente o desenvolvimento de pesquisas voltadas à avaliação da implementação de políticas institucionais sobre o tema, especialmente quanto à sua aplicabilidade, à sua aceitação pela comunidade acadêmica e à sua capacidade de orientar práticas educativas e procedimentais.

Além disso, recomenda-se o aprofundamento das investigações sobre as implicações do uso da IAG na produção acadêmica, especialmente no que se refere à compreensão dos limites entre autoria, assistência tecnológica, originalidade e integridade acadêmica.

Quanto ao produto técnico, a minuta não foi submetida à apreciação ou validação por especialistas, gestores ou potenciais usuários, tampouco à aprovação ou implementação institucional. Essas etapas não integraram o escopo da pesquisa, que se concentrou na elaboração de uma proposta fundamentada nos resultados da investigação.

A proposta reúne diretrizes de natureza preventiva, orientativa, formativa e procedimental, contemplando a orientação pedagógica, a identificação e o encaminhamento de situações de plágio acadêmico, em consonância com as disposições normativas e os mecanismos disciplinares já existentes na instituição. Em sua condição de minuta, não possui caráter normativo vinculante.

Por fim, a minuta de resolução apresentada no **Apêndice A** constitui a contribuição aplicada da pesquisa, ao oferecer subsídios para o debate institucional sobre o enfrentamento do plágio acadêmico no IFS.

REFERÊNCIAS

AIRES, João Paulo. **Análise de plágio em teses e dissertações dos programas de pós-graduação na área de Ensino no período de 2010 a 2012**. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: https://repositoriocopia.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2902/1/PG_PPGECT_D_Aires%2C%20Jo%C3%A3o%20Paulo_2017.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

AIRES, João Paulo. O plágio e a integridade em pesquisa: uma revisão sistemática no Brasil. **Ensino & Pesquisa**, Paraná, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/ensinoepesquisa/article/view/2660. Acesso em: 06 jul. 2025.

ALENCAR, Leonço Barboza de. **Práticas de orientação de TCC em curso de graduação em Ciências Contábeis em IES da cidade de São Paulo que possuem Stricto Sensu**. 2016. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - FECAP, São Paulo. Disponível em: http://tede.fecap.br:8080/bitstream/jspui/720/5/Leon%c3%a7o%20Barboza%20de%20Alencar.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

ALENCAR, Gildiney Penaves de; MONTEIRO, Geanlucas Mendes; CARVALHO, Alexandra Maria Almeida. Reflexões sobre o plágio e a fraude em estudos brasileiros. **Revista Bioética**, Brasília, v. 29, n. 3, 2021. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/2435. Acesso em: 06 jul. 2025.

ALVES, Maria Fátima; MOURA, Lucielma de Oliveira Batista Magalhães de. A escrita de artigo acadêmico na universidade: autoria x plágio. **Ilha do Desterro**, Santa Catarina, v. 69, p. 77-93, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ides/a/K8drP4gCkYmt7XR5Jcbbsvx/?format=html. Acesso em: 06 jul. 2025.

ANDRADE, Juliana de Souza; CASSUNDÉ, Fernanda Roda; BARBOSA, Milka Alves Correira. Da liberdade à "gaiola de cristal": sobre o produtivismo acadêmico na pós-graduação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, Paraíba, v. 9, n. 1, p. 169-197, 2019. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10219834. Acesso em: 21 set. 2025.

ANGWAOMAODOKO, Ejuchegahi Anthony. Addressing the Root Causes of Plagiarism: Strategies For Promoting Originality and Critical Thinking in Student Writing at Tertiary Institutions. **Traektoriâ Nauki**, Ucrânia, v. 11, n. 03, p. 8001-8007, 2025. Disponível em: https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=1392019. Acesso em: 06 abr. 2026.

ARAÚJO, Elani Regis Oliveira de. O plágio na pesquisa científica do ensino superior. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, p. 93-107, 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/11725. Acesso em: 12 jul. 2025.

ARAÚJO, Gilson Soares de; FERREIRA, Ed Wilson Tavares; FRANÇA, Mauro Sergio de. Percepção sobre plágio: uma discussão com jovens pesquisadores participantes de projetos de pesquisa e bolsas de iniciação científica do IFMT campus São Vicente. **Revista Cocar**, Pará, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em:

https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8828. Acesso em: 06 jul. 2025.

ARAÚJO, Priscilla Mara Bermudes. **Dispositivos normativos e ensino sobre integridade em pesquisa na perspectiva da política de informação nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil**. 2025. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IBICT_fc0db1dc95c6fb7474d7de9f3ad2ed17. Acesso em: 10 nov. 2025.

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Inteligência Artificial Generativa no Contexto da Transformação do Trabalho Docente. **Educação em revista**, Minas Gerais, v. 40, e48078, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/WMcSGNHJbgMKzh3WgTh4MSb/?lang=pt&utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 28 jan. 2025.

BARBOSA, Mayck Silva; VIEIRA, Silveny Meiga Alves; RAFAEL, Daniela Rocha. Conhecimento de alunos brasileiros de Ensino Superior sobre plágio acadêmico. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 4, p. 43-55, 2018. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2567/2414. Acesso em: 30 mai. 2025.

BARBOSA, Kelly Cristina. **diagnóstico sobre parâmetros de layout e de acessibilidade nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe.** 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/16788/2/KELLY_CRISTINA_BARBOSA.pdf. Acesso em: 09 jun. 2025.

BARBOSA, Paulo Sérgio da Silva; SILVA, Allan Gustavo Freire da.; BARRETO, Laís Karla da Silva; PEREIRA, Tarciara Magley da Fonseca. Diagnóstico organizacional e análise SWOT: um estudo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Sumé-PB. **Saber Humano:** Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 23, p. 38-57, 2023. Disponível em: https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/623/599. Acesso em: 28 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2020.

BARRETO, Aline Maria Passos; ÁVILA, Flávia de. A Inteligência Artificial diante da integridade científica: um estudo sobre o uso indevido do ChatGPT. **Revista Direitos Culturais**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 45, p. 91-106, 2023. Disponível em: https://san.uri.br/revistas/index.php/direitosculturais/article/view/1373. Acesso em: 25 jan. 2025.

BATISTA, Daniela Santos; COSTA, Renata Ferreira. Estudo da percepção de estudantes universitários sobre o plágio acadêmico. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 9, n. especial, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/347/446. Acesso em: 19 set. 2025.

BEDÊ, Fayga Silveira; MESQUITA, Érica Linhares; PUCCI, Fernanda Patrícia Lima de

Oliveira. (2018). Receita fast food para O Autoplágio em Direito: duas doses de ensino jurídico homogeneizante e uma de produtivismo acadêmico - bata tudo até obter uma massa uniforme de pesquisadores-copistas - sirva com moderação. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 13, n. 3, 1205–1231, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/34878/pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

BERLINCK, Roberto Gomes de Souza. The academic plagiarism and its punishments: a review. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 365–372, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbfar/a/NSKmtjc7cjJ98WQ5Lm7LTdv/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 18 jul. 2025.

BIANCHETTI, Lucídio; VALLE, Ione Ribeiro. Produtivismo acadêmico e decorrências às condições de vida/trabalho de pesquisadores brasileiros e europeus. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 22, p. 89-110, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/McWkP54pFcYWp9t9Y48YftJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 out. 2025.

BIANCHETTI, Lúcido; ZUIN, Antônio A. S.; FERRAZ, Obdália. **Publique, apareça ou pereça:** produtivismo acadêmico, "pesquisa administrada" e plágio nos tempos da cultura digital. Salvador: EDUFBA, 2018.

BOA SORTE, Paulo; FARIAS, Mário André de Freitas; SANTOS, Allessandra Elisabeth do; SANTOS, Jefferson do Carmo Andrade; DIAS, Jamile Santos dos Santos Rodrigues. Inteligência Artificial e escrita acadêmica: o que nos reserva o algoritmo GPT-3? **Rev. EntreLínguas**, Araraquara, v. 7, p.1-22, 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/15352. Acesso em: 01 jul. 2026.

BORGES, Jussara; HARTHMANN, Helena Potira Martins; BARROS, Susane Santos. A competência em informação no enfrentamento ao plágio no ambiente acadêmico. **Logeion:** Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, e-6921, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/291785. Acesso em: 06 jul. 2025.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-37172012000100007. Acesso em: 21 set. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 06 jul. 2025.

BRASIL. Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 07 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9610-19-fevereiro-1998-365399-norma-pl.html. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Como produzir textos acadêmicos e científicos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2024.

CAMPANHÃO, Ligia Maria Barrios; MEDEIROS, Bruno Cesar Cassani; SANTOS, Stefanny Batista dos; TITO, Ana Yenny Molleapaza; CURCIO, Ana Paula; BELO, Juliana Morais; PEREIRA, Luís Eduardo Santos; HAAS, Celia Maria. O Plágio a partir da Percepção dos Alunos da Educação Superior a Distância. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 49, p. e136476, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/R5pdzT8tSFsDSNHDrTMMhBS/?lang=pt. Acesso em: 09 ago. 2025.

CARDOSO NETO, Vilobaldo; OLIVEIRA, Samyle Regina Matos; MENESES, Guilherme Guimarães Santos. Plágio, literatura e breves reflexões sobre o artigo 184 do Código Penal Brasileiro. **Rev. Eletrônica Direito Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 257, 2019. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/4982. Acesso em: 06 jul. 2025.

CARROLL, Jude. Para que não se confunda a gestão do plágio estudantil com questões de ética, fraude e ludíbrio: o que nos ensina a experiência do ensino superior europeu. *In:* ALMEIDA, Filipe; SEIXAS, Ana; GAMA, Paulo; PEIXOTO, Paulo; ESTEVES, Denise (Coords.). **Fraude e plágio na universidade:** a urgência de uma cultura de integridade no ensino superior. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016. p. 59-98. Disponível em: https://books.uc.pt/chapter?chapter=69355. Acesso em: 06 jul. 2025.

CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa; FREITAS, Flávia Oliveira. Indícios de autoria em textos de estudantes do Ensino Fundamental. **Interdisciplinar**, Sergipe, v. 22, p. 207-222, 2015. Disponível em: https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1304/3/Ind%c3%adcios%20de%20autoria%20em%20textos%20de%20estudantes%20do%20ensino%20fundamental.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Diagnóstico Institucional da Universidade Federal da Paraíba a partir da Análise SWOT. **Meta:** Avaliação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2019. Disponível em: https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/2270. Acesso em: 26 ago. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico:** fundamentos e aplicações**.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Orientações CAPES:** combate ao plágio. Brasília: CAPES, 2011. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/OrientacoesCapes_CombateAoPlagio.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Diretrizes comuns da Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu.** Brasília: CAPES, 2025. 79 p. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028. Acesso em: 25 mar. 2025.

CONGRESSOS BRASILEIROS DE ÉTICA E INTEGRIDADE EM PESQUISA - BRISPE. **Declaração Conjunta sobre Integridade em Pesquisa do II Encontro Brasileiro de Integridade em Pesquisa, Ética na Ciência e em Publicações.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://fapesp.br/boaspraticas/JointStatementonResearchIntegrity_IIBRISPE_2012_Portuguese.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Diretrizes de integridade na pesquisa apoiada pelo CNPq**. Brasília, DF: CNPq, 2016. Atualizado em: 13 mar. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/diretrizes?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 14 jul. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **CNPq institui Política de Integridade na Atividade Científica, que estabelece normas e boas práticas de atuação.** Brasília, DF: CNPQ, 2026a. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-publica-portaria-que-institui-politica-de-integridade-na-atividade-cientifica. Acesso em: 25 mar. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 47. ed., p. 4, 2026b. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-cnpq-n-2.664-de-6-de-marco-de-2026-691779232. Acesso em: 05 ago. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ÉTICA PARA AS CIÊNCIAS DA VIDA (Portugal). **Integridade na atividade científica:** princípios, valores e boas práticas. Lisboa: CNECV, 2018. Disponível em: https://www.ufp.pt/app/uploads/2019/06/IntegridadeCNECV2018.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).** [*s.d.*]. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/camaras-tecnicas-e-comissoes-backup/conep. Acesso em: 17 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). **Resoluções**. Brasília: CNS, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/resolucoes. Acesso em: 18 abr. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Norma Operacional nº 001, de 2013.** Organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil. Brasília: CNS, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-

nacional-de-saude/pt-br/camaras-tecnicas-e-comissoes/conep/legislacao/norma/norma-operacional-no-001-de-2013.pdf/view. Acesso em: 17 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: CNS, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view. Acesso em: 17 jul. 2025.

COUGHLIN, Steven S.; BARKER, Amyre; DAWSON, Angus. Ethics and scientific integrity in public health, epidemiological and clinical research. **Public health reviews**, [*s.l.*], v. 34, p. 1-13, 2012. Disponível em: https://publichealthreviews.biomedcentral.com/counter/pdf/10.1007/BF03391657.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

COSTA, Renata Ferreira; LIMA, Cinthia Almeida. Promoção do Letramento Acadêmico contra a prática de plágio. **Revista Prolíngua**, Paraíba, v. 13, n. 2, p. 141-152, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/41764/22166. Acesso em: 05 set. 2025.

DINIZ, Debora; TERRA, Ana. **Plágio:** palavras escondidas. Brasília: LetrasLivres; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

DISANTARA, Fradhana Putra. Plagiarisme dalam Perguruan Tinggi: Hubungan Kekuasaan dan Aspek Hukum. **Rechtsidee**, [*s.l.*], v. 7, 2020. Disponível em: https://rechtsidee.umsida.ac.id/index.php/rechtsidee/article/view/714/704. Acesso em: 18 jul. 2025.

DRUMMOND, Victor Gameiro. A crueza e crueldade do plágio acadêmico no Brasil: um círculo antivirtuoso. *In*: WACHOWICZ, Marcos; GRAU-KUNTZ, Karin (orgs.). **Estudos de Propriedade Intelectual em Homenagem ao Prof. Dr. Denis Borges Barbosa.** Curitiba: IODA, 2021. p. 521-534. Disponível em: http://eprints.bournemouth.ac.uk/37540/1/1_Estudos-de-Propriedade-Intelectual-em-homenagem-ao-Prof_Dr_Denis-Borges-Barbosa.pdf#page=521. Acesso em: 22 out. 2025.

FACULDADE BAIANA DE DIREITO E GESTÃO (FBDG). **Regulamento para o uso de IA Generativa na Faculdade Baiana de Direito em provas, avaliações e trabalhos de conclusão de curso.** Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2024. 5 p.

FERREIRA, Marcello; COSTA, Marcos Rogério Martins; MEIRA, Érika Nazaré Gadelha; SILVA FILHO, Olavo Leopoldino da. Inteligência Artificial na Educação Superior-avanços e dilemas na produção acadêmica. **EmRede -** Revista de Educação a Distância, Brasília, v. 11, 2024. Disponível em: https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/1019/869. Acesso em: 23 jan. 2026.

FERREIRA, Marília Mendes; FREITAS, Mariana Santana. Ações Educativas para a Prevenção do Plágio: um estudo de Universidades no Brasil e no exterior. *In*: FERREIRA, Marília Mendes; LOUSADA, Eliane Gouvêa. **Pesquisas sobre letramento em contexto universitário:** a produção do Laboratório de Letramento Acadêmico (LLAC) da USP. São Paulo: Letraria Editora, 2021. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/372336089_ACOES_EDUCATIVAS_PARA_A_PREVENCAO_DO_PLAGIO_UM_ESTUDO_DE_UNIVERSIDADES_NO_BRASIL_E_NO_EXTERIOR. Acesso em: 15 jul. 2025.

FÓRUM DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS, SOCIAIS APLICADAS, LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES - FCHSSALLA. **Diretrizes para a ética na pesquisa e a integridade científica**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2024. 28 p. Disponível em: https://compos.org.br/diretrizes-para-a-etica-na-pesquisa-fchssalla/. Acesso em: 23 jul. 2025.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). **Código de boas práticas científicas**. São Paulo: FAPESP, 2014. Disponível em: https://fapesp.br/boaspraticas/2014/FAPESP-Codigo_de_Boas_Praticas_Cientificas.pdf. Acesso em: 25 set. 2026.

FÜHR, Fabiane; ARAÚJO, Paula Carina de. A produção científica sobre plágio indexada na biblioteca digital SciELO. *In*: CONGRESSO DE DIREITO DE AUTOR E INTERESSE PÚBLICO, 14., Curitiba, 2020, **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba: CODAIP, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Paula-Carina-De-Araujo/publication/346373709_A_producao_cientifica_sobre_plagio_indexada_na_Scientific_Library_Online_SciELO/links/5fbf1d8e299bf104cf7a45ff/A-producao-cientifica-sobre-plagio-indexada-na-Scientific-Library-Online-SciELO.pdf Acesso em: 07 jul. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Isabela Motta. **Manual como elaborar um plano de marketing.** Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2013. Disponível em: https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MG/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Plano+de+Marketing.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

GOMES, Pedro Henrique de Siqueira Ferreira; MENEZES, João Paulo Cunha de. Percepção do Conceito de Plágio no curso de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 1, p. 55-76, 2022. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/3572/299. Acesso em: 16 mai. 2025.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** 8. ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

GONZÁLEZ, José Antonio Canchola; ZUTA, Patricia Medina; BARÓN-VELANDIA, Benjamín. Scientific Integrity in Educational Research Processes. **Praxis Pedagógica**, Tunja, v. 23, n. 35, p. 1-4, 2023. Disponível em: https://revistas.uniminuto.edu/index.php/praxis/article/view/3481/3389. Acesso em: 20 ago. 2025.

GOOGLE MAPS. **Fachada do IFS.** 2025. Disponível em: https://encurtador.com.br/CdKc. Acesso em: 25 ago. 2025.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; HILÁRIO, Carla Mara; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. As dimensões do fenômeno produtivismo acadêmico e seu efeito danoso na atividade científica. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 30, p. e138768, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/emquestao/a/gyfytftvTksWwnMchBqBgKq/. Acesso em: 08 jul. 2025.
INTERNATIONAL CENTER FOR ACADEMIC INTEGRITY (ICAI). **WHO WE ARE**. 2025. Disponível em: https://academicintegrity.org/aws/ICAI/pt/sp/home_page. Acesso em: 20 mar. 2025.

INSTITUTO ALBERTO LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE). **Apresentação.** [*s.d*.]. Disponível em: https://coppe.ufrj.br/apresentacao/. Acesso em: 17 jul. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). Conselho Superior. **Instrução Normativa nº 06, de 05 de junho de 2024**. Regulamenta a elaboração de Trabalho de Conclusão de Cursos – TCC no âmbito do IFS. Anexo da Portaria nº 1279, de 06 de junho de 2024. Aracaju: IFS, 2024. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/proen/IN_062024_Regulamenta_a_elaboracao_de_Trabalho_de_Conclusao_de_Cursos TCC_no_ambito_do_IFS.pdf. Acesso em: 05 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). Conselho Superior. **Recomendação nº 05/2020/CD/IFS, de 15 de julho de 2020**. Recomenda a aprovação da Instrução Normativa 04/2020/PROEN, que regulamenta a elaboração de Trabalho de Conclusão de Cursos – TCC do IFS. Aracaju: IFS, 2020b. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/arquivos/Proen/Documentos_Internos/CD_05.2020_-recomenda_aprovao_da_IN_04.2020_PROEN_Trabalho_de_Concluso_de_Cur_1.pdf. Acesso em: 07 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). Conselho Superior. **Resolução CS/ IFS nº 113, de 21 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Aracaju: IFS, 2021. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/1Documentos/2018/1-Janeiro/Resoluo_CS-IFS_113.pdf. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). Conselho Superior. **Resolução CS/IFS nº 206, de 13 de julho de 2023**. Aprova a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, interstício 2020-2024, do IFS. Aracaju: IFS, 2023a. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/prodin/2023/DPG/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS-IFS_206.2023_Aprova_a_revis%C3%A3o_do_PDI_2020-2024-24.07.pdf. Acesso em: 07 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). Conselho Superior. **Resolução CS/IFS nº 213**, **de 11 de outubro de 2023**. Referenda a Resolução CS/IFS nº 199, de 23 de maio de 2023, que aprovou o Regulamento de Medidas Socioeducativas aplicadas ao corpo discente do IFS, altera sua nomenclatura para Regulamento Disciplinar Discente e dá outras providências. Aracaju, 2023b. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/images/proen/Resolucao_CS_IFS_2132023_Referenda_a_Resolucao_199__altera_sua_nomenclatura_para_Regulamento_Disciplinar_Discente_e_da_outras_providencias.pdf. Acesso em: 05 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). **Contatos, endereços e horários de funcionamento,** 2025a. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/institucional/contatos-e-enderecos.html. Acesso em: 21 out. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). **Estrutura Organizacional e endereço das unidades de atendimentos,** 2025b. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/institucional/estrutura-organizacional. Acesso em: 25 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). **Histórico / Memorial**. São Cristóvão, 2017. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/historico-memorial. Acesso em: 11 ago. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE (IFS). **Pró-Reitorias**. Aracaju, 2020a. Disponível em: https://www.ifs.edu.br/reitoria/pro-reitorias.html. Acesso em: 24 ago. 2025.

KOTTOW, Miguel. História da ética em pesquisa com seres humanos. **RECIIS** – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 2, supl. 1, p. 7-18, 2008. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/863. Acesso em: 15 ago. 2025.

KRETSER, Alison; MURPHY, Delia; BERTUZZI, Stefano; ABRAHAM, Todd; ALLISON, David B.; BOOR, Kathryn J.; DWYER, Johanna; GRANTHAM, Andrea; HARRIS, Linda J.; HOLLANDER, Rachelle; JACOBS-YOUNG, Chavonda; ROVITO, Sarah; VAFIADIS, Dorothea; WOTEKI, Catherine; WYNDHAM, Jessica; YADA, Rickey. Scientific integrity principles and best practices: recommendations from a scientific integrity consortium. **Science and Engineering Ethics**, Inglaterra, v. 25, p. 327-355, 2019. Disponível em: https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s11948-019-00094-3.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

KROKOSCZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, 2011. Disponível em: https://goo.gl/bKL6MB. Acesso em: 20 fev. 2025.

KROKOSCZ, Marcelo. **Autoria e plágio:** um guia para estudantes, professores, pesquisadores e editores. São Paulo: ATLAS, 2012. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1588. Acesso em: 20 fev. 2025.

KROKOSCZ, Marcelo. Eficiência de softwares nacionais e internacionais na detecção de similaridade e de plágio em manuscrito. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 4, p. 15, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10102141. Acesso em: 23 jan. 2026.

KROKOSCZ, Marcelo. **Outras palavras:** análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno. 2014. 160 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002780283. Acesso em: 20 fev. 2025.

KUMAR, Narender.; KUMAR, Anil. Awareness, attitude, and perception of postgraduate students towards plagiarism: A case study of Chaudhary Ranbir Singh University, Jind, Haryana (India). **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, Peru, n. 86, p. 253-268, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.5195/biblios.2023.883. Acesso em: 26 out. 2025.

KUZMENKO, Anastasiia; SOLODIUK, Nataliia; PETROVA, Yana; KOZINETS, Inna. Cultura de integridade académica dos estudantes de pós-graduação na Ucrânia: Peculiaridades de desenvolvimento e formação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, n. esp. 2, e023050, 2023. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/18782/17129. Acesso em: 30 mai. 2025.

INTERNATIONAL CENTER FOR ACADEMIC INTEGRITY - TURNITIN. **Pilares da integridade acadêmica**. Turnitin Brasil, 2018. Disponível em: https://www.turnitin.com.br/blog/compreendendo-a-integridade-academica-e-porque-priorizar-a-construcao-desta-cultura-em-sua-ies. Acesso em: 26 mar. 2026

LEÃO, José Bruno Martins; IOCOHAMA, Celso Hiroshi. O plágio acadêmico e a pesquisa científica: reflexão sobre a importância da manutenção da integridade na construção do conhecimento e na elaboração de documentos. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 15, n. 37, p. 29-48, 2023. Disponível em: https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1459/1203. Acesso em: 12 jul. 2025.

LEITÃO, Helen; ALMEIDA, Patrícia de; SIMÕES, Maria da Graça; MARTINEZ-ÁVILA, Daniel. Ação das bibliotecas acadêmicas na prevenção do plágio. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 42, n. 3, p. 239-251, 2019. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4536/4297. Acesso em: 12 jul. 2025.

LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica**: métodos e técnicas de pesquisa (monografias, dissertações, teses e livros). 5. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

LEITE, Maykon Stanley Ribeiro; GASPAROTTO, Angelita Moutin Segoria. Análise Swot e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância. **Revista Interface Tecnológica**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 184–195, 2018. Disponível em: https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/450. Acesso em: 09 fev. 2026.

LIMA, Dartel Ferrari de; LIMA, Lohran Anguera; ANDRÉ, Tamara Cardoso. O plágio na produção científica: uma desonestidade acadêmica reprovável. **Sociedade em Debate**, Paraíba, v. 27, n. 3, p. 265-277, 2021. Disponível em: https://rle.ucpel.edu.br/rsd/article/view/3022. Acesso em: 15 jul. 2025.

LIMA, Jéssica Caroline Rodrigues de; FELIPPE, Maíra Longhinotti. Integridade acadêmica na era do ChatGPT: Desafios éticos e as novas fronteiras da Inovação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 25, p. 17803-17803, 2025. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/17803. Acesso em: 25 jan. 2025.

LIMA, Mariana Batista de. **Ctrl+C/Ctrl+V:** plágio ou estratégia? - representações de professores universitários sobre a escrita de seus alunos. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

LIMA, Thaís Aparecida de; FURNIVAL, Ariadne Chloë Mary; CASARIN, Helen de Castro Silva; MARTÍNEZ, Marta Pagán. A competência em informação na escrita acadêmica para evitar o plágio: um estudo com universitários brasileiros. **Informação & Informação**, Londrina, v. 28, n. 3, 255–279, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2023v28n3p255. Acesso em: 15 mai. 2025.

LOPES, Thiago Beirigo; COSTA, Dailson Evangelista; BRACHOT, Luís Andrés Castillo; CARNEIRO, Raylson dos Santos. Desafios no combate ao plágio na comunidade científica: perspectivas de experiências editoriais. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 24, n. 82, p. 906-924, 2024. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/31424. Acesso em: 05 ago. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Ética, integridade e cultura de integridade: reflexões a partir do contexto brasileiro. **Horizontes**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. e023031-e023031, 2023. Disponível em: https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/1624/740. Acesso em: 30 mai. 2025.

MARQUES, Eduardo Ângelo; CORRÊA, Júlio César da Silva. Plágio no ensino superior: por que? e como ocorre? **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, Espanha, v. 2, n. 3, 2016. Disponível em: https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/riai/article/view/4220. Acesso em: 25 abr. 2025.

MARQUES, Fabrício. Delação premiada**. Revista Pesquisa FAPESP**, 16 ago. 2025. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/delacao-premiada/. Acesso em: 22 out. 2025.

MARIANI JUNIOR, João Marcos; TORTORELI, Adélia Cristina. O plágio acadêmico além das instituições de ensino superior: consequências no âmbito jurídico. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UNICESUMAR, 7., 2021, Maringá, **Anais eletrônicos [...]**. Maringá: Unicesumar, 2021. Disponível em: https://www.unicesumar.edu.br/anais-epcc-2021/wp-content/uploads/sites/236/2021/11/442.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Nós e os índices: a propósito da pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 144-149, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/CZ3dTxSWWPcHXPxppXvf6WM/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 21 set. 2025.

MELO, Thalita Medeiros. **Plágio e autoplágio:** (re)conhecer para prevenir. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/15652/1/Pl%C3%A1gio%20e%20autopl%C3%A1gio_%28re%29conhecer%20para%20prevenir.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

MINAYO**,** Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO**,** Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26. ed. Editora Vozes, 2007.

MORAES, Andrielly de Araújo; LIRA, Cristiano Raimundo Barbosa; GUIMARÃES, Lucas Galvão; OLIVA, Luiza Maristela de Souza. A Inteligência Artificial e a sua contribuição para o plágio acadêmico no ensino superior. *In*: OLIVA, Luiza Maristela de Souza; CARMO, Wanilce do Socorro Pimentel do (org.). **O papel do professor no século XXI***:* desafios e perspectivas. Belo Horizonte, MG: Editora Poisson, 2025. p. 51-58.

MORAIS, Andrea da Luz Cerqueira de; SANTOS, José Carlos Sales dos. O plágio em publicações científicas e a percepção dos graduandos em biblioteconomia e documentação do instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/64616. Acesso em: 15 mai. 2025.

MOREIRA, Elisabete de Abreu e Lima. **Administração geral e pública:** para concursos. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/64616. Acesso em: 12 jul. 2026.

NASCIMENTO, Larissa Coimbra. **A competência em informação e os usuários do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do protocolo e arquivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS) do campus São Cristóvão.** 2023 168 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18164/2/LARISSA_COIMBRA_NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 15 ago. 2025.

NEK, Rashida; EISENSTADT, R. Anita**. Review of federal agency policies on scientific integrity**. Washington, DC: Institute for Defense Analyses, 2016. Disponível em: https://www.ida.org/-/media/feature/publications/r/re/review-of-federal-agency-policies-on-scientific-integrity/d-8305.ashx. Acesso em: 19 jun. 2025.

NEVES, Maria do Céu Patrão. On (scientific) integrity: conceptual clarification. **Medicine, Health Care and Philosophy**, v. 21, n. 2, p. 181-187, 2018. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11019-017-9796-8. Acesso em: 24 set. 2026.

NUNES, Martha Suzana Cabral. **Metodologia universitária em 3 tempos**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2021. 52 p. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/14940. Acesso em: 16 ago. 2025.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, José Gláucio Brito Tavares de. **Autoria e plágio em trabalhos acadêmicos:** políticas e ações de combate a contrafação no contexto universitário. 2016. 67 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Processos Institucionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/3892dcda-ec4b-4733-ba9a-20478f52cbed/content. Acesso em: 12 abr. 2025.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB. Conselho Federal. **Proposição n. 2010.19.07379-01.COP**. Brasília: CFOAB, 2010. Disponível em: https://www.oab.org.br/editora/revista/Revista_10/julgados/Proposicao_2010.19.07379-01.COP.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

PÁDUA, Gabriela Cristina Cantisani; GUILHEM, Dirce. Integridade científica e pesquisa em saúde no Brasil: revisão da literatura. **Revista Bioética**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 124-138, 2015. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/993. Acesso em: 20 abr. 2025.

PÁDUA, Gabriela Cristina Cantisani. **Integridade científica:** responsabilidades compartilhadas. 2018. 105 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32572/1/2017_GabrielaCristinaCantisaniPadua_PARCIAL.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

PEDRO, Ana Paula da Silveira Simões. Ética e integridade na investigação e na formação: percursos de um caminho (ainda) por fazer – o caso português. **Horizontes**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. e023049-e023049, 2023. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1684/764. Acesso em: 30 mai. 2025.

PEREIRA, Manuelli de Souza Vasconcelos; CORRÊA, Carla Patrícia Quintanilha. Plágio na formação docente: o atalho dos dias atuais. **Revista Intersaberes**, Paraná, v. 16, n. 38, p. 797–817, 2021. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2073. Acesso em: 22 out. 2025.

PEREIRA, Maria Edvânia da Silva. **Acesso à Informação sobre boas práticas em pesquisa**: Guia de Ética e Integridade Científica na Universidade Federal de Sergipe, 2025. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2025. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/24222/2/MARIA_EDVANIA_SILVA_PEREIRA.pdf. Acesso em: 23 set. 2026.

PEREIRA, Maria Edvânia da Silva; BONIFÁCIO, Renata Ferreira Costa. Integridade científica em instituições de ensino superior no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., Aracaju, 2023, **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/258690. Acesso em: 15 mai. 2025.

PITHAN, Lívia Haygert; OLIVEIRA, Alice Pacheco. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. **Revista AMRIGS**, Rio Grande do Sul, 2013. p. 240-245. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/13014. Acesso em: 16 ago. 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Editora Feevale, 2013.

PUGA, Maria Eduarda dos Santos; CARMO, Andreia Cristina Feitosa do; SOUSA, Flávio Castro de; MAGALHÃES, Fábio Luís Falchi. Conceitos de integridade científica aplicada as revistas do Portal de Periódicos da UNIFESP. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PORTAIS DE PERIÓDICOS, 2., Campinas, 2019. **Anais [...].** Campinas: SBU/UNICAMP, 2019. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/enapp/article/view/1546. Acesso em: 02 ago. 2025.

REAL ACADEMIA ESPANHOLA. **Dicionário de língua espanhola**, 23. ed., 2024. Disponível em: https://dle.raes.es. Acesso em: 12 mar. 2025.

RENNÓ, Rodrigo. **Administração Geral para Concursos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 434 p.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Dissertação cancelada. **Revista Pesquisa FAPESP**, 2024. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/dissertacao-cancelada/. Acesso em: 22 out. 2025.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Perfil da retratação de artigos de autores brasileiros. **Revista Pesquisa Fapesp**, n. 314, abr. 2022. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/perfil-da-retratacao-de-artigos-de-autores-brasileiros/. Acesso em: 07 ago. 2025.

RUSSO, Marisa. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, p. 189-198, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/16.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANCHES, Tatiana. Citar e referenciar: uma estratégia formativa para o uso ético da informação e prevenção do plágio em meio académico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 24, n. 3, p. 59-72, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/hNDBzcbrwyy9bYGTFVt7wDS/?format=pdf&lang=pt&ilang=en. Acesso em: 15 mai. 2025.

SAYEDA, Shaikh Kaniz. Plagiarism in Academic and Professional Settings: Dimensions, Consequences and Preventive Measure. **Bangladesh Journal of Bioethics**, Bangladesh, v. 15, n. 1, p. 22–24, 2024. Disponível em: https://bjbio.bioethics.org.bd/index.php/BJBio/article/view/109/109. Acesso em: 18 jul. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERIANO JUNIOR, Ely; CUNHA, Diego de Oliveira da; ZOUAIN, Deborah Moraes; GONÇALVES, Clayton Pereira. Produtivismo acadêmico e suas consequências para a produção científica na área de Administração. **REAd -** Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 343-374, 2021. Disponível em: scielo.br/j/read/a/x5wvyNKhswsV6LcG34wrQcd/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 set. 2025.

SILVA, Aletéia Karina Lopes; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Plágio no meio acadêmico: de que forma alunos de pós-graduação compreendem o tema. **Perspectivas Contemporâneas**, Cascavel, v. 3, n. 2, p. 117–135, 2008. Disponível em:

https://scispace.com/pdf/plagio-no-meio-academico-de-que-forma-alunos-de-pos-2ubzsvyyo7.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

SILVA, Anielson Barbosa da. Produtivismo acadêmico multinível: Mercadoria performativa na pós-graduação em administração. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 59, n. 5, p. 341-352, 2019. Disponível em: scielo.br/j/rae/a/vmR8Zwwnj74HvnRYKtP5h3b/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 ago. 2025.

SILVA, Débora Souza da. **Minicurso de escrita autoral: roteiro para o(a) professor(a)**. 1. ed. Sergipe: Instituto Federal de Sergipe, 2021. Orientadora: Elza Ferreira Santos. Disponível em: https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/1913/1/Roteiro%20Minicurso%20Escrita%20Autoral%20D%c3%89BORA%20SOUZA.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p.

SILVA, Priscilla Chantal Duarte; TEIXEIRA, Ricardo Luiz Perez; SANTOS, Cristine. A técnica do ctrl+ ce ctrl+ v: um estudo sobre a prática do plágio no meio acadêmico entre os estudantes de uma universidade brasileira. **Research, Society and Development,** Minas Gerais, v. 8, n. 1, p. 01-18, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5606/560662192043/560662192043.pdf. Acesso em: 23 set. 2026.

SILVEIRA, Carlos Roberto; ALMEIDA, Alexandre Marchioni Leite de. Integridade ética na pesquisa: plágio acadêmico e aspectos jurídicos. **Horizontes**, São Paulo, v. 41, n. 1, 2023. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1619. Acesso em: 06 jul. 2025.

SILVEIRA, Zélia Pires da; ARRUDA, Eucídio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Plágio na academia: casos da Universidade Federal de Minas Gerais. **Atos de Pesquisa em Educação**, Santa Catarina, v. 16, p. e8785, 2021. Disponível em: https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8785. Acesso em: 21 out. 2025.

SIQUELLI, Sônia Aparecida. Inteligência Artificial no contexto da ética em pesquisa em educação: a integridade acadêmica e científica em crise?. **Práxis Educativa**, Paraná, v. 20, p. 1-10, 2025. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10392554. Acesso em 25 jan. 2025.

SOARES, Ana Karine de Araújo. Publish or Perish: Em Tempos de Inteligência Artificial, quem publica pouco é Rei?. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. e3814849377-e3814849377, 2025. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/49377/38635. Acesso em: 25 jan. 2025.

SOARES, Márlon Herbert Flora Barbosa; ARAUJO, Maria Helena. Integridade Acadêmica e Científica: Essência da Ética e do Conhecimento. **Revista Virtual de Química**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, 2024, p. 801-802. Disponível em: https://s3.sa-east-

1.amazonaws.com/static.sites.sbq.org.br/rvq.sbq.org.br/pdf/v16n6a01.pdf. Acesso em: 10 ago. 2025.

SOEIRO, Vanessa Moreira da Silva; GONDIM, Edinolia Portela; VIANA, Lucian da Silva; GOIABEIRA, Yara Nayá Lopes de Andrade; LIMA, Janielle Ferreira de Brito. O plágio na produção científica na área da saúde: uma revisão da literatura. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 57-64, 2019. Disponível em: https://unipar.openjournalsolutions.com.br/index.php/saude/article/view/6896. Acesso em: 06 jun. 2025.

SOUSA-SILVA, Rui; ABREU, Bruna. Plágio: um problema forense. **Language and Law/ Linguagem e Direito**, Porto, v. 2, n. 2, p. 90-113, 2015. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/83211/2/124553.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

SOZON, Md; ALKHARABSHEH, Omar Hamdan Mohammad; FONG, Pok Wei; CHUAN, Sia Bee. Cheating and plagiarism in higher education institutions (HEIs): A literature review. **F1000Research**, [*s.l.*], v. 13, p. 788, 2024. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC11489843/. Acesso em: 06 jul. 2026.

TRINDADE, Maria Eduarda. Diretrizes do CNPq e guias da USP reforçam integridade e transparência no uso de IA. **Faculdade de Odontologia da USP**, São Paulo, 22 abr. 2026. Disponível em: https://site.fo.usp.br/noticias/diretrizes-do-cnpq-e-guias-da-usp-reforcam-integridade-e-transparencia-no-uso-de-ia/. Acesso em: 10 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 57/2025, de 30 de setembro de 2025**. Revoga a Resolução nº 53/2019 e institui a Política de Integridade Acadêmica e Científica no âmbito da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2025. 7 p. Disponível em: https://www.prpg.ufpb.br/wp-content/uploads/sites/305/sites/305/2025/10/Resolucao_Integridade-em-trabalhos-academicos_Consepe_n_57.2025.pdf. Acesso em: 05 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. **Resolução nº 09/2016/CONEPE, de 31 de março de 2016**. Define normas para responsabilização pela prática de plágio acadêmico no âmbito da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE: CONEPE, 2016. 5 p. Disponível em: https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/verProducao?idProducao=3604106&key=644c6b85feedbbddcb1961adcf8e7748. Acesso em: 05 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. **Instrução Normativa nº 08, de 2019.** Altera e estabelece normas para elaboração da qualificação e da dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. São Cristóvão, SE: PPGCI/UFS, 2019. Disponível em: https://ppgci.ufs.br/uploads/page_attach/path/9031/IN_N._08_2019_FORMATO_DA_DISSERTA__O.pdf. Acesso em: 06 nov. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Resolução nº 149/2008 - CONSEPE, de 04 de novembro de 2008**. Dispõe sobre os direitos da propriedade intelectual da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e dá outras providências. Rio Grande do Norte: UFRN, 2008. Disponível em: https://sigrh.ufrn.br/publico/colegiados-

superiores/resolucao?id=2&idTipoResolucao=2&ano=2008&numero=149&palavraChave=propriedade+intelectual. Acesso em: 10 jul. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Resolução nº 157/2013-CONSEPE, de 01 de outubro de 2013.** Regulamenta a proteção aos Direitos Autorais no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Rio Grande do Norte: UFRN, 2013. Disponível em: https://sigrh.ufrn.br/publico/colegiados-superiores/resolucao?id=2&idTipoResolucao=2&ano=2013&numero=157&palavraChave= Acesso em: 10 jul. 2026.

UNIVERSITIES UK.**THE CONCORDAT TO SUPPORT RESEARCH INTEGRITY**. London: Universities UK, 2019. Disponível em: https://www.universitiesuk.ac.uk/sites/default/files/field/downloads/2021-08/Updated%20FINAL-the-concordat-to-support-research-integrity.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

VASCONCELOS, Sonia. Integridade e conduta responsável na pesquisa: grandes desafios. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 200, p. 58–59, 2012. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/integridade-e-conduta-responsavel-na-pesquisa-grandes-desafios/. Acesso em: 25 abr. 2025.

VIARD, Monique de Sá Tavares. **A comunicação da informação científica para a popularização da ciência:** proposta de documentário de divulgação científica para o Instituto Federal de Sergipe. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18117/2/MONIQUE_SA_TAVARES_VIARD.pdf. Acesso em: 07 jun. 2025.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; CASTAMAN, Ana Sara; JUNGES JÚNIOR, Mario Luiz. Produtivismo acadêmico: representação da universidade como espaço de reprodução social. **Avaliação:** Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 26, n. 01, p. 253-269, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/LJXc6k8hdgqCYsgY8zrWw3c/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 out. 2025.

WACHOWICZ, Marcos; COSTA, José Augusto Fontoura. **Plágio acadêmico.** Curitiba: Gedai Publicações/UFPR, 2016. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9127. Acesso em: 13 mar. 2025.

WATANABE, Edson Hirokazu. A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, 2014. Disponível em: https://goo.gl/VlHIym. Acesso em: 24 jan. 2025.

WHITLEY JUNIOR, Bernard E.; KEITH-SPIEGEL, Patricia. Academic integrity as an institutional issue. **Ethics & Behavior**, [*s.l.*], v. 11, n. 3, p. 325-342, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1207/S15327019EB1103_9. Acesso em: 17 set. 2025.

APÊNDICE A – Minuta de resolução institucional sobre o enfrentamento do plágio acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Sergipe

RESOLUÇÃO CS/IFS Nº ..., DE ... DE ... DE 20...

Estabelece diretrizes institucionais voltadas à integridade acadêmica e dispõe sobre a prevenção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de situações relacionadas ao plágio acadêmico no âmbito do Instituto Federal de Sergipe (IFS).

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE faz saber que, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 e o Art. 9º do Estatuto do IFS, considerando a decisão proferida na ..., reunião ordinária do Conselho Superior, ocorrida em ---/--/---, e ainda:

CONSIDERANDO a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Lei nº 9.610/1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, o Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406/2002, o Código Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848/1940, e a Lei nº 13.709/2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais, inclusive em meios digitais;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 06, de 05 de junho de 2024, aprovada pela Portaria IFS nº 1279, de 06 de junho de 2024, que regulamenta a elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do IFS;

CONSIDERANDO a Resolução CS/IFS nº 213, de 11 de outubro de 2023, que aprovou o Regulamento Disciplinar Discente do IFS;

CONSIDERANDO a Política de Integridade na Atividade Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituída pela Portaria CNPq nº 2.664,

de 06 de março de 2026, como referência nacional para o fortalecimento da integridade na atividade científica;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer diretrizes institucionais voltadas à prevenção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de situações relacionadas ao plágio acadêmico, de modo complementar às normativas acadêmicas, avaliativas e disciplinares vigentes no IFS;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma desta Resolução, as diretrizes institucionais para o enfrentamento do plágio no âmbito do Instituto Federal de Sergipe, com a finalidade de promover a integridade acadêmica e orientar a prevenção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de situações relacionadas ao plágio acadêmico em atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e produção acadêmica institucional.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º Esta Resolução possui caráter orientativo e complementar às normativas institucionais vigentes, sem afastar a aplicação das normas acadêmicas, avaliativas, administrativas e disciplinares cabíveis.

Parágrafo único. A aplicação desta Política deverá observar a natureza da ocorrência, as normativas institucionais aplicáveis e as competências das instâncias responsáveis pela análise, avaliação e decisão das situações relacionadas ao plágio acadêmico.

Art. 3º Esta Resolução tem como objetivos:

I – Promover a cultura de integridade acadêmica no âmbito do IFS;

II – Orientar a comunidade acadêmica quanto às práticas éticas relacionadas à autoria, à produção e à disseminação do conhecimento;

III – Estabelecer diretrizes institucionais para prevenção, identificação, encaminhamento e acompanhamento de situações relacionadas ao plágio acadêmico;

IV – Fortalecer ações educativas e formativas relacionadas ao uso responsável da informação, das tecnologias digitais e das ferramentas de Inteligência Artificial Generativa;

V – Orientar procedimentos institucionais relacionados à análise e ao registro das ocorrências de plágio acadêmico;

VI – Articular as dimensões pedagógica, avaliativa, administrativa e disciplinar no tratamento institucional das situações relacionadas ao plágio acadêmico.

Art. 4º São princípios orientadores desta Resolução:

I – Integridade acadêmica;

II – Respeito à autoria e à propriedade intelectual;

III – Responsabilidade ética na produção e disseminação do conhecimento;

IV – Transparência na utilização de fontes, dados, informações, tecnologias digitais e ferramentas de Inteligência Artificial Generativa;

V – Formação contínua da comunidade acadêmica;

VI – Articulação entre ações preventivas, pedagógicas, avaliativas, administrativas e disciplinares;

VII – Proporcionalidade e análise contextualizada das ocorrências;

VIII – Contraditório e ampla defesa nos procedimentos que possam resultar em medidas acadêmicas, administrativas ou disciplinares;

IX – Promoção de boas práticas de pesquisa, escrita acadêmica e comunicação científica.

CAPÍTULO II

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para fins desta Resolução, considera-se:

I – Integridade Acadêmica: conjunto de valores, princípios e práticas que orientam a produção, comunicação, avaliação e disseminação ética do conhecimento;

II – Autoria Acadêmica: responsabilidade intelectual atribuída à pessoa ou às pessoas que contribuem de forma efetiva e significativa para a construção de uma produção acadêmica, incluindo sua concepção, elaboração, análise, interpretação ou desenvolvimento, observados os princípios éticos de reconhecimento da contribuição realizada;

III – Plágio Acadêmico: apresentação de ideias, conceitos, textos, dados, imagens ou quaisquer produções intelectuais de terceiros como se fossem próprias, sem a adequada atribuição de autoria;

IV – Citação e Referenciação: procedimentos destinados ao reconhecimento da autoria e identificação das fontes utilizadas na construção do conhecimento;

V – Similaridade Textual: correspondência identificada entre determinada produção acadêmica e outras produções existentes, cuja análise deverá considerar o contexto acadêmico, a atribuição de autoria, a forma de utilização do conteúdo e as características da produção avaliada;

VI – Dados Pessoais: informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais;

VII – Dados Pessoais Sensíveis: informações pessoais relacionadas a aspectos como origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação sindical ou vinculação a organização de caráter religioso, filosófico ou político, saúde, vida sexual, dado genético ou biométrico, conforme previsto na legislação aplicável à proteção de dados pessoais;

VIII – Ferramenta de Detecção de Similaridade: recurso tecnológico utilizado para auxiliar a identificação de correspondências textuais ou de conteúdo entre produções acadêmicas e outras fontes;

IX – Inteligência Artificial Generativa: tecnologia capaz de produzir, modificar, resumir, reorganizar ou gerar conteúdos textuais, visuais, sonoros, audiovisuais, computacionais ou de outros formatos a partir de comandos fornecidos pelo usuário;

X – Usuário de Ferramenta de Inteligência Artificial: pessoa que utiliza recurso de Inteligência Artificial para auxiliar, produzir, modificar, revisar ou organizar conteúdos relacionados às atividades acadêmicas;

XI – Prompt ou Comando: instrução, pergunta ou orientação fornecida pelo usuário à ferramenta de Inteligência Artificial para obtenção de determinado resultado;

XII – Produção Acadêmica: toda atividade, trabalho, documento ou produto desenvolvido no âmbito das ações de ensino, pesquisa, extensão, inovação e produção institucional, incluindo trabalhos acadêmicos, relatórios, artigos, projetos, produtos educacionais, Trabalhos de Conclusão de Curso, monografias, dissertações, teses, publicações e demais produções acadêmicas;

XIII – Comunidade Acadêmica: estudantes, docentes, pesquisadores, orientadores, servidores técnico-administrativos, colaboradores e demais sujeitos vinculados às atividades acadêmicas desenvolvidas no âmbito do IFS.

Art. 6º O plágio acadêmico e as práticas correlatas de violação da autoria poderão apresentar diferentes formas, incluindo:

I – Plágio Direto: reprodução literal de conteúdo de terceiros sem indicação adequa de autoria;

II – Plágio Indireto: utilização de ideias, argumentos ou conteúdos de terceiros mediante reformulação textual sem atribuição da fonte;

III – Plágio Parcial: apropriação de partes específicas de uma ou mais produções sem adequada referenciação;

IV – Plágio Integral: reprodução completa de produção intelectual de terceiros sem indicação adequada de autoria;

V – Plágio Conceitual: apropriação de ideias, conceitos, argumentos, métodos, estrutura intelectual ou interpretação de terceiros, ainda que com alteração da redação original, sem atribuição adequada da fonte;

VI – Plágio de Fontes: utilização de referências, citações, dados ou informações obtidas em produção de terceiros como se tivessem sido consultadas diretamente pelo autor;

VII – Plágio de Tradução: utilização de conteúdo traduzido de outra produção sem indicação da autoria original e da fonte consultada;

VIII – Plágio por Paráfrase Inadequada: reformulação superficial de ideias ou textos de terceiros sem preservação adequada da atribuição de autoria;

IX – Plágio Consentido: apresentação de produção elaborada por outra pessoa como sendo de autoria própria, ainda que com autorização ou ciência de quem a produziu;

X – Autoplágio: utilização total ou parcial de produção acadêmica própria previamente apresentada, publicada ou divulgada, sem a devida identificação, contextualização ou referência à produção anterior;

XI – Apropriação Indevida de Autoria: atribuição de autoria a pessoas que não contribuíram efetivamente para a produção acadêmica ou exclusão indevida de pessoas que contribuíram de forma significativa.

XII – Apresentação Indevida de Conteúdo Gerado por Inteligência Artificial: apresentação de conteúdo produzido integral ou substancialmente por ferramenta de Inteligência Artificial Generativa como se fosse elaboração intelectual própria, quando houver substituição da participação autoral exigida pela atividade acadêmica ou omissão de uso relevante da ferramenta.

Parágrafo único. A identificação das modalidades previstas neste artigo deverá considerar o contexto da produção, a finalidade da atividade acadêmica, a existência ou ausência de atribuição de autoria, a extensão da apropriação e as normativas institucionais aplicáveis.

CAPÍTULO III

DA PREVENÇÃO E FORMAÇÃO EM INTEGRIDADE ACADÊMICA

Art. 7º O IFS poderá promover, por meio dos setores e instâncias responsáveis e conforme planejamento institucional, ações educativas e formativas voltadas ao fortalecimento da integridade acadêmica e à prevenção do plágio acadêmico.

Art. 8º As ações educativas e formativas poderão compreender:

I – Formação em escrita acadêmica, autoria, citação, paráfrase e referenciação;

II – Orientação sobre uso ético da informação e da propriedade intelectual;

III – Elaboração e divulgação de materiais institucionais orientadores;

IV – Inclusão da temática em componentes curriculares, atividades acadêmicas, programas de iniciação científica, projetos de extensão, ações de inovação e atividades de formação;

V – Capacitação de docentes, orientadores, membros de bancas, servidores técnico-administrativos e demais sujeitos envolvidos no acompanhamento da produção acadêmica;

VI – Orientações relacionadas ao uso responsável de tecnologias digitais, ferramentas de detecção de similaridade e Inteligência Artificial Generativa;

VII – Incentivo à atuação das bibliotecas em ações de orientação sobre normalização, citação, referenciação, busca de fontes e uso ético da informação.

Art. 9º As ações de prevenção deverão priorizar a orientação prévia da comunidade acadêmica, de modo a reduzir dúvidas sobre autoria, citação, referenciação, paráfrase, uso de fontes, produção colaborativa e utilização de ferramentas digitais.

CAPÍTULO IV

DA IDENTIFICAÇÃO, DETECÇÃO DE SIMILARIDADE E ANÁLISE CONTEXTUAL

Art. 10. A utilização de ferramentas eletrônicas de detecção de similaridade poderá ser adotada como instrumento auxiliar de análise e acompanhamento da produção acadêmica.

§1º O relatório produzido por ferramenta tecnológica não constitui, isoladamente, comprovação de plágio acadêmico.

§ 2º Os índices de similaridade textual deverão ser utilizados como elementos auxiliares de análise, sem configurar critérios automáticos para caracterização de plágio acadêmico.

§3º A interpretação dos resultados deverá considerar:

I – Existência de atribuição adequada de autoria;

II – Natureza do conteúdo identificado;

III – Extensão e forma de utilização do conteúdo;

IV – Finalidade da produção acadêmica;

V – Contexto da atividade acadêmica;

VI – Padrões de escrita, citação, referenciação e apresentação de conteúdos próprios da área do conhecimento da produção avaliada;

VII – Existência de citações, referências e demais elementos de identificação das fontes;

VIII – Manifestação dos envolvidos, quando cabível.

Art. 11. A análise de situações relacionadas ao plágio acadêmico deverá observar a razoabilidade, a proporcionalidade, o contraditório, a ampla defesa, a confidencialidade compatível com a natureza do procedimento e a avaliação contextualizada da ocorrência.

CAPÍTULO V

DOS CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PLÁGIO ACADÊMICO

Art. 12. A caracterização do plágio acadêmico deverá considerar a presença de elementos como:

I – Apropriação de conteúdo intelectual alheio;

II – Ausência de atribuição adequada de autoria;

III – Forma de utilização do conteúdo;

IV – Extensão da correspondência identificada;

V – Natureza da atividade acadêmica;

VI – Finalidade da produção apresentada;

VII – Circunstâncias envolvidas na ocorrência;

VIII – Repercussão da conduta sobre a originalidade da produção acadêmica, a atribuição de autoria, o processo avaliativo ou a disseminação do conhecimento.

Art. 13. A identificação do plágio acadêmico deverá resultar da análise contextual dos elementos disponíveis, não se baseando exclusivamente em percentual de similaridade textual.

Art. 14. A caracterização da ocorrência deverá distinguir, quando possível e cabível, situações decorrentes de desconhecimento, inadequação técnica, erro de citação ou referenciação, conduta reiterada, fraude acadêmica ou apropriação intencional de produção intelectual alheia.

Parágrafo único. A distinção prevista no caput deverá orientar a proporcionalidade das medidas pedagógicas, avaliativas, administrativas ou disciplinares cabíveis, sem afastar a aplicação das normativas institucionais vigentes.

CAPÍTULO VI

DOS PROCEDIMENTOS INSTITUCIONAIS

Art. 15. As situações envolvendo suspeita de plágio acadêmico observarão os procedimentos institucionais previstos nesta Resolução, assegurados o registro da ocorrência, a análise do caso, a manifestação dos envolvidos, quando cabível, o encaminhamento às instâncias competentes e o acompanhamento das providências adotadas, quando pertinente.

Art. 16. Os procedimentos poderão envolver:

I – Identificação inicial da situação;

II – Análise preliminar da produção acadêmica;

III – Verificação de fontes, citações, referências, relatórios de similaridade e demais elementos pertinentes;

IV – Manifestação do autor ou dos autores da produção acadêmica, quando cabível;

V – Orientação ou adequação textual quando houver possibilidade de correção pedagógica;

VI – Registro institucional da ocorrência, conforme a natureza do caso;

VII – Encaminhamento à instância responsável quando houver indícios de irregularidade acadêmica;

VIII – Adoção das medidas previstas nas normas institucionais aplicáveis;

IX – Acompanhamento das providências adotadas, quando cabível.

§ 1º A adoção de medidas acadêmicas, avaliativas, administrativas ou disciplinares deverá observar as normativas institucionais vigentes e as competências das instâncias responsáveis pela análise e decisão do caso.

§ 2º Nos casos relacionados a Trabalho de Conclusão de Curso, deverão ser observadas a Instrução Normativa nº 06/2024, as normas do Projeto Pedagógico do Curso, as deliberações do colegiado ou da coordenação de curso e as demais normativas institucionais aplicáveis.

§ 3º Quando a suspeita de plágio estiver vinculada a produção acadêmica submetida a fluxo próprio de avaliação, o encaminhamento deverá observar o procedimento previsto para a respectiva atividade e as normativas institucionais aplicáveis.

§ 4º Na ausência de fluxo específico, a situação deverá ser encaminhada, por escrito, à instância acadêmica responsável pela atividade, incluindo, nos casos de Trabalho de Conclusão de Curso, o Colegiado de Curso ou a Coordenadoria de Curso, conforme normativa institucional vigente sobre TCC.

§ 5º O acompanhamento previsto no inciso IX poderá compreender a verificação dos encaminhamentos realizados, das providências adotadas e da conclusão do tratamento da ocorrência.

Art. 17. Os procedimentos relacionados à análise de suspeitas de plágio deverão observar o dever confidencialidade compatível com a condução adequada do processo, preservando a integridade, a dignidade e os direitos dos envolvidos.

Art. 18. A comprovação de plágio acadêmico deverá ser registrada de forma fundamentada, com indicação dos elementos considerados na análise e das normas institucionais aplicáveis ao caso.

CAPÍTULO VII

DAS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Art. 19. A promoção da integridade acadêmica constitui responsabilidade compartilhada entre estudantes, docentes, orientadores, bancas avaliadoras, coordenações, colegiados, bibliotecas, servidores técnico-administrativos e demais instâncias institucionais, observadas as atribuições próprias de cada setor e função.

Art. 20. Compete aos estudantes e demais autores de produções acadêmicas:

I – Observar práticas éticas de autoria, citação, referenciação, normalização acadêmica e uso de fontes;

II – Observar as normas técnicas e institucionais aplicáveis à produção acadêmica, incluindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, quando exigidas pela atividade, pelo Projeto Pedagógico do Curso, pelo edital, pelo programa ou pela normativa correspondente;

III – Responsabilizar-se pela originalidade, consistência e integridade das produções apresentadas;

IV – Identificar adequadamente as fontes consultadas, os conteúdos utilizados e as contribuições intelectuais de terceiros;

V – Declarar o uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa quando exigido pelas orientações institucionais, pelo componente curricular, pelo edital, pelo programa ou pela atividade acadêmica correspondente;

VI – Revisar criticamente as informações, fontes e conteúdos utilizados em suas produções acadêmicas;

VII – Atender às orientações recebidas quanto à correção, adequação ou complementação de citações, referências, normalização e demais elementos de autoria.

Art. 21. Compete aos docentes e orientadores, no âmbito de suas atribuições e sem prejuízo das responsabilidades previstas nas normativas institucionais específicas:

I – Orientar estudantes quanto às práticas éticas de autoria, escrita acadêmica, citação, referenciação, paráfrase, normalização e uso responsável de fontes;

II – Informar, quando cabível, os critérios acadêmicos, avaliativos e éticos relacionados à produção apresentada;

III – Orientar estudantes sobre a utilização ética, crítica e transparente de tecnologias digitais e ferramentas de Inteligência Artificial Generativa;

IV – Acompanhar, conforme suas atribuições, o desenvolvimento da produção acadêmica sob sua responsabilidade;

V – Identificar indícios de inadequação na atribuição de autoria, citação, referenciação ou uso de fontes, adotando orientação pedagógica quando houver possibilidade de correção;

VI – Encaminhar situações suspeitas às instâncias responsáveis, conforme a natureza da ocorrência e as normativas institucionais aplicáveis, quando houver indícios de plágio acadêmico ou outra forma de irregularidade relacionada à autoria.

Art. 22. Compete às bancas avaliadoras, comissões, colegiados e coordenações, no âmbito de suas atribuições e conforme as normativas institucionais aplicáveis:

I – Avaliar as produções acadêmicas conforme critérios acadêmicos, éticos, técnicos e institucionais;

II – Registrar, de forma fundamentada, indícios de plágio acadêmico ou de outra irregularidade relacionada à autoria, quando identificados no processo de avaliação ou análise da produção acadêmica;

III – Assegurar ou viabilizar a manifestação dos envolvidos, nos limites de sua competência, quando o procedimento puder resultar em medida acadêmica, avaliativa, administrativa ou disciplinar;

IV – Encaminhar as situações às instâncias responsáveis, conforme a natureza da ocorrência, o fluxo previsto para a atividade e as normativas institucionais aplicáveis;

V – Preservar a integridade dos envolvidos durante a condução dos procedimentos de sua competência.

Art. 23. Compete às bibliotecas, em articulação com os demais setores institucionais, apoiar ações de formação e orientação relacionadas à normalização, citação, referenciação, busca de fontes, uso ético da informação e depósito de produções acadêmicas nos sistemas institucionais.

Art. 24. O IFS poderá designar, reconhecer ou instituir, conforme sua estrutura administrativa e normativa, instância institucional de integridade acadêmica destinada ao acompanhamento, orientação e proposição de ações relacionadas às diretrizes desta Resolução.

Art. 25. A instância institucional prevista no Art. 24 poderá desenvolver ações de formação, acompanhamento, elaboração de materiais orientadores e aperfeiçoamento dos procedimentos relacionados à integridade acadêmica.

Parágrafo único. A instância mencionada no caput atuará em caráter educativo, consultivo e de acompanhamento, sem prejuízo das competências decisórias das instâncias acadêmicas, administrativas e disciplinares já previstas nas normas institucionais.

CAPÍTULO VIII

DA ARTICULAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, AVALIATIVA, ADMINISTRATIVA E DISCIPLINAR

Art. 26. Nos casos relacionados ao plágio acadêmico, as ações institucionais poderão envolver orientação pedagógica, avaliação acadêmica, encaminhamentos administrativos e responsabilização disciplinar, compreendidos como dimensões distintas e complementares, sem prejuízo da dimensão educativa e formativa da integridade acadêmica.

Art. 27. Quando a natureza da ocorrência indicar inadequação passível de correção pedagógica, poderão ser adotadas medidas orientativas ou corretivas proporcionais, sem prejuízo do encaminhamento às instâncias responsáveis nos casos de reincidência, indícios de fraude acadêmica ou descumprimento de normas institucionais.

Art. 28. Quando a suspeita ou comprovação de plágio estiver relacionada a produção acadêmica submetida à nota, aprovação, defesa, certificação ou outro tipo de avaliação formal, as medidas avaliativas deverão observar os critérios da respectiva atividade e as normativas institucionais aplicáveis.

Art. 29. Nos casos em que houver indícios de falta disciplinar discente, o encaminhamento deverá observar o Regulamento Disciplinar Discente do IFS e demais normas institucionais pertinentes.

CAPÍTULO IX

DO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA

Art. 30. O uso de tecnologias digitais e ferramentas de Inteligência Artificial Generativa em atividades acadêmicas deverá observar os princípios da integridade acadêmica, transparência, responsabilidade autoral, criticidade, proteção de dados e respeito à autoria intelectual.

Art. 31. A utilização de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa poderá ocorrer como recurso de apoio à produção acadêmica, desde que não substitua a responsabilidade intelectual do autor.

Art. 32. Poderão ser considerados usos compatíveis com os princípios desta Resolução, desde que realizados de forma crítica, responsável e transparente:

I – Apoio à organização de ideias;

II – Apoio à tradução de textos, mediante revisão/supervisão do que foi gerado;

III – Auxílio na revisão linguística;

IV – Apoio ao planejamento e à estruturação de trabalhos;

V – Auxílio na aprendizagem e no desenvolvimento acadêmico;

VI – Apoio à organização de informações;

VII – Apoio à compreensão de conteúdos, desde que esse uso não substitua a participação intelectual exigida na atividade acadêmica.

Art. 33. O uso de Inteligência Artificial Generativa deverá ser declarado quando a ferramenta for utilizada como apoio em etapa da produção acadêmica ou quando assim exigirem as orientações institucionais, o componente curricular, o edital, o programa ou a atividade acadêmica correspondente.

Parágrafo único. Quando exigida, a declaração de uso de Inteligência Artificial Generativa poderá observar o modelo constante do **Anexo A** desta Resolução e indicar, sempre que cabível:

I – Ferramenta utilizada;

II – Finalidade do uso;

III – Etapa da produção acadêmica em que a ferramenta foi utilizada;

IV – Forma de utilização da ferramenta na elaboração do trabalho;

V – Declaração de responsabilidade do autor pelo conteúdo final apresentado.

Art. 34. A utilização de Inteligência Artificial Generativa não transfere à ferramenta a responsabilidade pela produção acadêmica apresentada, permanecendo o autor responsável pela elaboração intelectual, análise, verificação, interpretação, revisão, adequação e integridade das informações utilizadas.

Art. 35. A utilização de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa deverá observar cautela quanto à proteção de dados pessoais, dados pessoais sensíveis, informações institucionais não públicas, direitos autorais e demais conteúdos protegidos.

Art. 36. É vedado:

I – Apresentar como elaboração intelectual própria produção acadêmica cuja construção tenha sido substituída, total ou substancialmente, por ferramenta de Inteligência Artificial Generativa;

II – Utilizar informações obtidas com apoio de Inteligência Artificial Generativa sem verificar sua adequação à atividade acadêmica;

III – Utilizar ferramenta de Inteligência Artificial Generativa para substituir a participação intelectual, o raciocínio crítico ou as competências acadêmicas exigidas na atividade formativa;

IV – Omitir o uso de Inteligência Artificial Generativa quando houver exigência de declaração pelas orientações institucionais, pelo componente curricular, pelo edital, pelo programa ou pela atividade acadêmica correspondente;

V – Inserir em ferramentas de Inteligência Artificial Generativa dados pessoais, dados pessoais sensíveis, informações institucionais não públicas ou conteúdos protegidos aos quais o usuário tenha acesso em razão de atividade acadêmica, administrativa, científica ou institucional, salvo quando houver autorização, base normativa aplicável e observância das normas de proteção de dados, de direitos autorais e de sigilo institucional;

VI – Utilizar ferramenta de Inteligência Artificial Generativa para simular autoria, ocultar fontes, mascarar plágio, fraude ou outra irregularidade acadêmica;

VII – Utilizar ferramenta de Inteligência Artificial Generativa em desacordo com as orientações específicas da atividade acadêmica, quando houver restrição ou vedação expressa ao seu uso.

Parágrafo único. As vedações previstas neste artigo não impedem o uso crítico, transparente e autorizado de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa como apoio à aprendizagem, à organização de ideias, à revisão linguística ou à estruturação da produção acadêmica, desde que preservada a responsabilidade intelectual do autor.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. O IFS poderá estabelecer orientações complementares para a aplicação desta Resolução, conforme as necessidades institucionais, as especificidades acadêmicas e as atualizações relacionadas às tecnologias digitais.

Art. 38. Esta Resolução poderá ser revisada sempre que necessário, em razão de alterações acadêmicas, tecnológicas, institucionais ou normativas.

Art. 39. Os casos omissos serão analisados pelas instâncias institucionais responsáveis, conforme suas competências, observados os princípios desta Resolução e as demais normativas aplicáveis.

Art. 40. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Aracaju, ... de ... de 20...

Assinatura da autoridade institucional competente.

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com os Pró-Reitores da PROEN e PROPEX

Tema: Plágio acadêmico, ética acadêmica e integridade científica no IFS
Participantes-alvo: Pró-Reitores da PROEN e da PROPEX.

Apresentação inicial:

- Agradeço pela disponibilidade em participar desta entrevista.
- O objetivo é compreender como o IFS lida com questões relacionadas à ética acadêmica, integridade científica e, especialmente, com a conscientização, a prevenção e o enfrentamento do plágio, tanto na graduação quanto na pós-graduação.
- Ressalto que não há respostas certas ou erradas; buscamos compreender percepções, práticas e prioridades institucionais.

Propósito central

Investigar percepções, políticas e práticas institucionais relacionadas à ética acadêmica, bem como os modos de conscientização, prevenção e enfrentamento do plágio, e as iniciativas de promoção da integridade científica no IFS.

Abertura e consentimento

- Poderia autorizar o registro desta entrevista em áudio para fins exclusivamente acadêmicos?
- Confirma ciência de que suas falas serão utilizadas apenas na pesquisa, com garantia de anonimização?

Sondagem inicial

- Qual é sua função atual?
- Há quanto tempo ocupa esse cargo?
- Quais são suas principais responsabilidades relacionadas ao ensino, à pesquisa e/ou à extensão?

Bloco 1 – Compreensão e Percepções Institucionais

1. Como o(a) senhor(a) compreende o fenômeno do plágio no contexto do IFS?

2. Em sua percepção, quais fatores mais contribuem para a ocorrência de plágio entre estudantes de graduação e pós-graduação?

3. Considerando que os documentos institucionais tratam o plágio prioritariamente como infração disciplinar, o(a) senhor(a) considera que esse enfoque é suficiente para lidar com o problema? Por quê?

(**Foco:** suficiência do enfoque; se insuficiente, o que falta além da dimensão disciplinar. Ex.: educativa, preventiva, institucional).

4. Para o(a) senhor(a), o plágio deve ser tratado principalmente como uma questão disciplinar, ética, pedagógica e/ou institucional?

Bloco 2 – Políticas e Normativas

5. A análise documental revelou que o IFS possui normativas que mencionam o plágio, prioritariamente em termos de punição. Como o(a) senhor(a) avalia essa abordagem punitiva?

(**Foco:** prós e contras; efeitos observados na prática; quando funciona/quando falha).

6. Há discussões internas sobre a necessidade de desenvolver políticas institucionais de integridade acadêmica que incluam também aspectos educativos e preventivos?

7. Como o(a) senhor(a) avalia a clareza, aplicabilidade e eficácia das normativas vigentes para lidar com situações de plágio?

(**Foco:** acesso e comunicação oficial: onde estão, como são divulgadas.)

Bloco 3 – Formação Ética na Graduação e Pós-Graduação

8. Atualmente, como a formação ética e a integridade acadêmica são trabalhadas nos currículos de graduação e pós-graduação do IFS?

9. Considerando que os documentos analisados não trazem recursos educativos ou parâmetros conceituais sobre plágio, o(a) senhor(a) identifica iniciativas práticas (formações, oficinas ou ações docentes) voltadas para prevenir o plágio?

Foco: nível curso/docente: iniciativas de departamentos, coordenações, docentes).

10. De que forma os docentes orientam os estudantes sobre autoria, citações e uso ético da informação? Há apoio institucional para essa orientação?

(**Foco: prática docente** e **apoios:** guias, oficinas, cartilhas).

Bloco 4 – Instrumentos e Ações de Prevenção

11. Existem mecanismos institucionais específicos para prevenção e detecção de plágio, como softwares antiplágio, manuais, treinamentos ou fluxos formais?

12. Em caso de detecção de plágio, quais são os procedimentos adotados atualmente? Há protocolos claros e padronizados?

13. Que medidas preventivas poderiam ser fortalecidas ou implementadas para além da punição?

Bloco 5 – Cultura Institucional e Desafios

14. Na sua avaliação, em que medida existe hoje uma cultura de integridade acadêmica no IFS?

15. Em sua visão, quais são os principais desafios e também os fatores que favorecem a consolidação dessa cultura no IFS?

16. O(a) senhor(a) considera que a comunidade acadêmica do IFS dispõe de orientação suficiente sobre ética acadêmica e plágio? Por quê?

(**Foco:** percepção de suficiência: o que falta/funciona).

17. Quais estratégias prioritárias o(a) senhor(a) adotaria nos próximos 12–24 meses para fortalecer a ética e integridade acadêmica no IFS?

Encerramento

18. Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado e que considera relevante para compreender como o IFS trata a questão do plágio?

Para melhor visualização e alinhamento entre as perguntas propostas e os objetivos da pesquisa, apresento a seguir o quadro analítico do roteiro de entrevistas, conforme **(Apêndice C)**. Nele, cada questão está organizada por blocos temáticos, acompanhada de seu respectivo objetivo, o que possibilita compreender de que forma cada pergunta contribui para a investigação sobre ética acadêmica, integridade científica, conscientização, prevenção e enfrentamento do plágio no IFS.

APÊNDICE C – Quadro analítico do roteiro de entrevista

BLOCOS	PERGUNTAS	OBJETIVOS ANALÍTICOS
1. Compreensões e Percepções Institucionais	1. Como o(a) senhor(a) compreende o fenômeno do plágio no contexto do IFS?	Identificar a visão institucional sobre o plágio e sua complexidade.
	2. Em sua percepção, quais fatores mais contribuem para a ocorrência de plágio entre estudantes de graduação e pós-graduação?	Compreender percepções sobre causas estruturais, pedagógicas ou culturais.
	3. Considerando que os documentos institucionais tratam o plágio prioritariamente como infração disciplinar, o(a) senhor(a) considera que esse enfoque é suficiente? Por quê?	Avaliar a suficiência do enfoque disciplinar e o reconhecimento do que falta além dele (educativo, preventivo, institucional).
	4. Para o(a) senhor(a), o plágio deve ser tratado como questão disciplinar, ética, pedagógica ou institucional?	Entender a categorização do problema e possíveis disputas de enquadramento.
2. Políticas e Normativas	5. A análise documental revelou que o IFS possui normativas que mencionam o plágio, prioritariamente em termos de punição. Como o(a) senhor(a) avalia essa abordagem punitiva?	Avaliar a percepção sobre a ênfase punitiva, incluindo prós e contras e efeitos observados na prática.
	6. Há discussões internas sobre a necessidade de desenvolver políticas institucionais de integridade acadêmica que incluam também aspectos educativos e preventivos?	Mapear se existe intenção de superar a abordagem exclusivamente punitiva.
	7. Como o(a) senhor(a) avalia a clareza, aplicabilidade e eficácia das normativas vigentes para lidar com situações de plágio?	Investigar se os instrumentos existentes são vistos como suficientes e aplicáveis.

3. Formação Ética na Graduação e Pós-Graduação	8. Atualmente, como a formação ética e a integridade acadêmica são trabalhadas nos currículos?	Mapear inserção curricular da ética acadêmica.
	9. Considerando que os documentos analisados não trazem recursos educativos ou parâmetros conceituais sobre plágio, o(a) senhor(a) identifica iniciativas práticas (formações, oficinas ou ações docentes) voltadas para prevenir o plágio?	Identificar iniciativas no nível curso/docente (departamentos, coordenações, docentes).
	10. De que forma os docentes orientam os estudantes sobre autoria, citações e uso ético da informação? Há apoio institucional para essa orientação?	Avaliar o papel docente e a existência de apoio institucional (guias, oficinas, cartilhas).
4. Instrumentos e Ações de Prevenção	11. Existem mecanismos institucionais específicos para prevenção e detecção de plágio (softwares, manuais, treinamentos ou fluxos formais)?	Verificar a existência de instrumentos formais, incluindo softwares, manuais, treinamentos e fluxos.
	12. Em caso de detecção de plágio, quais são os procedimentos adotados atualmente? Há protocolos claros e padronizados?	Mapear protocolos e práticas de enfrentamento.
	13. Que medidas preventivas poderiam ser fortalecidas ou implementadas para além da punição?	Explorar caminhos alternativos ou complementares à abordagem punitiva.
5. Cultura Institucional e Desafios	14. Na sua avaliação, em que medida existe hoje uma cultura de integridade acadêmica no IFS?	Avaliar em que medida existe hoje uma cultura de integridade no IFS.
	15. Em sua visão, quais são os principais desafios e também os fatores que favorecem a consolidação dessa cultura no IFS?	Mapear obstáculos estruturais, culturais e políticos.
	16. O(a) senhor(a) considera que a comunidade acadêmica do IFS dispõe de orientação suficiente sobre ética acadêmica e plágio? Por quê?	Avaliar se a comunidade dispõe de orientação suficiente sobre ética e plágio e identificar lacunas.

	17. Quais estratégias prioritárias o(a) senhor(a) adotaria nos próximos 12–24 meses para fortalecer a ética e integridade acadêmica no IFS?	Coletar recomendações e visões estratégicas.
Encerramento	18. Gostaria de acrescentar algo que não foi abordado e que considera relevante para compreender como o IFS trata a questão do plágio?	Permitir abertura para emergirem pontos não previstos pelo pesquisador.

Fonte: elaboração própria (2026).

ANEXO A – Modelo de declaração de uso de Inteligência Artificial Generativa em produções acadêmicas

Observação: Este modelo possui caráter orientativo e poderá ser adaptado às especificidades da atividade acadêmica, desde que preservadas as informações essenciais previstas nesta minuta de Resolução e observadas eventuais exigências complementares estabelecidas pela instituição, pelo curso, pelo programa, pelo edital ou pelo docente responsável.

Eu, _____, matrícula ou identificação institucional nº _____, declaro, para os devidos fins, que a produção acadêmica intitulada _____, apresentada no âmbito de _____, foi elaborada em conformidade com as diretrizes institucionais relativas à integridade acadêmica, à autoria e ao uso responsável de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa.

Declaro que:

( ) Não utilizei ferramenta de Inteligência Artificial Generativa na elaboração desta produção acadêmica.
( ) Utilizei ferramenta de Inteligência Artificial Generativa como recurso de apoio, nos limites autorizados para a atividade, sem substituição da minha responsabilidade intelectual sobre a produção apresentada.

Caso tenha sido assinalada a segunda opção, informar:

1. Ferramenta(s) utilizada(s): _____
_____
_____
_____

2. Forma de utilização da ferramenta:

( ) organização de ideias

( ) revisão linguística, incluindo gramática, estilo e coesão;
( ) síntese ou resumo de conteúdos;
( ) apoio à compreensão de conteúdos;
( ) apoio à organização de informações fornecidas pelo próprio autor;
( ) tradução de conteúdos;
( ) geração ou edição de imagens, tabelas, gráficos, códigos ou outros elementos;
( ) apoio à análise ou interpretação de dados, sem substituição dos procedimentos metodológicos e científicos aplicáveis;
( ) outro uso. Especificar: _____
_____

3. Momento de utilização na produção acadêmica:

( ) planejamento inicial;
( ) levantamento ou pesquisa preliminar;
( ) desenvolvimento ou redação;
( ) revisão final;
( ) elaboração de elementos visuais, códigos, tabelas ou outros componentes da produção;
( ) outro momento. Especificar: _____
_____

4. Descrição objetiva de como a ferramenta contribuiu para a produção acadêmica:
_____
_____
_____

Declaro, ainda, que revisei criticamente a produção apresentada, verifiquei as informações utilizadas e assumo integral responsabilidade pela autoria, originalidade, adequação, integridade e conformidade ética da produção acadêmica.

Declaro estar ciente de que a utilização de ferramenta de Inteligência Artificial Generativa não afasta minha responsabilidade intelectual pela produção acadêmica nem autoriza a substituição da participação intelectual exigida na atividade.

Local e data: _____

Assinatura do autor(a): _____

Ciência do(a) orientador(a), docente ou responsável pela atividade.

Nome: _____

Assinatura: _____